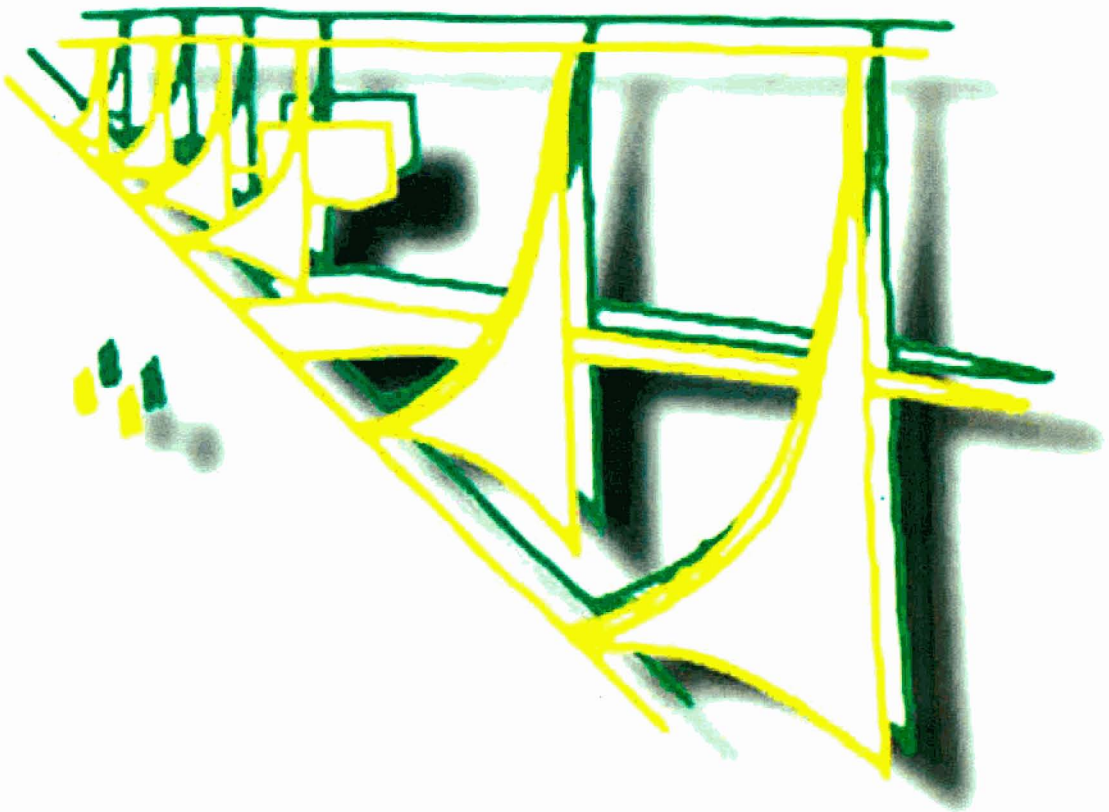
AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV
INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA ❑ VOL. 23 ❑ Nº 5 ❑ JULHO/AGOSTO 2003 ❑ R$ 8,00



ISSN 0100-4298

RECEITA PARA CRESCER

Carlos Lessa, do BNDES, e Ricardo Conceição, do BB, falam de projetos e recursos para o país retomar o crescimento interrompido

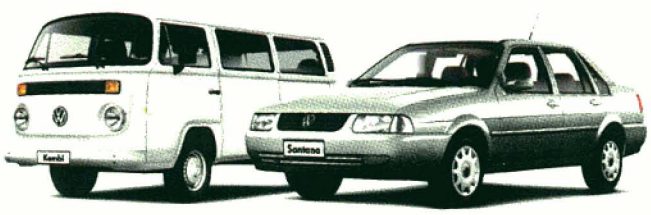
FGV
IBRE

Uma supersafra ajuda mesmo a economia a andar melhor.

Volkswagen com preços especiais para

Kombi
cód. 7X21A1

Santana
cód. 3X23A4



- Melhor relação custo–benefício
- Maior durabilidade e resistência
- Menor custo de manutenção
- Melhor valor de revenda

Consulte o Concessionário da sua região.

IBAMA PROCONVE HOMOLOGADO

50 anos br volkswagen

www.vw.com.br Desconto de até 15% aplicável a produtores rurais, mediante apresentação de documentação comprobatória de atividade. Condição válida para os modelos Gol Power (cód. 5X1GD4), Saveiro (cód. 5X90D4), exceto modelo Saveiro SuperSurf cujo desconto é de até 13%, Kombi (cód. 7X21A1) e Santana



Gol Power
cód. 5X1GD4

Para a Saveiro SuperSurf, desconto de até 13%.



Saveiro
cód. 5X90D4

produtores rurais: até 15% de desconto.

Volkswagen. Você conhece, você confia.

(cód. 3X23A4). Promoção válida nos Concessionários participantes até 31.07.2003 ou enquanto durarem os estoques. Estoques: Gol Power (cód. 5X1GD4): 20 unidades, Saveiro (cód. 5X90D4): 23 unidades, Kombi (cód. 7X21A1): 15 unidades e Santana (cód. 3X23A4): 15 unidades. Alguns itens mostrados ou mencionados são opcionais, acessórios, ou referem-se a versões específicas.

Este mês:

AGROANALYSIS – A Revista de Agronegócios da FGV

Publicação mensal de agribusiness e economia agrícola da Fundação Getulio Vargas (Instituto Brasileiro de Economia – IBRE).

Fundadores – Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro

REDAÇÃO

Redatores: César Garcia e Luiz Antonio Pinazza

Arte: Osvaldo Moreira

Revisão: Fátima Caroni

Editoração: Texto & Contexto

Colaboraram nesta edição: Áurea Varjão, Glauco Menegheti, José Sergio Osse, Marly Paiva, Bruno Souza Pinho, Guilherme Soria Bastos, Gervásio Castro de Rezende, Ignez Vidigal Lopes, Fernando de Freitas Almeida, José Carlos Pedreira de Freitas.

Secretaria e apoio administrativo: Lilian Brandão de Figueiredo e Vanessa Martins de Melo

Publicidade – Gerente comercial: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, tel.: (21) 2559-5623, fax: (21) 2559-5616 e 2551-4049, e-mail: caique@fgv.br. Representantes comerciais: Rio – Milla de Souza: telefax: (21) 2533-3121/1601, 2524-2757, e-mail: milla@triunvirato.com.br; São Paulo: Ponto 4 Propaganda Ltda., R. Harmonia, 908, S.Paulo, SP, 05435-000, tel.: (11) 3816-0328, www.ponto4.com.br, e-mail: cassio@ponto4.com.br; amilcar@ponto4.com.br; Rio Grande do Sul – Ararê Vargas Fortes: tel.: (51) 343-8423, fax: (51) 337-4262. Brasília (DF) – Joaquim Barroncas: SHIN - QI 8 - cj 03, casa 17, tel: (61) 9972-0741 e 577-3874, e-mail: joaquimbarroncas@ig.com.br.

Circulação/Assinaturas – Bernardo Nunes Chefer – Outros estados: DDG: 0800.25.7788. Ligações do Rio: Tel.: 21 2559-6040, fax: 21 2559-6039, e-mail: agroanalysis@fgv.br

Pontos de venda: Rio de Janeiro: Praia de Botafogo, 188 - tel.: (21) 2559-5535 e fax: 2559-5537; São Paulo: Av. Nove de Julho, 2.029 - tel.: (11) 281-7875.

FGV IBRE

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.

Sede: Praia de Botafogo, 190 - Rio de Janeiro - RJ - CEP 22253-900
ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970 - Tel.: (21) 2559-6000.

Presidente Fundador: Luiz Simões Lopes

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Diretor-Geral: José Affonso Fausto Barbosa

CONSELHO DIRETOR:

Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal

Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Manoel Fernando Thompson Motta, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque

Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda , Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade, Sérgio Franklin Quintella

Suplentes: Alfredo Américo de Souza Rangel, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Vianna, Félix de Bulhões, Geraldo José Carbone , José Júlio Senna, Lindolpho de Carvalho Dias, Maria Silvia Bastos Marques, Nestor Jost

CONSELHO CURADOR

Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio

Vice-presidente: Klabin Irmãos & Cia (Pedro José da Matta Machado)

Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis , Antonio Monteiro de Castro Filho (Souza Cruz S/A), Carlos Moacyr Gomes de Almeida , Diogo Lordello de Mello, Domingos Marques Grêllo, Edmundo Penna Barbosa da Silva, Pedro Grossi Júnior (Estado da Bahia), Heitor Chagas de Oliveira, Luis Eduardo Alves de Assis (Banco CCF Brasil S.A.), Jorge Gerdau Johannpeter (Gerdau S.A.), Lázaro de Mello Brandão (Banco Bradesco S.A.), Lídio Duarte (Instituto de Resseguros do Brasil - IRB), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda.), Marcelo Serfaty, Mauro Salles (Salles DMB&B Publicidade S/A), Luiz Tavares Pereira Filho (Sindicato das Empresas de Seguros Privados e Capitalização do Rio de Janeiro), Ricardo Malfitano (S.A White Martins), Sérgio Ribeiro da Costa Werlang, Tácito Naves Sanglard (Associação de Bancos do Estado de São Paulo)

Suplentes: Fernando Roberto Moreira Salles (Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.), Gilberto Duarte Prado, Oscar Augusto de Camargo Filho (Caemi Mineração e Metalurgia S.A.), João Pedro Gouvêa Vieira Filho (Refinaria de Petróleo Ipiranga S.A.), Luiz Roberto do Nascimento Silva, Marcio João de Andrade Fortes, Ney Coe de Oliveira, Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros) , Paulo Mário Freire (Universal Comércio e Empreendimentos Ltda.), Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Credit Suisse First Boston Garantia S.A, Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A.).

CONSELHO CONSULTIVO

Antonio Carlos Lemgruber, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Cesar Cunha Campos, Daniel Dantas , Eliezer Baptista, Fernando Perrone, Luiz Fernando da Silva Pinto, Estado de Minas Gerais, Roberto Gusmão

Instituto Brasileiro de Economia

Diretor: Antonio Carlos Pôrto Gonçalves

Vice-Diretor: Roberto Fendt

Divisão de Gestão de Dados: Rubens Mario Alberto Wachholz

Divisão de Publicações e Eventos: Roberto Fendt

Centro de Estudos Agrícolas: Ignez Vidigal Lopes

Centro de Políticas Sociais: Marcelo Neri

Coordenadoria de Projetos/Gerência Administrativa: Regina Celia Reis de Oliveira

Assessoria de Imprensa do Banco do Brasil



5 ABRE ASPAS: RICARDO CONCEIÇÃO

Recursos para o crescimento

O Banco do Brasil vai aplicar R$20 bilhões na safra agrícola 2003/04, o que representa incremento da ordem de 33% em relação à safra anterior. Para o vice-presidente de agronegócios e governo do Banco do Brasil, desde 2001, o economista Ricardo Alves da Conceição, o plano de safra teve este ano duas características principais: a viabilização de recursos, tendo como um dos principais instrumentos a caderneta de poupança rural, cujo saldo é de R$28 bilhões, e a simplificação dos procedimentos de obtenção de crédito.

ÁUREA VARJÃO

12 AVICULTURA

Saudável desempenho

Há duas décadas o preço acessível faz o consumo da carne de frango crescer entre os brasileiros

GLAUCO MENEGHETI

Meia-trava **18**

Novo sistema de cotas prejudicou a participação do Brasil no mercado russo, o segundo maior do planeta

JOSÉ SÉRGIO OSSE

22 CELULOSE E PAPEL

Superávit garantido

A exportação de produtos de base florestal reflete a queda das importações e a recuperação do setor

LUIZ ANTONIO PINAZZA

26 FRUTICULTURA

A maior safra

Investimento da indústria na produção interna faz a cultura de tomate expandir no Centro-Oeste

MARLY PAIVA

30 ESTATÍSTICAS

Preços e indicadores

Preços do agronegócio e índices de preços recebidos e pagos pelos agricultores

BRUNO SOUZA PINHO

31 PLANO DE SAFRA

Boas perspectivas

Se as condições climáticas forem favoráveis, a agricultura terá tudo para comemorar

LUIZ ANTONIO PINAZZA

38 CIÊNCIA & TECNOLOGIA

Missão: Europa

No sul da França, brasileiros realizam pesquisas estratégicas de sucesso internacional

JOSÉ SÉRGIO OSSE

44 MERCADO DE CARBONO

Ativos limpos

Já há empresários interessados em comprar certificados de redução de emissões para ganhar dinheiro com isso

IGNEZ VIDIGAL LOPES

45 PREÇOS AGRÍCOLAS

Cesta mais cara

A forte alta dos preços desde o ano passado afetou o custo da cesta básica

GERVÁSIO CASTRO DE REZENDE

50 COMÉRCIO

Aliança estratégica

O novo anúncio de cooperação entre Brasil e Argentina pode significar um passo importante para o futuro do bloco

FERNANDO DE FREITAS ALMEIDA

Estrada difícil **55**

Equívocos e fatores conjunturais transformam em dor de cabeça o agronegócio do açúcar nos EUA

LUIZ ANTONIO PINAZZA

58 REFORMA AGRÁRIA

O público e o privado

O envolvimento da iniciativa privada pode mudar a face da questão agrária no Brasil

JOSÉ CARLOS PEDREIRA DE FREITAS



Américo Vermelho

60 FECHA ASPAS: CARLOS LESSA

Retomada do crescimento

O professor Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro de Lessa não é um homem muito afeito a entrevistas, no estilo tradicional que conhecemos. Nós, de AgroanalysiS, bem que elaboramos um longo roteiro de perguntas, com as quais, acreditávamos, preencheríamos a hora que ele nos concedeu em seu gabinete do BNDES, no Rio de Janeiro. Para a nossa satisfação e sorte, o professor falou de tudo o que perguntamos e de tudo o que nem chegamos a perguntar. Na verdade, naquela hora, não estava ali apenas o atual presidente do BNDES, Carlos Lessa. Estava, sim, um mestre da ciência econômica com mais de 40 anos de atividade docente nas principais instituições de ensino do Brasil, entre elas a FGV. Menos de uma semana depois, o presidente Lula reuniu em Brasília seus ministros e os titulares das principais instituições financeiras oficiais do país – o BNDES entre elas – para alavancar projetos de infra-estrutura para que o país volte a crescer – um tema caro ao professor Carlos Lessa, como mostram os principais trechos deste Fecha Aspas, que separamos por assunto.

CÉSAR GARCIA

Capa: desenho de Oscar Niemeyer.
© by FUNDAÇÃO OSCAR NIEMEYER

Os artigos publicados são de inteira responsabilidade de seus autores. As opiniões neles emitidas não exprimem, necessariamente, o ponto de vista da Fundação Getulio Vargas.

Pressupostos para crescer

Há uma frase que diz que capitalismo se faz com sonho e crédito. Vamos falar primeiro do sonho. Próximo à Riviera francesa, na cidade de Montpellier, quatro cientistas brasileiros da Empresa Brasileira de Agropecuária (Embrapa) desenvolvem pesquisas sobre o mapeamento genético do arroz, o uso de enzimas da mamona em compostos industriais e novas formas de gestão de espaço e solo para a agricultura no mais importante centro de conhecimento na área de agropecuária e tecnologia: a Agropolis. Liderados pelo economista e colaborador de AGROANALYSIS, Elisio Contini, eles trocam experiências com mais de 1.500 cientistas de todas as partes do planeta e consolidam a posição da pesquisa brasileira como referência para seus pares em toda a América Latina

José Sergio Osse



Contini: pesquisa brasileira na Agropolis

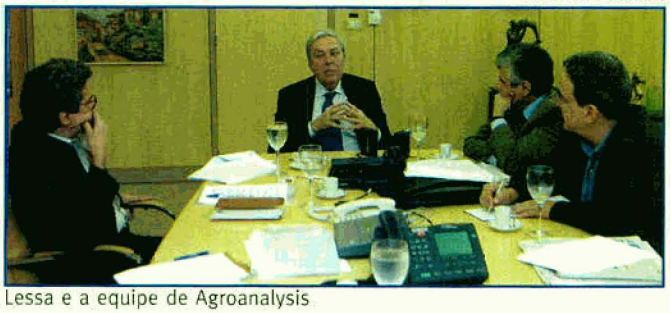
O Labex, como é conhecido o posto avançado brasileiro na Agropolis francesa, começou a despertar nosso interesse quando publicamos na edição de junho um artigo assinado por pesquisadores da unidade Labex da Embrapa, nos EUA, sobre as novas tecnologias e produtos agropecuários desenvolvidos para a indústria por quatro centros de pesquisa vinculados ao Usda norte-americano. A coincidência de uma viagem de trabalho do repórter José Sérgio Osse à Europa tornou possível contar em detalhes essa importante experiência da pesquisa brasileira a partir da página 38.

Agora o crédito. O presidente Lula reuniu no início de agosto 12 de seus ministros e presidentes de estatais para definir os projetos que serão contemplados no orçamento de R$191,4 bilhões destinados a obras de infra-estrutura até o fim do seu mandato. Algumas demandas foram consideradas essenciais, como recuperação de estradas, projetos de moradias populares e obras de energia elétrica. Os segmentos contemplados, bem como a estimativa de gastos, divergem, porém, substancialmente da avaliação do presidente do BNDES, Carlos Lessa, trazida a público em 17 de julho. Nessa data, Lessa apresentou um estudo contendo os principais projetos a serem financiados pelo setor público, cerca de 100 obras que demandariam um investimento de R$400 bilhões, dos quais R$100 bilhões de recursos próprios do Banco.

Entre os investimentos defendidos à época por Lessa constavam R$38 bilhões para as hidrelétricas de Belo Monte no rio Xingu, Pará, e a do Rio Madeira; R$30 bilhões para os metrôs do Rio e de São Paulo; R$19 bilhões para obras ferroviárias e rodoviárias; R$10 bilhões para plataformas de exploração de petróleo; R$8 bilhões para linhas de transmissão de energia e R$12 bilhões para refinarias de petróleo. Nada mau para alavancar a retomada do crescimento que, moeda rara nos dias de hoje, passou para a instância do espetáculo mais esperado da temporada.

Na entrevista que concedeu a AGROANALYSIS, no Rio de Janeiro, o presidente do BNDES fala com entusiasmo da cadeia de proteínas que se consolida no país com a expansão da soja e das carnes. Do biodiesel obtido a partir da soja, e do álcool, que, adicionado ao combustível consumido na Europa e Japão, pode significar uma demanda de milhões de litros para exportação. Da fronteira agrícola que surge a partir do aproveitamento hidrelétrico do rio Madeira, um fenômeno segundo ele comparável ao Middle East norte-americano, e da importância de obras como o cinturão de ferrovias de bitola larga, o Ferro Anel, para destravar o porto de Santos. Isso, sem contar o fato de que sonha com programas de investimento em infra-estrutura da ordem de "trezentos e tantos bilhões de reais". Por enquanto, apenas um sonho, nada que ultrapasse os 7% do PIB anual. A matéria, que reproduz os principais trechos da fala de Lessa, começa na página 60.

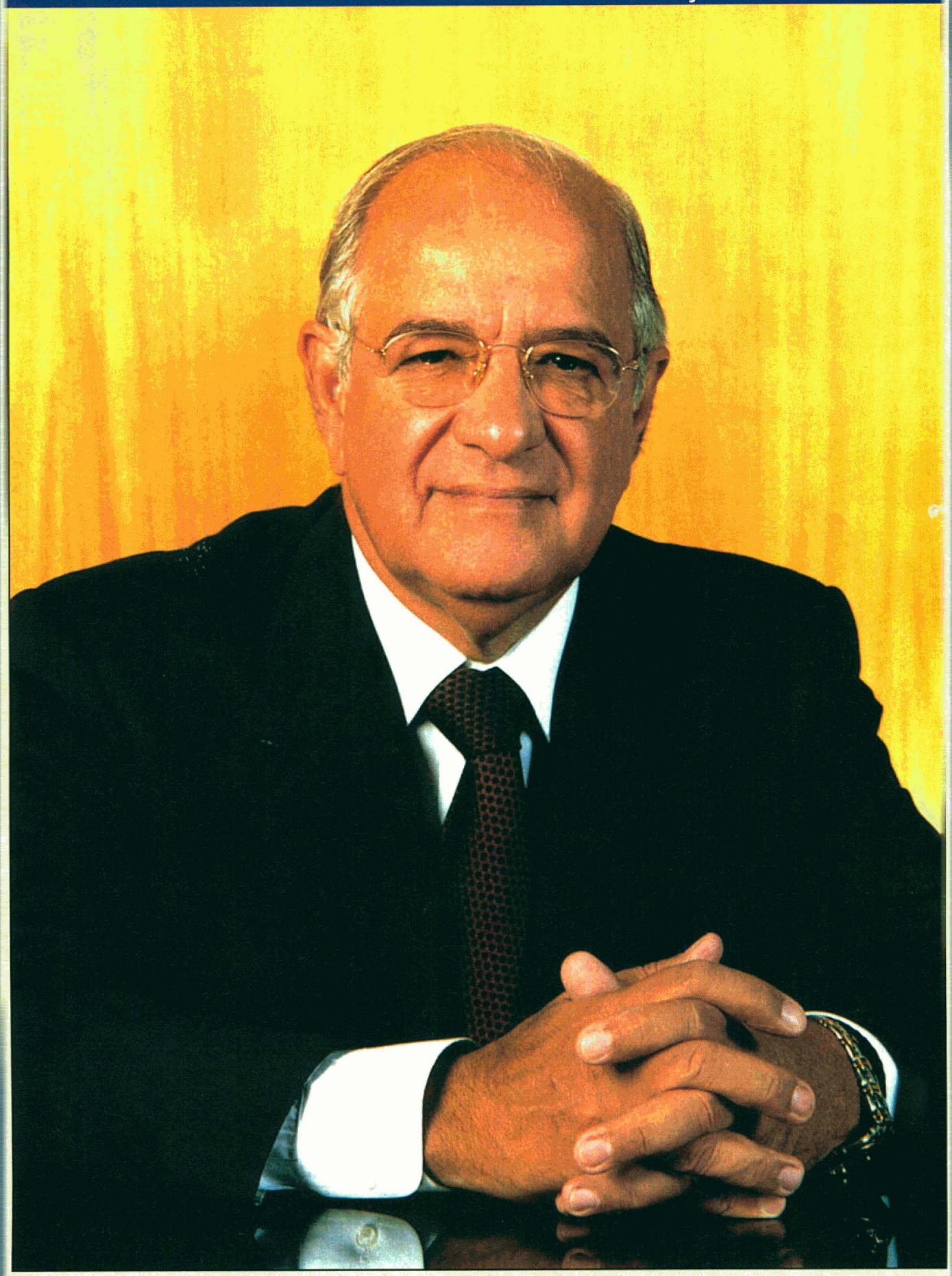
Américo Vermelho



Lessa e a equipe de Agroanalysis

CÉSAR GARCIA
Redator de AGROANALYSIS

ABRE ASPAS: RICARDO CONCEIÇÃO



otos: Assessoria de Imprensa do Banco do Brasil

O Banco do Brasil vai aplicar R$20 bilhões na safra agrícola 2003/04, o que representa incremento da ordem de 33% em relação à safra anterior. No governo Lula, a agricultura é uma das prioridades, setor de onde as notícias que chegam têm sido quase sempre muito boas. O desenvolvimento do agronegócio no país tem contribuído não só para o excelente resultado da balança comercial – cujo saldo no ano está acumulado em US$10 bilhões – como para o crescimento, embora moderado, da indústria de transformação e do produto interno bruto (PIB). A agricultura alcançou mais um recorde na safra 2002/03, com a produção de 120,2 milhões de toneladas de grãos, representando acréscimo de 24,2% em relação à safra anterior. Soja, milho e trigo foram destaques. Para o vice-presidente de agronegócios e governo do Banco do Brasil, desde 2001, o economista Ricardo Alves da Conceição, o plano de safra teve este ano duas características principais: a viabilização de recursos, tendo como um dos principais instrumentos a caderneta de poupança rural, cujo saldo é de R$28 bilhões, e a simplificação dos procedimentos de obtenção de crédito.

Recursos para o CRESCIMENTO

ÁUREA VARJÃO

Como está o plano de financiamento da nova safra? Aumentaram os recursos, quando o plano será implementado?

— O governo federal divulgou as diretrizes para a safra 2003/04 contemplando, entre outras medidas, os ajustes nas normas do crédito rural, visando a simplificação; alterações nas regras dos financiamentos para a agricultura familiar para expandir a assistência creditícia ao setor; remodelagem de programas de investimento com recursos do BNDES e aumento dos preços mínimos. Está sendo prevista a ampliação, em relação à safra anterior, em cerca de 26% dos recursos a serem disponibilizados em todo o Sistema Nacional de Crédito Rural, alcançando o montante de R$32,5 bilhões. Nossas normas estão prontas, as agências do Banco já receberam as instruções de procedimento. Antes mesmo do início da assistência da safra, já autorizamos as agências a operarem cerca de R$1,25 bilhão. Vamos operar com uma amplitude que não conseguíamos nos anos anteriores.

O presidente Lula disse que o Banco do Brasil iria antecipar o financiamento da nova safra. Ele afirmou que "saímos de R$13 bilhões no ano passado, para R$17 bilhões, este ano, para a agricultura". É este o dinheiro disponível para a safra 2003/04?

— O Banco aplicou na safra passada cerca de R$13 bilhões em crédito rural

e mais R$2 bilhões em crédito agroindustrial, totalizando R$15 bilhões. O volume de recursos a serem aplicados na safra 2003/04 alcançará R$20 bilhões, com incremento de 33,3% em relação à safra 2002/03. Desde abril, estamos financiando a aquisição antecipada de insumos para a nova safra, já tendo sido aplicados R$730 milhões nessa modalidade.

Há mudanças nas regras do financiamento agrícola?

— O governo estabeleceu a elevação das faixas de renda para enquadramento dos produtores da agricultura familiar. O grupo C, de acima de R$1.500,00 até R$10 mil para acima de R$2 mil até R$14 mil; o grupo D, de acima de R$10 mil até R$30 mil para acima de R$14 mil até R$40 mil. Além disso, são priorizados os investimentos que agreguem renda ou aumento de área explorada, para projetos conduzidos por mulheres, de turismo rural ou de modernização do parque de máquinas. Será dada também ênfase para o custeio de lavouras de milho, feijão, arroz, mandioca e trigo, com elevação de até 30% do teto de financiamento.

Quais foram as alterações nos tetos de financiamento?

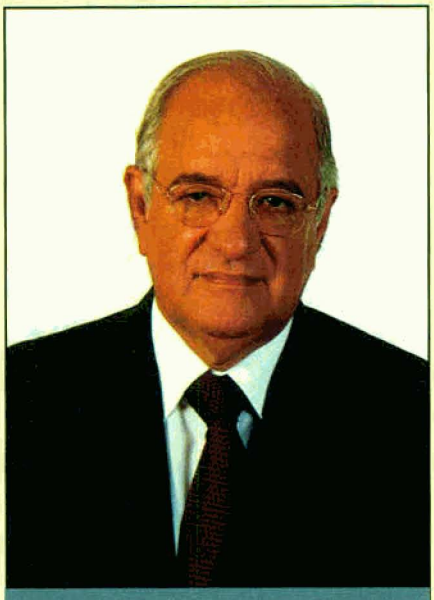
Nos tetos, os valores agora são os seguintes:

Brasil: financiamento agrícola
Valores dos novos tetos

Atividade/ grupo	Teto atual (em R$)	Novo teto (em R$)
Custeio A/C e C	2.000	2.500
Custeio D	5.000	6.000
Investimento A	12.000	15.000
Investimento C	4.000	6.000
Investimento D	15.000	18.000
Florestal C	6.000	4.000
Florestal D	4.000	6.000

Que outras mudanças ocorreram?

— Temos a renovação automática dos créditos de custeio nos grupos C e D, a criação da linha de crédito Pronaf Semi-Árido, para agricultores dos grupos A/C, C e D, destinada a projetos de infra-estrutura hídrica, e a criação do Proger Rural Familiar, para produtores em fase de transição do Pronaf para o Proger, com renda bruta anual familiar de até R$60 mil. Nesse caso, o teto de financiamento é de R$28 mil para custeio e de R$56 mil para investimento, limitados ao máximo de R$60 mil por cliente e com encargos financeiros de 7,25% ao ano.



O pequeno produtor vai receber o cartão da agricultura familiar. Com ele, fará suas operações em qualquer caixa eletrônico do BB. Isso melhora nosso atendimento ao cliente, inserindo-o na moderna tecnologia bancária, e diminui os custos

O Banco tem novas condições para os produtores de médio e grande porte e os outros beneficiários do crédito rural e agroindustrial. Para o Proger Rural, a elevação da renda bruta anual de R$60 mil para até R$80 mil; elevação de R$42 mil para R$56 mil do teto de financiamento para custeio e/ou investimento, limitados a R$80 mil por produtor; e redução de encargos financeiros de 8,75 para 7,25% ao ano. Os EGFs indústria atenderão 50% da capacidade anual de processamento das agroindústrias, e 100% das cooperativas. Há também a elevação nos tetos de financiamentos para custeio e EGF para o algodão, de R$400 mil para R$500 mil; lavouras irrigadas, de R$300 mil para R$400 mil; para o milho, de R$250 mil para R$400 mil; arroz, feijão, sorgo, trigo, amendoim, mandioca e frutíferas, de R$150 mil para R$200 mil; café, de R$100 mil para R$140 mil, e pecuária leiteira, de R$60 mil para R$90 mil. Entre outras medidas estão a elevação média de 40% nos preços mínimos de diversos produtos; a instituição de linha de crédito para financiamento da estocagem de até 60% do álcool mantido em estoque, com previsão de recursos da ordem de R$500 milhões – com taxas de 11,5% ao ano e prazo de até 11 meses –, e a instituição do Programa de Estímulo à Comercialização de Café Industrializado com Maior Valor Agregado, para estimular a agregação de valor ao café brasileiro via industrialização.

Como ficam as taxas de juros para novos empréstimos?

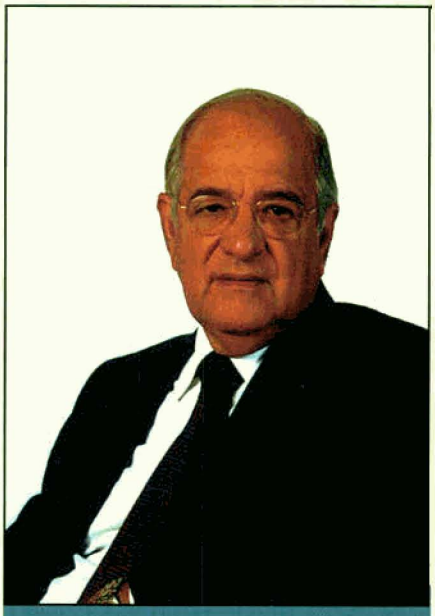
— Do montante previsto para a safra, parte expressiva de recursos (70,5% – R$14,1 bilhões) será emprestada com encargos prefixados, na faixa de 1,15 a 10,75% a.a.

Há maior oferta de recursos para o Pronaf?

— O Banco do Brasil vai aumentar suas aplicações na produção familiar em 57,4%, passando de R$2,1 milhões, aplicados na safra 2002/03, para R$3,3 milhões, na safra 2003/04. Com apoio do governo federal, o Banco adotará medidas de simplificação operacional do crédito para agricultores familiares, cujos resultados serão sentidos a partir dessa safra. Por exemplo, todas as propostas serão contratadas por sistemas automatizados e se adotará o contrato simplificado, uma única folha, com adesão a um outro contrato de cláusulas gerais registrado em cartório de títulos e documentos. Além disso, a movimentação da conta corrente do produtor será feita com o cartão da agricultura familiar, permitindo saques inclusive em terminais de auto-atendimento e inserindo o pequeno produtor na tecnologia bancária, assegurando-lhe reconhecimento e cidadania. Outras medidas são a simplificação dos procedimentos de adesão, condução ao seguro de safra Proagro, propiciando ao produtor manter-se na atividade mesmo ocorrendo adversidades climáticas, e a redução do número de documentos exigidos. Esses avanços também beneficiarão os produtores enquadrados no Proger Rural Familiar.

O que há de novo na renegociação das dívidas dos agricultores?

— A Lei 10.696, de julho de 2002, converteu em lei a MP 114, de março de 2003, revogando e sucedendo as Leis 10.464/2002 e 10.646/2003, trazendo novidades. No Procera, eleva de 70 para 90% o bônus de adimplência para a quitação da dívida. No Pronaf grupo A, inclui as operações de custeio na renegociação, prorroga as dívidas adimplentes de investimento por 10 anos, com dois de carência, e as de custeio por três anos, com um de carência. Na região do semiárido o bônus de adimplência para cada parcela paga até o vencimento passa a ser de 70%. No Pronaf/FCO, Pronaf/FAT-Agregar e Proger Rural, temos a inserção das operações de custeio (até R$5 mil) e a extensão da abrangência de renegociação das operações de Proger Rural para todo o país, antes limitadas ao Norte e Nordeste e Centro-Oeste. No FCO, prazo de 10 anos a contar da data da repactuação das dívidas, com dois de carência. E para o Pesa, autoriza a renegociação de parcelas vencidas, exclusivamente, para as operações adquiridas pela União. Poderão ser renegociadas as parcelas vencidas até 28 de fevereiro desse ano, pelo período de 13 anos, com pagamento em espécie de 10% do saldo devedor em atraso, e refinanciamento do remanescente com aquisição de 20,62% em títulos públicos federais. As disposições da Lei 10.696 estão aguardando regulamentação mediante publicação de Resolução CMN/Bacen.



A maioria das nossas terras não se ajusta às necessidades do Incra. Mas o Banco tem sua parcela de ajuda na reforma agrária. Diria que mais de 20% da reforma agrária feita no governo Fernando Henrique foram de terras disponibilizadas pelo Banco do Brasil

Recursos antes disponibilizados ao Bancoob estariam sendo direcionados ao BB. O que vai mudar no crédito rural cooperativo?

— Estamos implementando um conjunto de medidas de apoio ao setor cooperativista. Serão disponibilizados recursos para financiamento aos produtores por meio de convênios com as cooperativas, com sistemas informatizados para a troca de informações. Brevemente, as cooperativas poderão atuar como correspondente bancário BB, oferecendo produtos e serviços do Banco aos cooperados e ao público em geral. Além disso, continuaremos operacionalizando programas de apoio às cooperativas dos diversos ramos, como o Prodecoop e o BB Cooperfat.

Como está o mercado de papéis de CPR? Quanto o Banco tem girado?

— A cédula de produto rural – CPR – é um dos importantes instrumentos criados para que o produtor tenha acesso direto a recursos de mercado, de investidores dispostos a correr seu risco, ou de interessados em garantir o fornecimento de matéria-prima para suas atividades de industrialização, beneficiamento

ou exportação. Na verdade, temos dois mercados para a CPR: o dos investidores e o dos interessados em comprar produtos rurais ou vender insumos na base de troca. Estima-se que esses dois mercados possam chegar a um volume de R$15 bilhões. O Banco apóia o produtor concedendo aval ou adquirindo CPR diretamente do produtor, devendo realizar negócios da ordem de R$2 bilhões na safra 2003/04, comparados com R$1,1 bilhão no período anterior. Desde seu lançamento, em 1994, foram avalizadas cerca de 70 mil cédulas pelo Banco, no valor de R$3,4 bilhões.

Quais os produtores com maior giro e quais com crescimento mais promissor?

— Em 2003, o Banco já avalizou quase 11 mil CPRs, no valor de R$476 milhões, em negócios com produtos como algodão, aves, bovinos, café, cereais e frutas. Neste ano, as CPRs de bovinos (R$129 milhões) lideram o volume de negócios, seguidas de soja (R$108 milhões) e café (R$99 milhões). Acreditamos haver um grande potencial de crescimento em todas as cadeias produtivas, especialmente a bovinocultura, a soja e o algodão.

Como a criação do *clearing* de CPRs em conjunto com a BM&F promete facilitar a liquidez deste mercado?

— A cédula de produto rural foi criada para dar formalidade e formato adequado às transações comerciais e financeiras entre produtor e mercado, equilibrando as relações contratuais e permitindo a captação de recursos de mercado. Autorizada pelo Banco Central, a BM&F está registrando CPRs desde abril, quando lançou seu Sistema de Registro de Custódia de Títulos do Agronegócio. As CPRs avalizadas pelo Banco são registradas na central da BM&F, diariamente, por meio eletrônico. A Bolsa autorizou a utilização das CPRs ali registradas para o atendimento às chamadas de margem efetuadas por sua Câmara de Derivativos. As CPRs poderão ser endossadas eletronicamente. Isso incentivará o desenvolvimento do mercado secundário de CPRs, estimulando que novos investidores adquiram a cédula e possam sair da posição antes de seu vencimento, reduzindo custos para o produtor e aumentando o volume de recursos a sua disposição.

Qual a participação do *e-business* nos negócios gerados pelo agronegócio no Banco?

— O Balcão de Agronegócios, serviço de comércio eletrônico oferecido no *site* Agronegócios-e do Banco do Brasil, realizou em 2003 R$711 milhões em negócios. Os produtos mais negociados foram insumos, máquinas e equipamentos, animais vivos e CPRs. Desde seu lançamento, em julho de 2000, foram realizados 66.725 negócios no valor de R$1,7 milhão. O *site* conta hoje com cerca de 160 mil clientes habilitados. O Banco disponibiliza mecanismos que propiciam aos agentes garantia e proteção contra as variações de preços de comercialização de commodities, com a utilização de contratos padronizados, tanto em mercados futuros quanto em opções. No mercado interno, o Banco intermedeia para os clientes as negociações com a BM&F. No mercado externo, com o processo de internacionalização das bolsas de mercadorias, o Banco efetuou parceria com instituição financeira especialista em operações de *hedge* naqueles mercados. Atualmente os produtores podem efetuar proteções nas bolsas de Chicago, de Nova York e de Londres diretamente nas agências e postos de atendimento do BB. Os produtos que mais se destacam nas negociações da espécie – em ambos os mercados – são álcool, algodão, boi, cacau, café, milho e soja.

Está em estudo um programa de seguro rural privado. Como conciliar os prêmios do seguro com a natureza do negócio agrícola sujeito a riscos elevados?

— O seguro rural é destinado à cobertura dos riscos peculiares às atividades agrícola, pecuária, aqüícola e florestal, como os prejuízos decorrentes de eventos climáticos adversos, pragas e doenças; os decorrentes de sinistro nas garantias representadas por produtos armazenados e implementos; de dano em máquinas, benfeitorias, sacarias e embalagens. O governo encaminhou projeto de lei ao Congresso, com previsão de aprovação ainda este ano, criando o subsídio ao prêmio do seguro rural, de modo que a seguradora possa estabelecer preços compatíveis com os cálculos técnicos de risco, mas, com o subsídio, compatíveis com a capacidade de pagamento do produtor. É importante registrar que o Banco do Brasil tem uma empresa coligada, a Aliança do Brasil, que é a maior seguradora rural do país (68% do mercado), e que recentemente fez ajustes no seguro Ouro Agrícola, que protege a atividade agrícola. Entre os ajustes estão o aumento do limite de R$400 para R$600 mil por produtor/lavoura; a redução das taxas de soja e milho no Centro-Oeste; a possibilidade de contratação para lavouras não-financiadas, desde que o produtor rural seja cliente do Banco, e a inclusão de novos produtos e estados.

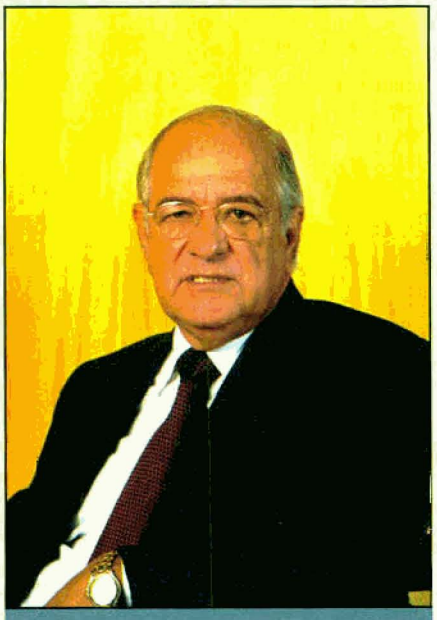
O governo anuncia que os recursos para a safra 2003/04 são maiores. Como se compara o aumento do crédito, por exemplo, há 10 anos, safra 1993/94, com o aumento de quase 50% verificado na produção no período?

— De 1990 a 2002, a produção brasileira cresceu muito. A de cana-de-açúcar cresceu 40%; soja, 110%; milho, 66%; arroz, 41%; fumo, 48%; laranja, 27%; avicultura, 223%; bovinocultura, 75%; suinocultura, 125%; pescado, 68%; leite, 45%. As razões do sucesso do agronegócio no Brasil não se esgotam em solo, luminosidade, relevo, água e melhoramento da infra-estrutura e da logística. Três pilares foram fundamentais: a capacidade gerencial dos produtores, a utilização de novas tecnologias, em especial a modernização das máqui-

nas e implementos, e os ajustes no modelo de financiamento. O governo, liderado pelo Ministério da Agricultura, teve um papel importante nesse processo, na implementação de programas de alongamento das dívidas e com as linhas de investimento como o Moderfrota, Propasto e outros programas.

Os produtores que não são mutuários do crédito rural oficial e que representam a massa dos produtores rurais devem estar pagando encargos financeiros de cerca de 38% ao ano. Como evitar essa transferência de renda exorbitante do setor agrícola para os segmentos que financiam a agricultura?

— Além do crédito rural, o setor agropecuário vem se financiando com recursos próprios e com os captados no mercado, por meio de CPR, ou em empresas fornecedoras e compradoras do setor. Relativamente ao custeio da produção, cuja demanda é da ordem de R$50 bilhões, estimativas não-oficiais indicam que 60% das necessidades são atendidas com recursos próprios, 28% com recursos do crédito rural e 12% com recursos das empresas fornecedoras de insumos ou compradoras. Os percentuais variam conforme a cadeia produtiva. Arroz, milho, feijão e trigo têm uma participação maior de crédito rural. A pecuária bovina vale-se de recursos próprios. Na soja, predominam os contratos. Os agricultores de pequeno porte estão sendo atendidos via Pronaf, Proger Familiar ou compras antecipadas pela Conab, e o governo estabeleceu um crescimento dos recursos alocados para esse segmento, 57,4% no Banco do Brasil. No caso dos produtores de médio e grande porte, aqueles que têm orçamento de custeio superior aos tetos de recursos controlados do crédito rural realmente têm que se valer de recursos próprios ou captados do mercado ou de fornecedores. Para esta safra, o Banco poderá direcionar recursos da Poupança-Ouro para a compra de CPRs, com taxas menores que as de mercado, o que deverá criar uma concorrência saudável e motivadora da redução das taxas praticadas nessas modalidades de financiamento. Com isso, e as demais modalidades de crédito rural e agroindustrial, vamos aumentar as aplicações entre os agricultores de porte não-familiar em cerca de 29,4%, passando de R$12,9 milhões aplicados na safra 2002/03, para R$16,7 milhões, na safra 2003/04.



Eu não financio produto com restrição a seu uso dentro do país. No caso dos transgênicos, temos uma orientação para que os produtores assinem uma declaração dizendo que seu produto não é transgênico. Cumprimos o que a legislação estabelece

Uma das principais preocupações do governo é a distribuição de terra. O Banco do Brasil tem uma boa quantidade de imóveis rurais. Eles não podem ser repassados para utilização no programa de reforma agrária?

— Temos cerca de 100 fazendas, com aproximadamente 100 mil hectares, recebidas para quitação de dívidas. Somos obrigados a mandar esses imóveis de volta para o mercado e estamos conversando com o Incra, mandando a lista de todas as áreas que temos. O Banco está interessado em repassar esses imóveis em troca de TDAs (títulos da dívida agrária), como pagamento da terra nua, e recebendo em dinheiro pelas benfeitorias. A maioria dessas terras, lamentavelmente, não se ajusta às necessidades do Incra. Mas o Banco tem sua parcela de ajuda na reforma agrária. Eu diria que mais de 20% da reforma agrária feita no governo Fernando Henrique foram de terras disponibilizadas pelo Banco do Brasil.

Qual a posição do Banco do Brasil em relação ao financiamento de produtos transgênicos?

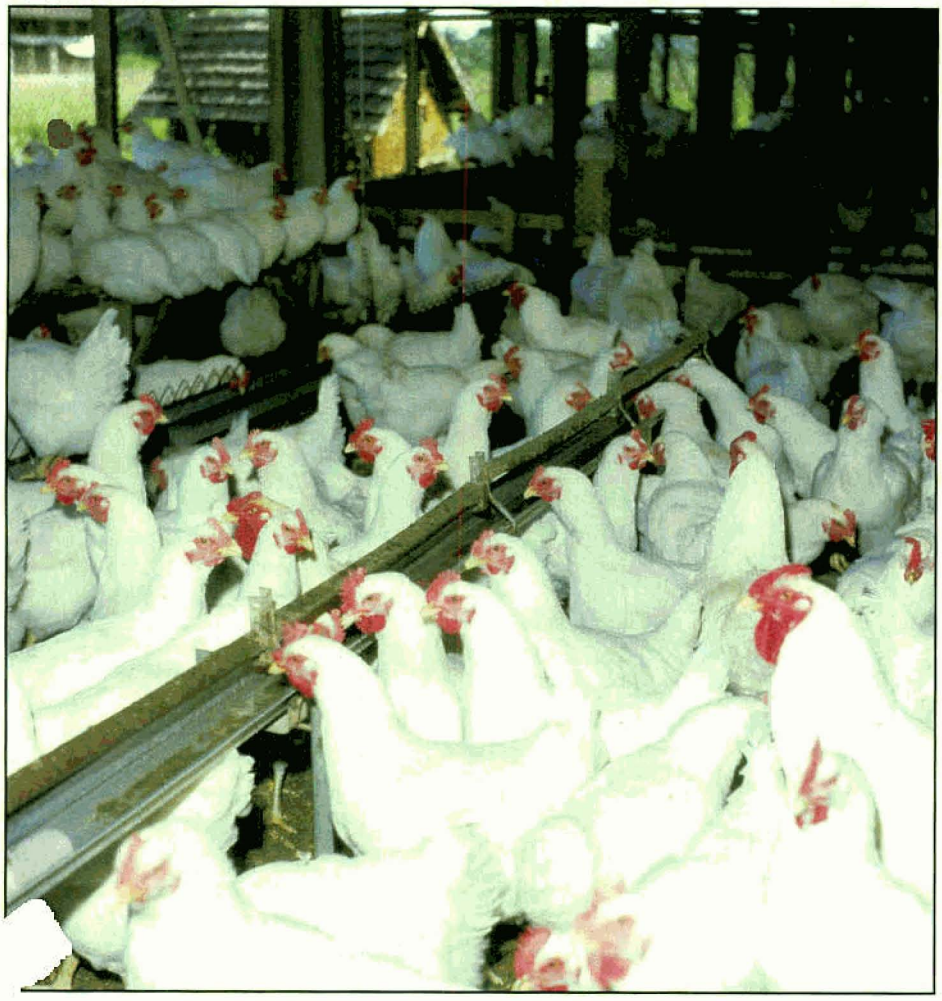
— Com relação a isso só temos uma política: não financiamos nenhum produto que tenha qualquer legislação que o proíba. Eu não financio maconha, não financio produto que tenha qualquer restrição a seu uso dentro do país. No caso dos transgênicos, temos uma orientação às agências determinando que os produtores têm que assinar uma declaração dizendo que seu produto não é transgênico. Cumprimos o que a legislação estabelece.

Saudável desempenho

Há duas décadas o preço acessível faz o consumo da carne de frango crescer entre os brasileiros

GLAUCO MENEGHETI
Especial para AGROANALYSIS

Fotos: Arquivo, A Granja



O desemprego é recorde – 13% conforme o último levantamento do IBGE –, o juro real bate a estratosfera, o crédito anda escasso, mas assim mesmo o consumo de carne de frango pelos brasileiros não pára de crescer. Para 2003, projeta-se a comercialização de 6,110 milhões de toneladas no mercado interno, quando em 2002 as vendas alcançaram 5,849 milhões. A curva de consumo foi igualmente ascendente durante toda a década passada e repete esse movimento na atual.

O que torna o produto praticamente imune à crise econômica pela qual passa o país é o preço acessível dessa que se tornou a segunda principal fonte de proteína para a população brasileira, ficando atrás apenas da carne bovina. "A perda do poder aquisitivo durante os últimos anos favoreceu o consumo interno da carne de frango, cuja cadeia produtiva transferiu para o consumidor seus ganhos de produtividade", analisa José Teixeira da Silva, da Consultoria Aves & Ovos.

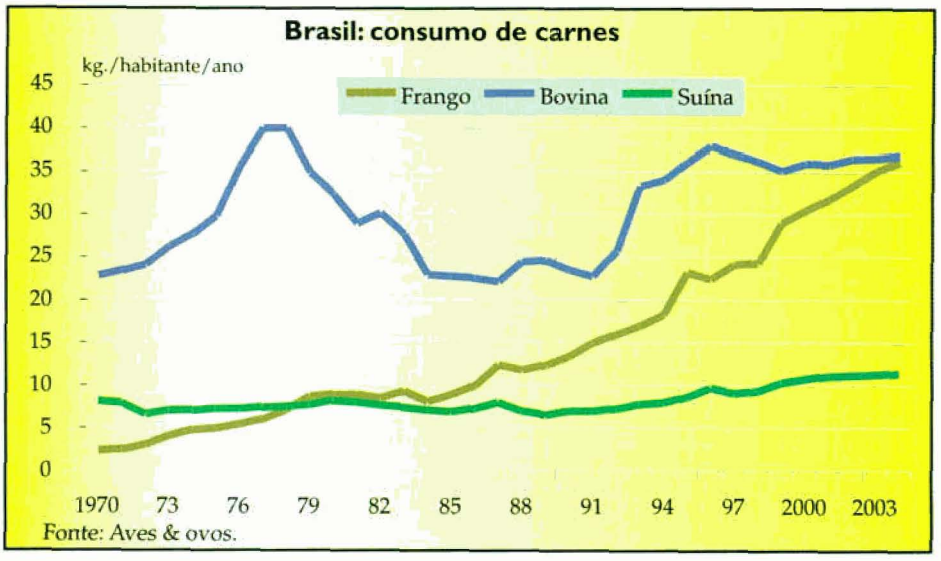
Em 1990, foram absorvidos 2,057 milhões de toneladas internamente.

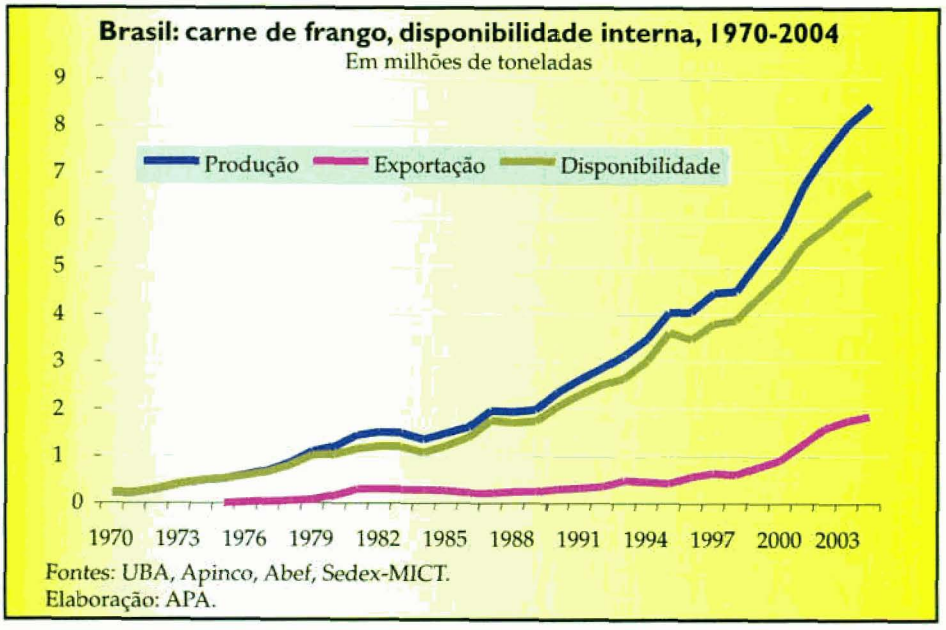
Doze anos mais tarde, o consumo quase havia triplicado. A despeito dos holofotes da mídia sobre as exportações, é o mercado interno quem se apropria da maior fatia da produção brasileira, prevista em 7,870 milhões em 2003 – um incremento de 4,65% sobre 2002, quando foram produzidos 7.516.923t.

O ano de 2002 conjugou o câmbio favorável às exportações com a elevação excessiva da cotação do milho no mercado interno, o insumo de maior peso na formação do custo do frango vivo. Em algumas regiões, o preço chegou a ultrapassar os R$30 a saca de 60kg no período de pico. O item mais importante na formação do preço da carne de frango é sua principal matéria-prima, o custo da ave viva. A ração representa 77,90% do total. Por sua vez, aproximadamente 65% do peso da ração são compostos pelo milho. Assim, metade do custo de produção do frango vivo é atrelado ao cereal.

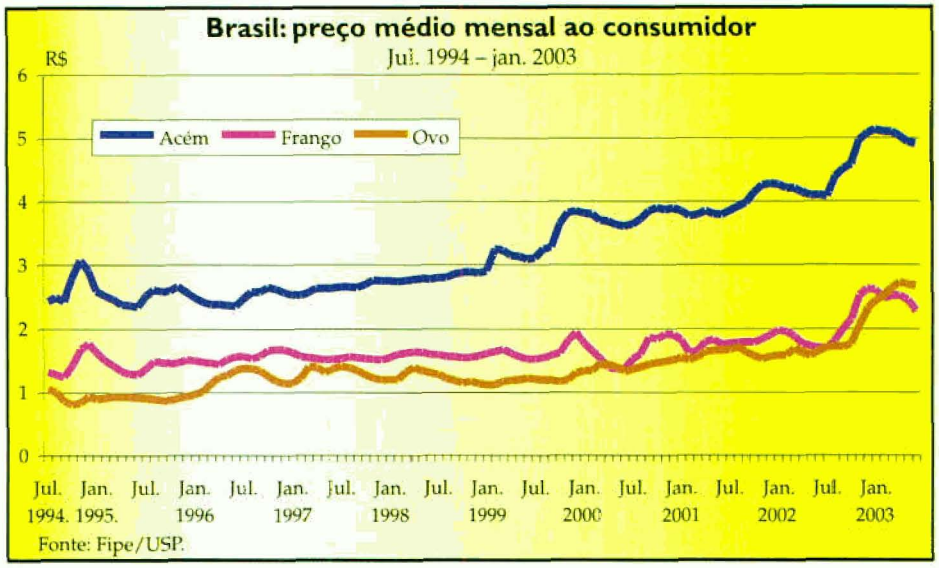
Inevitavelmente esse custo foi repassado ao consumidor no ano passado, que iniciou o semestre pagando o quilo a R$1,99 e terminou tendo que tirar da carteira R$2,62 em dezembro – variação de 31,65%. A impossibilidade de impor aos consumidores o repasse integral do aumento de custos gerou um arranhão no desempenho de grandes frigoríficos como Sadia e Perdigão, que tiveram seus papéis desvalorizados no ano passado. "O aumento do preço do cereal foi rápido e elevado. A demanda reprimida não permitiu às empresas repassarem esse custo, o que desencadeou a diminuição de suas margens de rentabilidade", explica Deivis Faria da Silva, analista da FNP Consultoria.

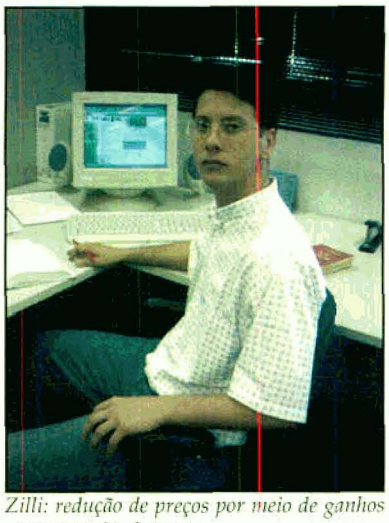
Para compensar, a Rússia foi o principal cliente da carne de frango em 2002, comprando algo como 350 mil toneladas. Os embarques brasileiros ainda foram favorecidos pelos estoques preventivos à guerra do Iraque, formados por alguns países do Oriente Médio, além da rejeição











Zilli: redução de preços por meio de ganhos sistêmicos de eficiência

Carne de frango: dados do mundo e do Brasil
Em mil toneladas

	1990	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003*	2004**
Produção									
Mundial	24,427	37,078	40,234	43,412	45,800	47,618	49,169	49,095	50,500
Brasil	2,356	4,562	4,498	5,139	5,732	6,736	7,449	8,045	8,450
Brasil %	9,6	12,3	11,2	11,8	12,5	14,1	15,1	16,4	16,7
Importação									
Mundial	1,653	3,937	3,555	3,986	4,029	4,391	4,389	4,486	4,600
Brasil	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Brasil %	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Exportação									
Mundial	2,177	4,287	4,196	4,462	4,868	5,607	5,334	5,556	5,800
Brasil	0,299	0,649	0,613	0,771	0,916	1,249	1,600	1,760	1,850
Brasil %	13,7	15,1	14,6	17,3	18,8	22,3	30,0	31,2	31,9
Consumo									
Mundial	23,980	36,504	39,568	42,900	44,919	46,352	48,224	48,030	49,500
Brasil	2,057	3,812	3,886	4,369	4,816	5,487	5,849	6,285	6,600
Brasil %	8,6	10,4	9,8	10,2	10,7	11,8	12,3	13,1	13,3
Per capita									
Brasil***	13,4	24,0	24,4	29,1	30,5	31,8	33,7	35,1	36,2

Fontes: Usda, Abef, Apinco, IBGE e MDIC e UBA.
*Previsão; **estimativa; ***kg/hab./ano.

ao produto norte-americano. Tal panorama favoreceu a venda de 1,6 milhão de toneladas em 2002, um recorde que atingiu 30% do total exportado no mundo.

O QUE NOS ESPERA

O mesmo problema de demanda reprimida, dessa vez mais agudo, foi observado no primeiro semestre de 2003, quando o novo governo estava lutando contra a inflação com uma série de medidas para frear a economia e o consumo – entre elas, a elevação da taxa Selic e o aumento do compulsório sobre os depósitos à vista, tornando o crédito mais escasso e caro. Para acalmar a desconfiança dos credores, ainda elevou a meta do superávit primário (relação de tudo que o governo gasta e recebe descontados os juros) estabelecida com o Fundo Monetário Internacional (FMI). Com isso, o governo conseguiu controlar a inflação, mas também asfixiar a economia, elevar o desemprego e fazer despencar a produção na indústria, entre outros efeitos indesejáveis.

A cadeia de produção tentou se precaver, não aumentando os alojamentos de matrizes, cuja ociosidade fechou 2002 em 3%. Diante de um mercado interno recessivo, mais uma vez apostava-se nas exportações. No primeiro semestre houve um pequeno recuo nas vendas para o mercado interno, totalizando 2.823.768t – 75,6% de 3.736.460t.

O mês de abril foi marcado por um duro golpe na expectativa, quando a Rússia impôs uma cota de importação aos níveis exportados pelo Brasil em 2000 (133 mil toneladas). Para piorar, a União Européia mudou sua legislação sanitária, tornando-a mais restritiva à administração de antibióticos nas aves. Resultado: mesmo com uma produção mais enxuta, o que se esperava exportar teve de ser realocado ao mercado interno. Para o consumidor, apavorado com a volta da inflação e a perda de poder aquisitivo, representou poder levar mais frango para casa.

No primeiro semestre, o desembolso para engordar as aves apresentou um aumento médio de 47,4%



Menezes: queda de consumo de produtos com maior valor agregado

em relação a igual espaço de tempo do ano passado (R$1,40/R$0,95 por quilo de ave viva). No mês de junho, o gasto foi de R$1,27 por quilo. Entretanto, o preço da carne de frango ao consumidor em São Paulo, apurado pelo Procon/Dieese no dia 30 de junho, era de R$2,04 por quilo – menos 14,6%, comparado a 27 de dezembro de 2002.

Novamente a gangorra

Embora o preço do milho estivesse elevado no início de 2003, a entrada da safra de verão provocou seu recuo a níveis mais civilizados, cerca de R$12 a saca de 60kg. A produção do cereal na safra 2002/03, conforme a mais nova previsão da FNP, deve ser de 45,19 milhões de toneladas, o que representa um incremento em volume de 28,1% em relação a 2002. O estoque de passagem de 1 milhão de toneladas estabeleceu uma situação bem mais confortável para a indústria, que deve aproveitar o momento para se abastecer do produto. As maiores empresas chegam a realizar aquisições para seis meses, quando estão bem capitalizadas e o valor do grão compensa.

A queda do preço do milho neste ano em relação a 2002 teve um reflexo sobre a cotação do frango abatido no atacado, que em janeiro era de R$1,86 e em junho de R$1,64 (-11,8%). O que é bom para os consumidores, necessariamente não o é para as indústrias. A menor cotação do milho influi na diminuição do custo de produção da ave viva, porém não necessariamente na mesma proporção para o frango abatido, o que torna problemática a recomposição da margem de lucro do frango inteiro.

"O consumo de produtos com maior valor agregado caiu, pois são nítidos a perda de renda e o crescimento do desemprego no país", testemunha o diretor de relações institucionais da Perdigão Agroindustrial, Ricardo Menezes. Graças a isso, a empresa diminuiu os volumes destinados ao mercado interno e incrementou as exportações no primeiro semestre. "As expectativas para o terceiro trimestre de 2003 são de que o mercado reaja positivamente. Além disso, o final do ano é historicamente o melhor período para a agroindústria", observa o executivo.

Menezes tem razão. O que vai determinar o desempenho do varejo são fatores clássicos, como massa salarial, renda do consumidor, crédito e expectativa em relação ao ambiente econômico. Por um lado, deve haver recuperação da renda no mercado formal, porque a maioria

Frango de corte: evolução dos coeficientes técnicos de produção

Ano	Peso do frango (em gramas)	Conversão (alimentar)	Idade (semanas/dias)
1930	1.500	3,50	15 semanas
1940	1.550	3,00	14 semanas
1950	1.800	2,50	10 semanas
1960	1.600	2,25	8 semanas
1970	1.700	2,15	7 semanas
1980	1.800	2,05	7 semanas
1984	1.860	2,00	47 dias
1988	1.940	2,00	47 dias
1994	2.050	1,98	45 dias
1998	2.150	1,95	45 dias
2000	2.250	1,88	43 dias
2001	2.300	1,85	42 dias

Fonte: José CarlosTeixeira Consultoria S/C Ltda.

A tabela reflete a evolução do setor. Essa evolução apresenta relativa homogeneidade técnica, superior à de outras atividades agropecuárias. Como se pode ver, todos os indicadores mostram aumento de eficiência

Brasil: mercado de carnes – preços ao consumidor
Frango (US$/kg) x acém (US$/kg) – %

Meses	1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002	2003
Janeiro	74	80	66	67	60	63	61	65	57	56	46	47	47	51
Fevereiro	80	73	88	63	56	60	61	62	59	51	43	43	47	48
Março	64	70	68	62	59	59	62	61	59	52	41	44	45	49
Abril	62	70	56	60	58	57	61	58	60	51	37	47	42	50
Maio	61	74	64	55	66	55	65	58	59	50	38	48	42	49
Junho	60	75	69	64	48	55	67	58	58	50	38	47	41	46
Julho	87	68	59	65	55	55	64	58	57	49	42	46	41	
Agosto	93	55	57	42	52	57	60	59	56	48	43	46	41	
Setembro	76	56	58	58	51	58	62	59	55	47	49	45	45	
Outubro	74	45	64	59	51	56	63	57	54	44	47	43	47	
Novembro	68	59	74	63	55	55	64	55	54	47	50	43	51	
Dezembro	77	63	72	66	61	59	66	55	55	50	49	45	51	
Média anual	73	64	66	60	56	57	63	59	57	49	44	45	45	
Evolução	100	88	90	82	77	78	86	81	78	67	60	62	62	

Média 1990/2002: 56,7.
Fonte: Fipe.



A Rússia foi o principal cliente da carne de frango brasileira em 2002: 350 mil toneladas

das categorias está conquistando reposição quase integral da inflação. Como a inflação não deve voltar a subir, esse ganho fica protegido.

Categorias que fecharam a reposição salarial entre maio e junho negociaram um aumento imediato de 15% e de 5% para o final do ano. O índice nacional de preços ao consumidor (INPC) acumulado nos 12 meses terminados em junho foi de 19,64%. O reajuste de 20% sobre o salário mínimo e o aumento na quantidade de aposentados vão compor esse crescimento de recursos disponíveis. Só até julho, houve 623 mil novos benefícios do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Computados o aumento de renda dos inativos e a evolução do mercado formal, projeta-se um crescimento nominal dos pagamentos totais do 13° salário de 8% este ano. Um verdadeiro alento para a economia.

O mercado de capitais, que possui sofisticados mecanismos para avaliar a saúde financeira e o desempenho das empresas, deu um

Banho de eficiência

O consumo interno *per capita* de carne de frango prosperou de maneira sensível durante o Plano Real. Em 1994, na média, o brasileiro consumiu 18,30kg dessa proteína. A carne de gado reinava absoluta à mesa: o consumo *per capita* anual foi de 34,10kg. Desse período até 2002, a demanda interna de carne de gado continuou estabilizada, enquanto a de frango deu um salto (34kg *per capita*). Parte desse fenômeno pode ser creditada à estabilidade econômica, que possibilitou a inclusão da proteína animal no cardápio das classes mais baixas. Outro fator, absolutamente indispensável, foi a eficiência produtiva desenvolvida dentro da cadeia de produção.

O crescimento do setor ocorreu a partir do dinamismo do mercado doméstico da carne de frango, impulsionado pelo rápido declínio do preço relativo às outras carnes e ao índice geral de preços. A partir de 1989, quando eram produzidos 2,05 milhões de toneladas, o setor estabeleceu crescimentos em volume acima de 8% ao ano, até chegar aos 7,5 milhões de toneladas em 2002.

Uma das hipóteses sobre o aumento da procura pela carne de frango provém da queda de seu preço relativamente às outras carnes. As análises baseadas nos preços de atacado no estado de São Paulo indicam que há uma correlação negativa entre o preço do frango e a quantidade produzida. Pode-se observar que os preços – medidos em termos reais (deflacionados) – caíram vertiginosamente nos últimos 12 anos. Desde o início do Plano Real até 2002, por exemplo, há uma redução de 90% no preço do quilo da carne de frango. De acordo com levantamento da Fipe, o valor do quilo do acém ao consumidor esteve 56,7% acima do de frango no período que compreende 1990 a 2002.

Para driblar essa perda de valor, a cadeia agroindustrial teve de lançar mão de alguns recursos tecnológicos, como o desenvolvimento da genética, o aperfeiçoamento do controle sanitário e o surgimento de novas fórmulas nutricionais. Com isso, melhoraram-se a conversão alimentar, os índices zootécnicos – que levaram a maior abertura de mercados – e a redução significativa dos custos da ração. O índice de conversão alimentar – quantidade de ração necessária para obter 1kg de frango vivo – é a prova dos ganhos de produtividade do setor.

Em 1930, de acordo com *Aves & Ovos*, eram necessários 3,5kg de ração para gerar 1,5kg em 15 semanas. Nas décadas seguintes, o desenvolvimento de linhagens com melhor conversão alimentar e de rações melhoradas possibilitou uma conversão de 1,85kg de ração para cada 1kg de frango vivo, com a ave alcançando um peso médio de 2,24kg com 42 dias de vida, segundo dados do Cepea/Esalq/USP.

crédito para os dois maiores frigoríficos do setor. As ações de Sadia e Perdigão tiveram forte valorização no final do mês de julho na Bovespa. O papel PN da Sadia fechou com alta de 4,73% no dia 30, a R$1,77. O da Perdigão ganhou 4% e encerrou o pregão em R$13,52. Por trás disso existem fundamentos consistentes, como a divulgação do balanço do terceiro trimestre da Sadia, cujas expectativas apontavam um lucro líquido de R$100 milhões. No segundo trimestre de 2002, o lucro foi de R$41,3 milhões.

A perspectiva de melhora nas margens do setor no segundo semestre sustenta a valorização. A melhora deve ocorrer por conta do menor custo com milho e soja. Além disso, o setor deve ter desempenho favorável no mercado externo. Segundo levantamento do Valor Data, as ações PN da Sadia se valorizaram 24,38% no mês e 47,18% no ano. No caso da Perdigão, a apreciação foi de 13,14% no mês e 10,82% no ano.



O desembolso para engordar as aves aumentou 47,4% no primeiro semestre deste ano

Outro fator que deu grande estabilidade à cadeia foi o sistema vertical, que amarra avicultores e abatedouros a um rígido sistema contratual. Atualmente, mais de 90% da oferta de carne resultam das chamadas integrações, o que permite às empresas a programação de abate com 60 dias de antecedência e uma capacidade elástica à demanda.

Os produtores se preocupam somente em produzir um frango saudável, com o peso necessário para abate. Nada de imobilizar capital com insumos ou comercialização. Os integrados recebem da agroindústria a que estão vinculados todos os insumos necessários ao processo de produção, bem como a assistência técnica específica da atividade. "Esse sistema de produção garante redução de preços ao consumidor por meio de ganhos sistêmicos de eficiência", assegura Julcemar Bruno Zilli, pesquisador do Cepea/USP. Por um lado, a produtividade na criação das aves pelos integrados leva a menores custos de produção.

Deve-se destacar também a redução de estoques e do tempo ocioso dos ativos, possibilitada pela programação da produção e pela eliminação dos custos de transação, tais como venda, compra e negociações. "Além disso, a integração proporcionou consideráveis ganhos de economia de escala, levando o setor a produzir com custos decrescentes e a fornecer ao mercado um produto a preços reais também decrescentes", diz Zilli.

O único gargalo ainda não resolvido é o da estabilidade no fornecimento do milho, principalmente depois que o governo federal deixou de formar estoques reguladores. A regulação se dá pela lei da oferta e da procura, que nem sempre garante estabilidade. Resultado: anos de escassez precipitam uma boa elevação dos preços, que por sua vez atiçam o interesse dos produtores na decisão de plantio. Na safra seguinte o mercado é inundado e novamente o valor despenca.

Os agentes privados, personificados principalmente pelas agroindústrias da suinocultura e avicultura de corte e de postura, não se interessam em sinalizar preço ao produtor. Essa conduta tem uma razão: o custo elevado de armazenagem desmotiva a aquisição de estoques mais duradouros. Por outro lado, anos marcados por preços em alta são compensados pelos seguintes, de baixa valoração. Não são poucos os que defendem que a indústria poderia utilizar contratos de compra antecipada para garantir alguma segurança ao produtor, muitas vezes tentado a abandonar a cultura pela baixa remuneração. Em 2002, a avicultura consumiu 15 milhões de toneladas de milho (58,5% do total usado na alimentação animal).

Fotos: Arquivo *A Granja*



AVICULTURA

Meia-trava

Novo sistema de cotas prejudicou a participação do Brasil no mercado russo, o segundo maior do planeta

JOSÉ SÉRGIO OSSE
Especial para AGROANALYSIS

Os exportadores brasileiros de carne de frango não devem atingir a meta de crescimento das vendas estabelecida no início do ano. Ainda assim, esperam que a rentabilidade com as exportações chegue ao esperado em janeiro. As metas foram revistas no início do mês de junho com base em números referentes às exportações brasileiras entre janeiro e maio, comparadas com esses meses no ano passado.

No período, as exportações alcançaram a marca de US$643,8 milhões, 28,3% a mais que nos primeiros cinco meses de 2002. Isso porém se deu principalmente por uma recuperação nos preços no mercado internacional. Em maio, a tonelada era negociada em média a US$880, preço 5% superior ao de abril e 16% mais alto que o de janeiro. Segundo a Associação Brasileira dos Exportadores de Frangos (Abef), apesar de um crescimento no resultado parcial de 2003 contra o correspondente de 2002, na realidade as vendas estão em queda. Os dois principais motivos são as barreiras tarifárias e sanitárias enfrentadas pelo produto brasileiro e, mais recentemente, a

Brasil: comparativo das exportações de carne de frangos
Jan./maio 2003 x jan./maio 2002 (kg líquido)

	Inteiro			Cortes			Total		
	2003	2002	%	2003	2002	%	2003	2002	%
Janeiro	63.507.445	42.475.265	49,5	83.002.321	55.622.211	49,2	146.509.766	98.097.476	49,4
Fevereiro	80.768.730	50.489.546	60,0	92.644.303	58.253.143	59,0	173.413.033	108.742.689	59,5
Março	68.974.528	46.675.936	47,8	95.035.843	68.837.516	38,1	164.010.371	115.513.452	42,0
Abril	50.013.772	45.208.531	10,6	93.273.880	57.641.025	61,8	143.287.652	102.849.556	39,3
Maio	45.455.046	43.712.994	4,0	84.579.101	50.617.799	67,1	130.034.147	94.330.793	37,8
Subtotal	308719521	228.562.272	35,1	448.535.448	290.971.694	54,2	757.254.969	519.533.966	45,8
Industralizados							14.972.067	7.408.853	102,1
Total	308.719.521	228.562.272	35,1	448.535.448	290.971.694	54,2	772.227.036	526.942.819	46,5

Fonte: Abef.

Brasil: comparativo das exportações de carne de frangos
Jan./maio 2003 x jan./maio 2002 (US$ FOB)

	Inteiro			Cortes			Total		
	2003	2002	%	2003	2002	%	2003	2002	%
Janeiro	43.877.264	33.830.226	29,70	67.764.116	63.830.704	6,16	111.641.380	97.660.930	14,32
Fevereiro	55.809.460	38.509.447	44,92	77.750.412	62.240.403	24,92	133.559.872	100.749.850	32,57
Março	50.658.069	34.004.993	48,97	76.275.699	79.294.275	(3,81)	126.933.768	113.299.268	12,03
Abril	39.330.713	30.724.906	28,01	81.931.735	62.142.287	31,85	121.262.448	92.867.193	30,58
Maio	33.182.496	29.420.757	12,79	81.311.972	50.695.993	60,39	114.494.468	80.116.750	42,91
Subtotal	222.858.002	166.490.329	33,86	385.033.934	318.203.662	21,00	607.891.936	484.693.991	25,42
Industralizados							36.005.113	16.881.167	113,29
Total	222.858.002	166.490.329	33,86	385.033.934	318.203.662	21,00	643.897.049	501.575.158	28,37

Fonte: Abef.

adoção de um sistema de cotas de importação pela Rússia, o que, por causa de sua metodologia de cálculo, acabou prejudicando o Brasil.

Com esses entraves ao comércio do frango brasileiro, as metas de crescimento foram reduzidas substancialmente para este ano. A Abef calcula que o volume de frango exportado deverá aumentar entre 3% e 5% em 2003. Inicialmente o esperado era um crescimento entre 8% e 10%, na hipótese mais otimista.

Ainda assim, a associação espera que a meta de crescimento da rentabilidade do setor seja mantida. Mesmo levando em consideração a queda na cotação do dólar nos últimos meses, relativamente desfavorável para os produtores brasileiros, houve uma diminuição na oferta mundial de carne de frango, principalmente por motivos sanitários. Espera-se que o ano feche com um crescimento entre 10% e 12% na rentabilidade em relação ao ano anterior.

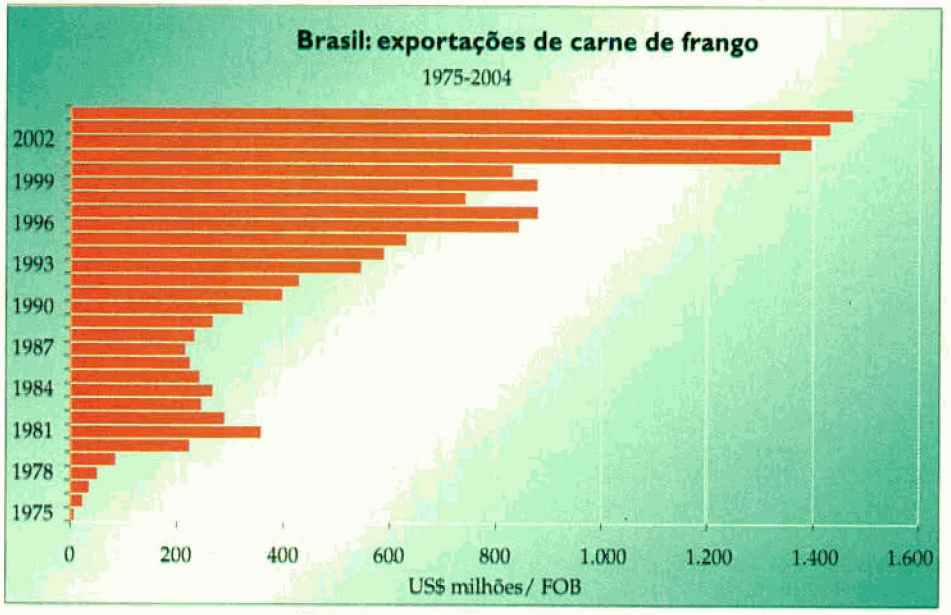
Cotas de importação

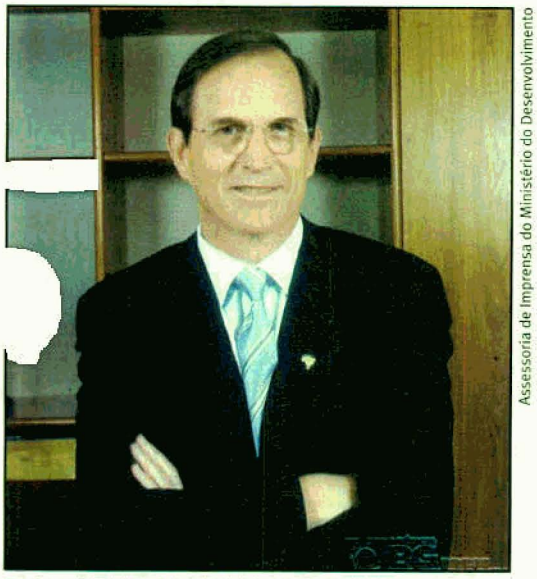
A principal dificuldade para os brasileiros, segundo a Abef, tem sido a redução das exportações para a Rússia, o segundo maior importador mundial de carne de frangos. Desde maio, o país, que compra em média 1,3 milhão de toneladas de outros países por ano, adotou um sistema de cotas de importação por origem. Depois que essa barreira entrou em vigor, as vendas brasileiras anuais estão limitadas a 33,3 mil toneladas, pouco mais que a média mensal exportada durante o ano passado, de 25 mil toneladas. Ao todo foram exportadas cerca de 300 mil toneladas de frangos inteiros

Insight Assessoria de Comunicação



Martins: o cálculo das cotas prejudicou o Brasil





Assessoria de Imprensa do Ministério do Desenvolvimento

Furlan: proposta de criação de uma cota global

e cortes para a Rússia em 2002.

Segundo Cláudio Martins, diretor-executivo da Abef, o Brasil foi prejudicado pela metodologia de cálculo das cotas adotada pela Rússia. Foi utilizado como referencial o triênio 1999-2001 para definir a cota correspondente a cada país exportador. Estabeleceu-se a média de volume de frango comprado de cada país e, assim, definido o *share* de cada um. No período em análise, porém, o Brasil ainda não tinha participação muito grande no mercado russo, apesar de ter um dos preços mais competitivos entre os países exportadores. Isso fez com que o país tenha ficado com uma cota tão reduzida, apesar de ser hoje um dos maiores exportadores de frango para o país europeu.

O motivo alegado pelo governo russo para a adoção do sistema de cotas foi a proteção dos produtores internos contra frango importado mais barato às custas de subsídios. Assim, para impedir uma crise em seu setor produtivo, o governo decidiu limitar a importação, evitando que o volume importado criasse distorções no mercado local.

Propostas brasileiras

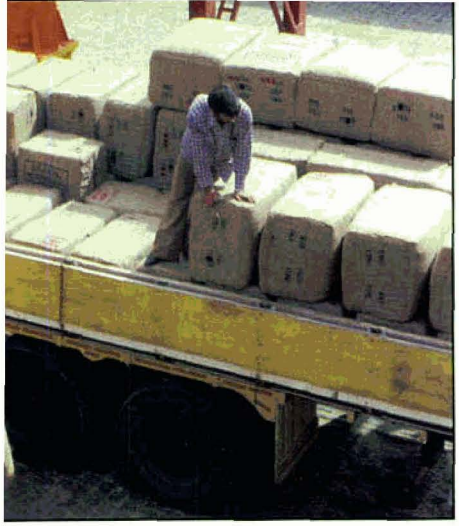
Há algumas semanas, uma missão brasileira de comércio chefiada pelo ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, foi enviada a Moscou para tentar encontrar uma saída para o problema. Em sua pasta, Furlan levava duas propostas: que Rússia acabasse com as cotas de origem e criasse uma cota global pela qual os países exportadores competiriam livremente. Isso seria bom para o Brasil que, hoje, conta com um dos preços mais competitivos do mundo para frangos, mesmo sem subsídios a exportação ou produção.

Essa, segundo Martins, seria a melhor opção para o Brasil, o país mais competitivo no setor atualmente. No entanto essa opção iria diretamente de encontro ao interesse dos Estados Unidos, que, mesmo com preços menos competitivos, acabou ficando com uma das maiores cotas, já que no período de referência era a principal origem do frango importado pela Rússia. Hoje, porém, enfrentando problemas sanitários em grande parte de seu território, o produto americano se tornou menos interessante que o brasileiro do ponto de vista comercial.



A outra proposta apresentada por Furlan aos russos foi que recalculassem as cotas, usando como referência o triênio 2000-02, no qual a participação brasileira no mercado russo era mais expressiva, ainda que menor que a verificada no ano passado e início deste. Se fosse aceito o recálculo, diz Martins, o Brasil não conseguiria reconquistar completamente sua antiga fatia desse mercado, apesar de ficar em uma situação comparativamente melhor que a atual, com o sistema de cotas.

Em outubro haverá uma revisão do sistema. A legislação russa exige que toda decisão comercial seja revista após seis meses de vigência, num esforço de ajustar eventuais distorções e adaptar os acordos às reais necessidades do país e de seu mercado. Com isso, há ainda a esperança de que o sistema seja revisto de forma a minimizar as perdas comerciais brasileiras. Ao ministro Furlan foi prometido pelas autoridades russas que o sistema de cotas de origem deve ser revisto e,



possivelmente, eliminado.

Praticamente certo, porém, é que no fim do ano uma cota de 150 mil toneladas, não vinculada pelo governo russo a nenhum país, deverá ser a primeira a ser comercializada com livre competitividade entre os exportadores. Segundo o diretor da Abef, a chance de o Brasil conseguir uma boa fatia dessa cota é grande, tendo em vista a competitividade de preços e a qualidade do frango brasileiro.

"A Rússia é um mercado importantíssimo para o Brasil, e por isso precisamos brigar para reconquistar o espaço perdido por causa do sistema de cotas", diz Martins. "Esse foi um dos principais fatores que afetaram nossa expectativa de crescimento para 2003, mas pode ser minimizado nos próximos meses com a flexibilização do sistema pela Rússia."

Barreiras sanitárias

Desde que, no ano passado, houve um suposto caso de contaminação da carne brasileira por produtos proibidos na União Européia, a fiscalização do frango do país se tornou mais rigorosa. Atualmente, as autoridades sanitárias européias realizam testes em todo o carregamento brasileiro de frango, não mais por amostragem, como era o costume antes da suposta contaminação.

A substância que teria sido encontrada, o nitrofurano, é um antibiótico animal, proibido há alguns anos na Europa e desde maio de 2002 no Brasil, considerado cancerígeno. Os grandes exportadores brasileiros contestam a acusação e afirmam que é impossível comprar o produto em grande escala no Brasil para utilizá-lo nas aves a serem enviadas para o exterior. Segundo Martins, pode ter acontecido que a análise da UE tenha sido feita em um carregamento de produtores menores que, contra a lei, utilizaram a substância proibida para a produção da carne exportada.

Com a fiscalização mais severa, a carne brasileira perde competitividade, uma vez que tem que ser propriamente armazenada na origem até que seja liberada a comercialização. De acordo com a Abef, esses procedimentos podem demorar até mais de um mês.

Uma solução em estudo pelo governo brasileiro e exportadores é a utilização de um monitoramento prévio dos embarques brasileiros, nos moldes da fiscalização realizada na Europa. Assim, como a carne já estaria analisada antes mesmo de deixar o país, seria possível voltar a fiscalizar apenas uma amostra de até 10% do produto no destino. Essa forma de atuação melhoraria a logística dos exportadores e não influenciaria na competitividade do produto brasileiro.

Milho caro

De acordo com Cláudio Martins, outros problemas preocupam os produtores e exportadores, como o preço dos insumos, principalmente rações. Nos últimos meses, a alta no preço do milho, principal componente da maioria das rações animais, elevou o custo de produção dos avicultores, prejudicando ainda mais a sustentação da meta fixada no início do ano. Segundo o Sindirações (Sindicato Nacional das Indústrias de Alimentação Animal), o milho corresponde a cerca de 65% da composição das rações avícolas. De acordo com números da Fundação Getulio Vargas, o preço da saca de 60kg de milho subiu 26% entre junho de 2002 e o mesmo mês deste ano.

Isso prejudicou o resultado dos produtores, principalmente no início do ano, quando a cotação desse insumo estava ainda mais elevada e teve seu papel na revisão da meta de crescimento das exportações da Abef, afirmou Martins.

De olho no Oriente Médio

O Brasil poderá ajudar na reconstrução do Iraque através do comércio de carne de frango, afirma Cláudio Martins, diretor executivo da Abef. Segundo ele, o Brasil tem experiência no comércio com nações do Oriente Médio, atualmente os principais clientes dos exportadores de frango do país.

Essa experiência pode ser canalizada para ajudar o Iraque a se restabelecer através do fornecimento estável de alimentos e, ao mesmo tempo, criar vínculos comerciais vantajosos para os dois países no processo.

"É uma oportunidade muito positiva não apenas para o Brasil, que conseguiria abrir um mercado novo e importante, mas também para o Iraque, que contaria com um fornecimento garantido de alimento barato e de qualidade", diz Martins. "O Iraque tem uma população de mais de 150 milhões de habitantes e um potencial consumidor muito grande. Ao mesmo tempo em que o Brasil pode contribuir com o esforço humanitário de reconstrução do país, teria a vantagem de criar laços comerciais bastante sólidos com os iraquianos."

O Oriente Médio é responsável, anualmente, pela compra de cerca de 77% da carne de frango brasileira exportada. Com uma possível aproximação do Iraque, a fatia vendida para o Oriente Médio poderia crescer ainda mais, afirma a Abef.

Superávit garantido

A exportação de produtos de base florestal reflete a queda das importações e a recuperação do setor

LUIZ ANTONIO PINAZZA

Com inversões da ordem de US$13 bilhões na última década, a indústria brasileira de celulose e papel consegue maior escala de produção, uma variável de fundamental importância para competir no mercado. O comércio internacional de produtos florestais no ano 2000 foi de US$290 bilhões, cabendo ao Brasil apenas 1,5% desse total.

Os recursos aplicados em áreas de desenvolvimento tecnológico sofisticam os processos de produção e possibilitam a oferta de novos produtos com maior valor agregado e elevado padrão de qualidade. O Brasil fortalece sua posição no mercado internacional.

Com novas unidades industriais em operação, a capacidade nacional de produção cresceu em 2002. O melhor desempenho foi na área de celulose quando comparado com a de papel. O consumo *per capita* continuou praticamente estável; as exportações cresceram e chegaram a US$2,2 bilhões, em que pese às fracas cotações internacionais.

Os principais mercados de exportação de celulose foram a União Européia e Ásia, que representaram em torno de 70% do total das vendas externas. Em papel, a América Latina seguida da União Européia, com 60% do total, constituíram os principais mercados de exportação.

Esforços têm sido concentrados para ampliar a atuação no comércio exterior,



Reciclar para preservar

Apesar de a reciclagem de papel ser uma atividade complementar e não substituta à produção de matérias-primas virgens, contribui para preservar e conservar o meio ambiente, principalmente nos grandes centros urbanos.

Em 2002, o consumo de papéis recicláveis, na produção total de papel, manteve-se estável em relação a 2001, totalizando 2,8 milhões de toneladas, para um consumo aparente de 6,8 milhões de toneladas. Uma taxa de recuperação de 41%, mas ainda bem inferior às obtidas pelos países industrializados. Os papéis ondulados, 1,7 milhão de toneladas, constituem o principal item na composição dessa matéria-prima e correspondem a 61% desse volume.

A intensidade do processo de reciclagem de papel difere nas regiões brasileiras. Nas regiões Sul e Sudeste, onde se concentram as principais indústrias do país, as taxas de recuperação são altas, da ordem de 64 e 44%, respectivamente; nas demais regiões, registram-se 16%.

Brasil: área total reflorestada por gênero
Em ha

Ano	Eucalipto	Pínus	Araucária	Acácia	Outros	Total
1943-76	18.578,60	64.247,20	10.994,40	0,00	869,20	94.689,40
1977	3.488,00	11.575,00	685,50	0,00	135,30	15.883,80
1978	4.353,30	12.456,00	511,50	0,00	1240	17.444,80
1979	4.325,30	14.311,00	220,70	0,00	65,40	18.922,40
1980	11.145,00	13.183,90	651,20	0,90	53,50	25.034,50
1981	10.272,70	15.953,30	175,70	0,00	40,50	26.442,20
1982	13.125,30	12.815,40	126,90	0,00	14,00	26.081,60
1983	19.229,10	13.381,90	132,30	0,20	381,10	33.124,60
1984	13.427,10	11.432,40	115,10	0,00	35,30	25.009,90
1985	19.624,00	8.020,20	135,20	0,00	67,80	27.847,20
1986	20.374,50	6.531,60	92,30	2,50	67,60	27.068,50
1987	25.064,80	10.206,00	91,60	1,40	138,40	35.502,20
1988	35.255,00	13.863,00	137,60	260,30	98,60	49.614,50
1989	44.734,90	19.047,70	84,60	3,60	114,70	63.985,50
1990	42.689,40	19.803,60	1,20	2.391,00	54,90	64.940,10
1991	36.095,50	12.738,80	0,50	0,00	47,70	48.882,50
1992	36.698,20	10.925,50	14,20	0,10	242,70	47.880,80
1993	40.841,50	15.162,30	85,80	0,00	193,20	56.282,80
1994	46.438,70	19.843,70	89,80	0,00	43,50	66.415,70
1995	77.598,70	21.194,30	148,60	239,50	43,50	99.224,60
1996	90.396,00	18.765,00	102,90	0,00	137,20	109.401,10
1997	85.860,40	15.086,90	1260	1,20	68,10	101.142,60
1998	92.742,80	18.879,60	104,20	0,00	103,50	111.830,10
1999	85.876,40	17.822,00	154,20	0,00	28,40	103.881,00
2000	100.952,30	18.099,90	24,20	0,00	327,80	119.404,20
Total	979.187,50	415.346,20	15.006,30	2.900,70	3.496,00	1.415.936,70

através de negociações de acesso a mercados como a região da Alca, União Européia, Comunidade dos Países Andinos, México. Uma recente e boa notícia é a quarta renovação do acordo binacional para papéis para imprimir e escrever, assinada entre a Bracelpa e a Asociación de Fabricantes de Celulose y Papel (FCP). Outro fato relevante para a área de florestas plantadas foi a aprovação da filiação do Programa Brasileiro de Certificação Florestal (Cerflor) pela

A produtividade das florestas plantadas no país é cerca de 10 vezes superior à dos líderes do mercado mundial e a silvicultura é reconhecida como das mais evoluídas do mundo

Assembléia-Geral do Pan European Forest Certification System, um primeiro passo para se buscar o reconhecimento junto a este sistema.

Crescente e superavitária, a exportação de produtos de base florestal (nativas e plantadas) reflete a queda das importações e a recuperação do setor. Em 2002 o saldo na balança comercial foi de US$1,6 bilhão – um crescimento de 13% em relação ao ano anterior. Pelo processo de substituição das importações, a indústria brasileira tem ampliado a oferta de novos produtos. Com isso, diminuíram as compras externas – em 2001, o valor de US$600 milhões representou uma diminuição de 22,3%.

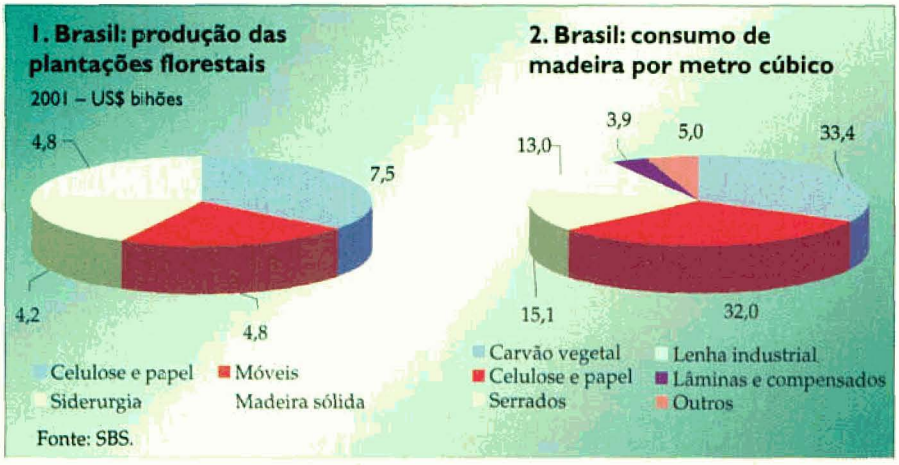
A chegada de períodos de maior atividade econômica nos Estados Unidos, União Européia e Japão traz expectativas positivas. Previsões de consultorias especializadas indicam que a demanda mundial de celulose deverá crescer nos próximos anos a uma taxa média anual de 2,7%. O destaque é para a celulose de fibra curta, com 4,5%, enquanto para o segmento de papel e papel-cartão as previsões são de crescimento mais moderado, de 2,2%.

As empresas intensificam seus programas de investimento. Para 2003, projeções realizadas pela Bracelpa indicam

Brasil: área total reflorestada
Em 13/12/2000

Estados	Eucalipto	Pínus	Araucária	Acácia	Outros	Total
Amapá	42.578,60	42.272,00	0,00	2.650,10	644,10	88.144,80
Bahia	235.365,60	19.863,10	0,00	0,00	0,00	255.228,70
Espírito Santo	94.978,40	184,00	0,00	0,00	31,20	95.193,60
Maranhão	5.507,50	0,00	0,00	0,00	0,00	5.507,50
Mato Grosso do Sul	59.286,70	28,00	0,00	0,00	0,00	59.314,70
Minas Gerais	138.847,30	3.042,00	655,30	0,00	1.834,00	144.378,60
Pará	25.155,80	9.911,80	0,00	0,00	4,70	35.072,30
Paraná	43.734,50	186.087,50	11.190,80	0,00	253,60	241.266,40
Rio Grande do Sul	52.803,40	8.550,60	481,00	250,70	35,00	62.120,70
Santa Catarina	8.971,60	113.403,80	2.572,70	0,00	218,70	125.166,80
São Paulo	271.958,60	31.183,40	106,20	0,00	474,50	303.722,70
Brasil	979.188,00	414.526,20	15.006,00	2.900,80	3.495,80	1.415.116,80

Fonte: Bracelpa.





Mantido o ritmo de crescimento atual, para os próximos 10 anos serão necessários 600 mil hectares de área plantada, dos quais mais da metade serão expansões de áreas

crescimentos de 13 e 5% na produção de celulose e papel, respectivamente. A balança comercial deverá ser positiva em US$2,5 bilhões, como resultado de exportações previstas de US$3,1 bilhões e importações de US$600 milhões.

Apesar da magnitude já alcançada, a indústria de celulose e papel brasileira tem elevado potencial de crescimento, pois ainda é relativamente pequena, comparada às dos principais países produtores. Um dos anseios do setor é a definição de uma política de produção florestal, com diversas formas de estímulo aos produtores, como fazem países concorrentes, e refletirá diretamente no custo da produção industrial e florestal.

O setor de celulose e papel utiliza exclusivamente madeira de florestas plantadas, com a aplicação de modernas técnicas silviculturais e manejo florestal que, conjugados a solo e clima favoráveis, apresentam altos índices de produtividade. O Brasil oferece condições naturais para a plantação de florestas, além de extensas áreas desflorestadas. A produtividade das florestas plantadas no país é cerca de 10 vezes superior à dos líderes do mercado mundial e a silvicultura brasileira é reconhecida como uma das mais evoluídas do mundo.

Crescimento menor que extração

No entanto, a disponibilidade de áreas florestais em condições de sustentar novos empreendimentos industriais está muito limitada. O setor industrial mantém sua *performance* apenas pelo crescimento da produtividade florestal, cujas médias brasileiras situam-se em 45t/ha/ano e 36t/ha/ano, respectivamente, para eucalipto e pínus.

Dois séculos de história

"No Brasil, a história dos materiais celulósicos para papel começa em 1790, quando o botânico português, frei José Mariano da Conceição Velloso, publica no Rio de Janeiro sua *Flora Fluminensis*, onde registra as espécies passíveis de uso na produção de papel.

Em 1809, um ofício de frei Velloso ao Ministério Real anexa uma amostra de papel feito de embira e anuncia planos para a fabricação futura de papel alvejado. Esse material pode ser visto no Museu Imperial de Petrópolis, no Arquivo do Castelo D'Eu, com os dizeres: "O primeiro papel que se fez no Brasil em 16 de novembro de 1809".

Outras referências ao uso de materiais celulósicos para fabricação de papel, no século XIX, indicam a utilização bem-sucedida de troncos de bananeira, pita e gravatá na Bahia e no Rio de Janeiro.

A produção industrial de celulose, no Brasil, a partir do pinheiro, inicia-se no Paraná, em Monte Alegre, no início dos anos 40, pelos processos Sulfito e Soda/Enxofre, com a instalação da primeira fábrica pelo processo Kraft na década de 50.

A produção em grande escala de celulose de eucalipto, pelo processo Kraft, iniciado no estado de São Paulo, em 1957, estabelece o caminho para a grande etapa da industrialização da celulose que, em menos de um quarto de século, levou o Brasil à posição de oitavo produtor do mundo."

Texto extraído de: Solitrenick, Benjamin. *Histórico da celulose.*

1. Brasil: setor de papel e celulose

Item	2001	2002
1. Produção		
Celulose	7,4 milhões de toneladas	8 milhões de toneladas
Papel	7,5 milhões de toneladas	7,7 milhões de toneladas
2. Vendas internas		
Celulose	714 mil toneladas	750 mil toneladas
Papel	4,8 milhões de toneladas	4,9 milhões de toneladas
3. Consumo		
Aparente	6,7 milhões de toneladas	6,8 milhões de toneladas
Per capita	38kg/hab./ano	38kg/hab./ano

Fonte: Abracel.
Gera mais de 500 mil empregos diretos e 2 milhões de indiretos.

2. Brasil: papel e celulose – produção em 2000
Em toneladas

Pastas celulósicas		Papel	
1. Fibra longa	1.508.142	Imprensa	247.708
Branqueda	87.242	Imprimir e escrever	2.163.201
Não branqueada	1.420.900	Embalagem	3.590.235
2. Fibra curta	6.018.581	Fins sanitários	670.788
Branqueada	5.751.311	Papel-cartão	544.785
Não branqueada	267.270	Cartolinas	63.081
3. PAR	484.758	Outros	381.386
Total	8.011.481	Total	7.661.184

Fonte : Abracel.

Segundo estudos do BNDES e do próprio Ministério do Meio Ambiente, o ciclo de crescimento das florestas plantadas para o aproveitamento industrial, que exige investimentos de longo prazo, nos últimos 20 anos não tem acompanhado o crescimento industrial, de modo que o suprimento de madeira para a indústria nacional corre o risco de se tornar insuficiente no médio prazo.

A área de florestas plantadas se ressente da falta de uma política focada na produção. Por isso se considera necessário um conjunto de diretrizes setoriais envolvendo os ministérios da Agricultura e Abastecimento, da Indústria e Comércio Exterior e do Meio Ambiente.

O plantio de florestas é essencialmente uma atividade agrícola. Apesar disso, ao contrário da agricultura, a produção florestal se ressente da falta de uma política de produção. Com um ciclo superior a cinco anos, não conta com um plano de custeio da safra agrícola, com recursos do plantio à comercialização.

A produção originada de plantações florestais respeita estritos padrões ambientais, como no Código Florestal. Os plantios são estabelecidos em áreas não ocupadas por florestas nativas e o setor ainda mantém áreas de reserva legal e de preservação permanente que correspondem a mais de 1,6 milhão de hectares.

As áreas de florestas plantadas no Brasil somam cerca de 4,8 milhões de hectares, 64% com eucalipto e 36% com pínus. A indústria da celulose detém mais de um quarto dessa área. O segmento florestal tem uma previsão de plantio e reformas programadas, para o período de 2003 a 2010, da ordem de 1,2 milhão de hectares, ou uma média anual de 152 mil hectares. Mantido o ritmo de crescimento atual, para os próximos 10 anos serão necessários 600 mil hectares de área plantada, dos quais mais da metade serão expansões de áreas.

A maior safra

Investimento da indústria na produção interna faz a cultura do tomate expandir no Centro-Oeste

MARLY PAIVA
Especial para AGROANALYSIS

Fotos: Arquivo de *O Popular*



Tomate irrigado por gotejamento em Rio Verde

Goiás conclui o plantio de tomate, reafirmando-se na liderança da produção do tipo industrial com a maior área plantada. Este ano, serão cerca de 12 mil hectares, com aumento um pouco superior a 10% sobre os 10.900ha cultivados em 2002. A colheita deve superar 900 mil toneladas, com possibilidade de aproximar-se de 1 milhão de toneladas.

A expansão, puxada por outro setor em crescimento no território goiano, o industrial, também foi favorecida pelo aquecimento dos preços, em função do aumento da demanda. Os produtores têm fechado contratos de venda com alta de cerca de 30% sobre o que era pago pela indústria no ano passado. Nos últimos anos, o estado vem atraindo o interesse das principais indústrias de processamento da polpa. Está em construção sua oitava fábrica, a Sotomate, em Orizona, com participação da Topseed, uma das maiores multinacionais do ramo de sementes de hortaliças, que mantém unidade no mesmo município desde a safra passada.

De todo o volume colhido e transformado no país em 2002, 62% saíram das plantações de Goiás, o estado que mais tem

atraído investimentos no setor. Suas fábricas fornecem a maior parte dos produtos industrializados que abastecem o mercado nacional. Uma parcela é exportada, principalmente para Argentina e América Central. O Brasil plantou, no ano passado, 17.500ha de lavouras de tomate para fornecimento de matéria-prima às fábricas. A safra em fim de plantio deve totalizar 19.400ha. Goiás continua a expandir tanto a produção quanto o volume processado, com expectativa de continuar crescendo nos próximos anos.

Para o produto de mesa, estima-se pouco mais de 10% do total colhido no ano passado e sua área de cultivo tende a sofrer ligeira queda, mesmo com os preços atrativos. O tomate destinado diretamente ao consumidor sofreu aumento ainda maior que o verificado sobre o tipo industrial, com pico de até 80% sobre a cotação em 2002 pelo mesmo período, mas em Goiás ele se restringe a cerca de 10% da colheita. São Paulo dedica aproximadamente a mesma área à cultura, mas com predomínio do tipo mesa, que representa 80% do total.

Pela previsão do setor de avaliação de safra do IBGE, a área de cultivo do tomate de mesa cai de 2.209ha em 2002 para 2.104ha este ano. Em volume, serão 95.635t, em vez das 111.640t colhidas no ciclo anterior. O Distrito Federal, principal mercado para o produto na região, é também produtor, mas em pequena escala. Colheu em 2002 11.779,92t do tipo mesa, inclusive o tomatinho cereja, que pouco representa.

Quem produz para a indústria tem a segurança dos preços previamente estabelecidos, condição que por vezes se torna negativa. No ano passado, produtores queixavam-se da alta de custos não coberta pelos contratos de venda antecipada. A melhoria da remuneração veio com os contratos que acabam de ser feitos, como informa o oleri-

Solução doméstica

A equiparação da moeda brasileira ao dólar, mantida nos primeiros anos do Plano Real, favoreceu a importação da polpa de tomate pela indústria, que comprava principalmente da Argentina. Com a desvalorização ocorrida em janeiro de 1999, as empresas de processamento tiveram de abandonar as compras externas e recorrer à matéria-prima nacional. A súbita mudança no câmbio é lembrada pelo agrônomo Adriano Vendeth de Carvalho, da SoloBrazil, como o principal motivo do interesse do setor industrial pelas plantações brasileiras. Outras razões são apontadas por Rafael Santana: o aumento da demanda interna pelos derivados do tomate e a ampliação do mercado externo, com vendas para os países do Mercosul e parte da América Central. De todo modo, a redescoberta do potencial do setor agrícola nacional e, em particular, o interesse pela produção goiana evidenciaram-se nos últimos anos.

Há expansão da área de cultivo também em Minas Gerais, segundo maior produtor do tomate industrial, e em São Paulo. São, aproximadamente, 3.900ha em chão mineiro, contra 3.300 cultivados no ano passado. Os paulistas dedicam cerca de 3.500ha ao tomate industrial, em vez dos 2.500 formados no ciclo anterior. Eles continuam a apostar principalmente em variedades próprias para mesa. São Paulo tende a manter aproximadamente a mesma área que Goiás, mas teria hoje custo de produção superior, pela maior incidência de problemas fitossanitários, como a mosca branca, viroses e bacterioses. Por dificuldade no controle principalmente da mosca é que Pernambuco e Bahia, antes com cerca de 500ha da olerícola, a substituem, dessa vez, por outras culturas.

Em Goiás, a Unilever, dona das marcas Arisco e Cica, tem compra antecipada de 4 mil hectares. Somada à produção de 2.700ha em Patos de Minas, a indústria já tem assegurada oferta de 6.700ha, adianta o agrônomo Rafael Santana. Já a segunda maior processadora de polpa no estado, a Cone Express (Kero), tem previamente contratos com cerca de 2.800ha de lavouras. A informação é do engenheiro agrônomo César Caixeta, do quadro da empresa responsável pela assistência técnica nas lavouras fornecedoras da indústria, a distribuidora de produtos agropecuários Redshop. Os contratos de compra firmados pela Brasfrigo, com sede em Luziânia, totalizam 1.500, segundo a direção da unidade industrial.

Em Itapaci, Norte goiano, a Círio (Grupo Bombril) ampliou área de 1.650ha para 1.850ha na safra que começa. A indústria da Olé, em Morrinhos, deve ter colheita de 400ha de lavouras no município, onde a recém-constituída Produto 10 acerta o fornecimento de, aproximadamente, 500ha. A profunda mudança no mapa das lavouras de tomate e na distribuição das indústrias pode representar efetivamente o avanço da cadeia formada pela cultura no país. Um avanço que vai depender fundamentalmente do compromisso pelas práticas corretas de manejo para a prevenção de problemas fitossanitários e em favor da sustentabilidade.



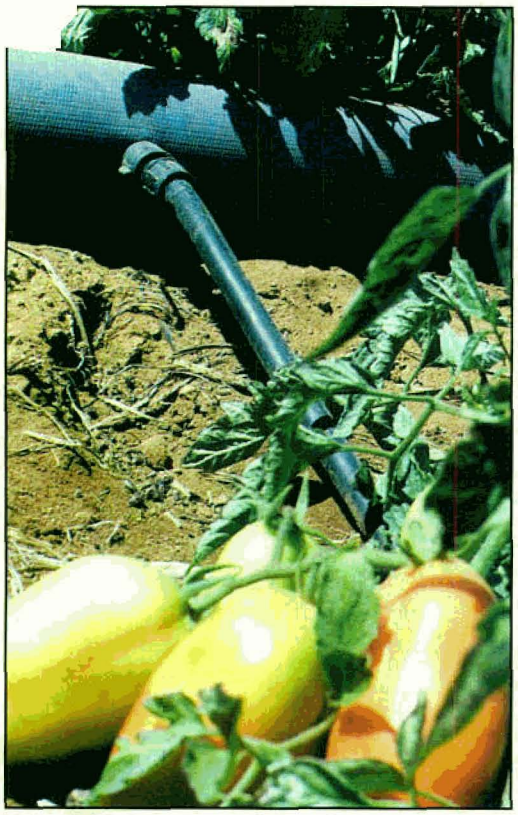
Cultivo em Itaberaí-GO, fazenda de Newton Silva Volpp

Cuidados necessários

Os danos provocados pela mosca branca tornaram-se um dos principais desafios para o cultivo de tomate no país. Manejo correto é a alternativa contra esse e outros inimigos, recomenda a pesquisadora Geni Litvin Villas Bôas, da Embrapa Hortaliças, em Brasília. A mosca branca foi uma das causas da retração em áreas de cultivo industrial de São Paulo e levou produtores da Bahia e de Pernambuco a substituírem a cultura este ano. Segundo Geni Litvin, o manejo tem de ser conduzido rigorosamente de acordo com a orientação técnica e os cuidados, ela adverte, começam na formação da lavoura, com escolha de mudas livres de contaminação, produzidas em viveiros telados.

Alguns cuidados no manejo

- adquirir mudas de fontes idôneas e produzidas em viveiros telados, protegidos contra a mosca branca;
- estar atento ao lançamento de variedades resistentes – em cerca de 18 meses a Embrapa Hortaliças deve lançar cultivar resistente ao geminivírus;
- fazer rotação de culturas;
- evitar plantios em datas intercaladas na mesma propriedade ou em áreas vizinhas – pragas migram de uma plantação para outra;
- em geral, quanto mais novas as plantas, mais suscetíveis ao ataque de pragas e doenças;
- ao fazer controle químico, seguir cuidadosamente as recomendações do fabricante quanto à dosagem e ao modo de aplicar;
- excessos no uso de defensivos prejudicam o meio ambiente e levam as pragas a adquirir resistência a componentes das fórmulas;
- após a colheita, sempre incorporar os restos culturais ao solo, para que não se transformem em criadouros de pragas.



Irrigação por gotejamento em plantação de tomates da variedade hypeel em Morrinhos-GO

cultor Roberval Pavan, que acaba de plantar 60ha em Morrinhos. Ele acertou valor de R$150,00 a tonelada, contra R$100,00 pelo mesmo volume na safra passada.

Em geral, os preços firmados nos contratos de parceria entre a indústria e o produtor subiram de R$90,00 a R$110,00 a tonelada, em 2002, para R$130,00 a R$150,00 em 2003. São valores que devolvem o estímulo ao setor produtivo, mesmo com o alto custo. Fertilizantes, defensivos, irrigação e mão-de-obra pesam nas contas, mas profissionais de assistência técnica estimam retorno de R$2 mil ou pouco menos por hectare.

Câmbio favorece

Foi a acentuada desvalorização do dólar, em janeiro de 1999, que indiretamente impulsionou a produção do tomate destinado a abastecer as fábricas. A importação encareceu e forçou as indústrias a voltarem-se para a matéria-prima nacional. Goiás despontou como alternativa, pelas condições climáticas, localização estratégica para distribuição dos produtos no país e por ser área nova, livre dos problemas sanitários que já provocavam perdas e encareciam a produção em São Paulo, principalmente, e em Minas Gerais.

Há oito anos, havia uma só processadora da polpa de tomate em Goiás, a Arisco, fundada há pouco mais de 30 anos, inicialmente apenas com oferta de temperos, que chegou a ser a maior indústria de alimentos do país. Desde o final da década de 70, a indústria vinha processando polpa de tomate. Em 2000, a empresa foi comprada pela Bestfoods, multinacional norte-americana que já controlava a Refinações de Milho Brasil. Pouco depois o grupo incorporava a Unilever e, por intermédio dela, em 2001 passava a fabricar derivados de tomate no estado, em fábrica que acabava de ser construída em Rio Verde e na antiga unidade da Arisco na capital goiana.

Chegava um pouco depois da Cirio, que comprou fábrica montada pouco antes pela goiana MS Alimentos, e da Kero, hoje marca da Cone Express, dona de indústria no estado há cerca de oito anos. A elas se somam, atualmente, a Brasfrigo, a Olé e a Produto 10. A primeira está instalada em Luziânia, entorno do Distrito Federal, e as duas outras funcionam em Morrinhos, entre Goiânia e a divisa com Minas Gerais. Das oito indústrias, só a Produto 10 é empresa goiana, constituída por um grupo de produtores.

Para estimular o cultivo, as indústrias firmaram parcerias com agricultores donos de áreas próximas às respectivas fábricas. Grande parte dos plantios localiza-se a um raio de até 100km de Goiânia. Foi, provavelmente, o tomate uma das primeiras culturas no estado a ser feita com venda antecipada. Desde os primeiros plantios de variedades rasteiras, a indústria já fornecia assistência técnica e outros benefícios para recebimento com a entrega da safra.

Brasil: produção de tomates dos tipos mesa e industrial, 2002
Toneladas

Estado		Comentário
Goiás	951.410	90% são do tipo industrial
São Paulo	765.000	Predomina tipo mesa
Minas Gerais	637.000	
Total	3.608.367	

Brasil: tomates, números da indústria
Toneladas

Ano	Produção
1999	1.284.000
2000	1.170.000
2001	1.150.000
2002	1.290.000

O plantio é feito por transplante de mudas, em geral produzidas por viveiristas especializados na atividade e que também têm apoio tecnológico da empresa compradora da safra. A terceirização facilita o controle de qualidade nessa fase do cultivo e evita que os produtores tenham de adquirir a máquina especial para o transplante.

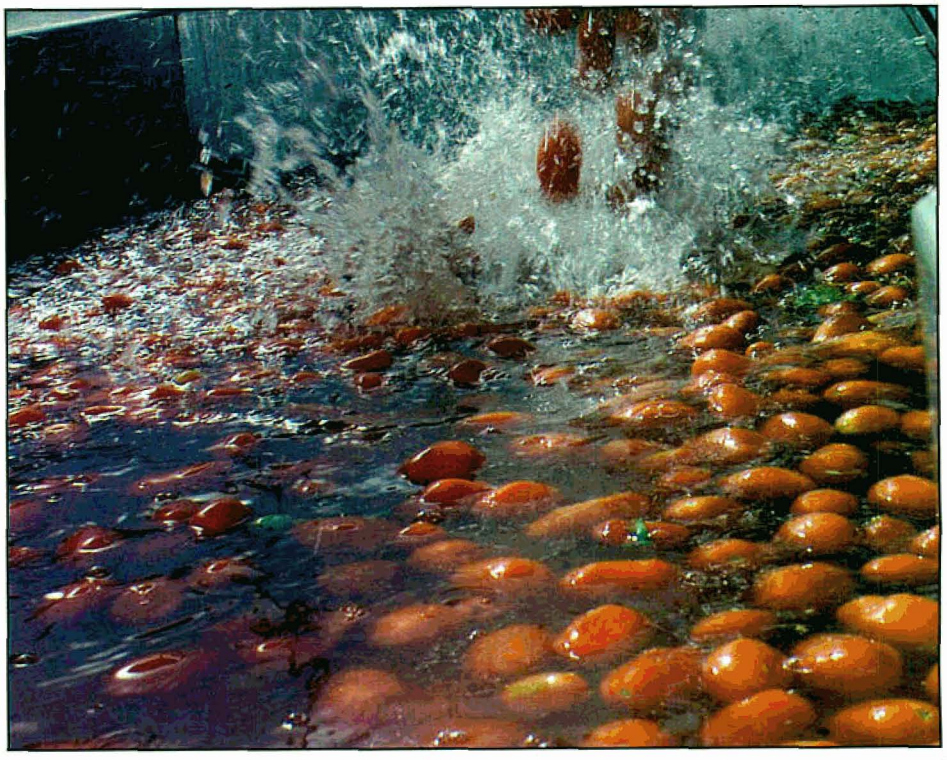
Estratégia de irrigação

Outra estratégia recomendada por algumas indústrias é a preferência pela irrigação por gotejamento, que segundo o agrônomo Hugo Vocurca, da revendedora Pivot Equipamentos Agrícolas e Irrigação, é adotado por cerca de 15% dos produtores. O equipamento custa mais que o do outro sistema utilizado, o pivô central, vez que a maior parte de seus componentes é importada. São R$6,5 mil a R$8 mil por hectare, contra média de R$5 mil por hectare para o pivô, preço do equipamento instalado. A mão-de-obra e o custo de manutenção dos aparelhos não diferem muito, diz ele, mas também favorecem o uso do pivô. Ainda assim, a opção pelo gotejamento tem-se mostrado mais interessante, asseguram também os engenheiros agrônomos Mário Sérgio e Rafael Santana, técnicos da Unilever.

Eles explicam que o sistema permite melhor controle fitossanitário, por evitar o molhamento da parte aérea das plantas, reduzindo o uso de pesticidas. Por ser irrigação localizada, também contribui para o racionamento do uso da água, proporcionando, ao todo, economia que, segundo os dois engenheiros, pode chegar a 30% dos custos de produção. Rafael Santana informa que tem constatado também aumento de produtividade, com resultados superiores a 100kg/ha em Goiás e de até 157kg/ha em lavoura do município de Patos (MG), no ano de 2001, com desempenho pouco inferior no ano passado.

Gradativamente, a Unilever vem financiando aos olericultores a instalação da rede de gotejamento para receber em produção parceladamente. Por enquanto, os empréstimos cobriram 500ha de lavouras, área que deve ser dobrada no próximo ano. Segundo o agrônomo, o gotejamento atende melhor ao sistema sustentável de cultivo. Amplia-se a chance de que no futuro se continue a obter boa produtividade na mesma área, interesse da indústria e do produtor. A quem receia a ocorrência de entupimentos, Mário Sérgio diz que eles atualmente pouco ocorrem: os equipamentos foram aprimorados. Gotejadores seriam também mais versáteis que os pivôs, por facilitarem a mudança de local. Ambos os sistemas são testados em área de experimentos mantida pela indústria em Guapó, município vizinho a Goiânia.

Roberval Pavan irriga parte de sua área com gotejamento e confirma o ganho em produtividade. Com o sistema, ele colhe de 130 a 135t por hectare, contra 100t ou pouco mais obtidas sob pivô. Mesmo assim, ele diz que ao menos por enquanto não aposentará o pivô, por ser de manutenção mais fácil. Gotejamento exige mais cuidado de funcionários no manuseio do material e atenção para o bom funcionamento dos filtros, mas é economicamente mais vantajoso, assegura.



Processamento na fábrica da Olé em Morrinhos-GO

Preços do agronegócio

Valores nominais

Produto	Jul. 2002	Ago.	Set.	Out.	Nov.	Dez.	Jan. 2003	Fev.	Mar.	Abr.	Maio	Jun.
Algodão em caroço (kg)	0,66	0,70	0,75	0,79	0,89	0,91	0,94	1,01	1,02	1,11	1,09	1,08
Amendoim em casca (kg)	0,74	0,77	0,90	1,00	1,04	1,12	1,04	1,00	1,03	1,10	1,13	1,13
Arroz em casca (kg)	0,35	0,37	0,40	0,45	0,53	0,52	0,53	0,52	0,50	0,52	0,59	0,58
Banana (dúzia)	0,42	0,43	0,44	0,45	0,46	0,46	0,48	0,49	0,51	0,54	0,54	0,55
Batata-inglesa (kg)	0,59	0,55	0,55	0,52	0,53	0,57	0,59	0,67	0,72	0,77	0,86	0,72
Cacau (15kg)	81,61	90,03	103,32	127,73	101,36	114,06	116,42	128,74	118,27	100,02	88,15	68,91
Café em coco (kg)	0,76	0,78	0,94	1,09	1,28	1,31	1,35	1,41	1,36	1,36	1,32	1,29
Cana-de-açúcar (t)	24,95	24,80	24,86	25,94	26,45	27,74	28,64	29,34	29,78	30,62	32,10	32,22
Feijão (kg)	1,20	1,23	1,24	1,26	1,33	1,45	1,58	1,55	1,61	1,70	1,54	1,35
Fumo em folha (kg)	2,68	2,51	2,54	2,84	2,84	3,06	3,10	3,18	3,46	3,49	3,56	3,59
Laranja (cento)	4,76	4,79	5,05	5,67	6,55	7,08	6,29	6,28	6,69	6,42	6,21	5,73
Milho (kg)	0,23	0,25	0,27	0,32	0,40	0,41	0,40	0,37	0,35	0,34	0,32	0,29
Mandioca (t)	79,91	76,11	76,60	80,07	83,54	96,07	110,48	113,34	112,17	110,85	123,34	130,42
Soja (kg)	0,48	0,55	0,60	0,68	0,70	0,74	0,67	0,66	0,62	0,57	0,55	0,55
Tomate (kg)	0,52	0,50	0,54	0,51	0,58	0,51	0,52	0,75	0,93	1,16	0,92	0,73
Trigo em grão (kg)	0,34	0,38	0,43	0,57	0,53	0,51	0,49	0,51	0,51	0,50	0,49	0,48
Cebola (kg)	0,57	0,52	0,48	0,49	0,52	0,56	0,57	0,58	0,74	0,76	0,70	0,57
Mamona (kg)	0,45	0,45	0,44	0,52	0,49	0,52	0,52	0,57	0,60	0,59	0,67	0,68
Pimenta-do-reino (kg)	3,10	2,83	3,37	4,64	4,93	4,78	4,75	4,65	4,52	4,14	3,76	3,56
Sisal (kg)	0,37	0,41	0,42	0,44	0,43	0,44	0,54	0,57	0,57	0,60	0,61	0,59
Uva (kg)	0,57	0,58	0,58	0,64	0,68	0,70	0,70	0,73	0,78	0,77	0,73	0,76
Bezerro até um ano (cabeça)	249,74	258,99	255,89	267,14	266,99	279,62	273,92	282,14	276,75	278,97	280,18	283,25
Boi gordo para corte (15kg)	41,63	44,27	45,86	48,64	51,74	52,33	51,94	51,4	51,16	50,61	49,32	49,07
Vaca leiteira de raça (cabeça)	977,34	1.003,91	990,6	1.018,39	1.028,73	1.040,55	1.037,05	1.074,55	1.092,14	1.092,61	1.100,44	1.111,08
Vaca leiteira comum (cabeça)	578,44	591,81	593,62	610,62	624,50	635,70	628,85	642,50	657,58	670,19	667,49	668,87
Suíno para corte (15kg)	19,95	19,66	20,04	21,33	22,59	24,20	24,56	25,38	26,40	26,37	25,38	24,56
Frango/galinha para corte (kg)	1,24	1,29	1,31	1,41	1,58	1,66	1,69	1,79	1,76	1,76	1,69	1,67
Leite (litro)	0,35	0,37	0,38	0,40	0,41	0,42	0,43	0,42	0,43	0,44	0,46	0,46
Lã (15kg)	45,42	53,13	60,03	64,12	64,12	31,31	23,45	23,85	122,56	104,06	109,48	111,76
Ovos (dúzia)	1,04	1,03	1,02	1,07	1,17	1,30	1,32	1,46	1,55	1,60	1,57	1,62
Mel de abelha (litro)	6,07	6,03	6,15	6,85	6,95	6,20	6,38	6,67	6,96	7,41	7,75	8,14
Boi magro (cabeça)	414,83	418,68	423,91	437,44	434,70	453,84	449,76	462,84	470,76	474,21	473,65	476,29

Indicadores do agronegócio

Brasil: Índice de preços recebidos e pagos pelos agricultores
Valores nominais (base agosto de 1994 = 100)

Produtos Média	Lavouras[1]	Lavouras Produtos PGPM	Demais lavouras	Produtos animais	Agropecuária - IPR	Sementes	Fertilizantes	Agrotóxicos	Serviços	Combustíveis	Mão-de-obra	IPP
Março	330,848	361,723	266,363	213,756	286,806	271,946	304,593	276,038	246,884	445,221	380,036	325,666
Abril	329,718	359,572	268,226	214,780	286,659	281,933	315,884	276,832	254,004	442,338	391,478	332,931
Maio	327,368	358,185	266,495	213,797	284,872	285,157	309,594	275,581	258,568	424,239	400,013	331,045
Junho	313,501	344,977	254,350	212,780	276,553	304,897	307,061	274,799	264,022	418,072	399,298	333,100

Fonte dos dados primários brutos: empresas estaduais de assistência técnica e extensão rural, Instituto de Economia Agrícola (SP), Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e prefeituras muncipais, Elaboração: Centro de Estatísticas e Análises Econômicas (IBRE/CEAE/FGV).
[1]Lavouras amparadas pela Política de Garantia de Preços Mínimos.

Boas perspectivas

Se as condições climáticas forem favoráveis, a agricultura terá tudo para comemorar

LUIZ ANTONIO PINAZZA

Na política de arrocho do orçamento implementado pelo governo Lula em início de gestão, com cortes nos recursos e aumento da taxa de juros, o Plano de Safra 2003/04, em vigor a partir de 1º de julho, talvez seja uma rara exceção em termos de concessão. A meta é uma colheita da ordem de 120 milhões de toneladas, 5 milhões a mais que o plano de 2002/03.

Nas circunstâncias, a decisão do governo de liberar R$32,5 bilhões para o Plano Agrícola e Pecuário 2003/04 é positiva. Sabe-se, porém, que o volume total de recursos para custeio e investimento pleiteado pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA) no Mapa foi de R$44 bilhões. A manutenção dos juros das linhas de crédito agrícola com recursos controlados também é considerada bastante importante para o setor.

No pacote, o governo dá prioridade à produção de alimentos básicos no programa de empréstimos do governo federal. Para evitar oscilações bruscas nos preços ou desabastecimento do mercado interno, haverá uma política de recomposição dos estoques públicos. Além dos tradicionais contratos de opção de venda dos produtos para o governo, o Ministério da Agricultura vai comprar produtos pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) e também parte da produção da agricultura familiar.

A argumentação em prol de maior volume de crédito tem duas justificativas. A primeira é a expectativa de ampliação da área plantada. De acordo com a CNA, com o aumento da demanda interna de alimentos, impulsionada pela implantação do Programa Fome Zero, a área plantada deverá saltar de 43,37 milhões de hectares para 46,91 milhões no novo ano agrícola. A segunda justificativa diz respeito aos aumentos acumulados nos preços de insumos e máquinas e equipamentos desde o ano passado.

Vincular o aporte de recursos para a agricultura somente a liberações do Tesouro Nacional é uma tese antiga, segundo a qual se levam em conta as relações entre os diversos elos do agronegócio. A cadeia da soja representa um exemplo modelar de parceria entre *traders* e agroindústrias com os produtores para fornecimento de insumos e liquidez de comercialização. Essa fórmula explica em grande parte o sucesso empresarial da oleaginosa no país.

Existem outros mecanismos para financiar a agricultura, alguns dos quais começam a mostrar resultados e evidenciam a possibilidade de um futuro promissor. Crescem constantemente as operações com milho a termo ou de futuro na Bolsa de Mercadoria de Futuros, enquanto as cédulas de produto rural (CPRs) devem passar da casa de R$1 bilhão e se estender em maior ramificação no sistema financeiro, com participação de outros agentes além do Banco do Brasil.

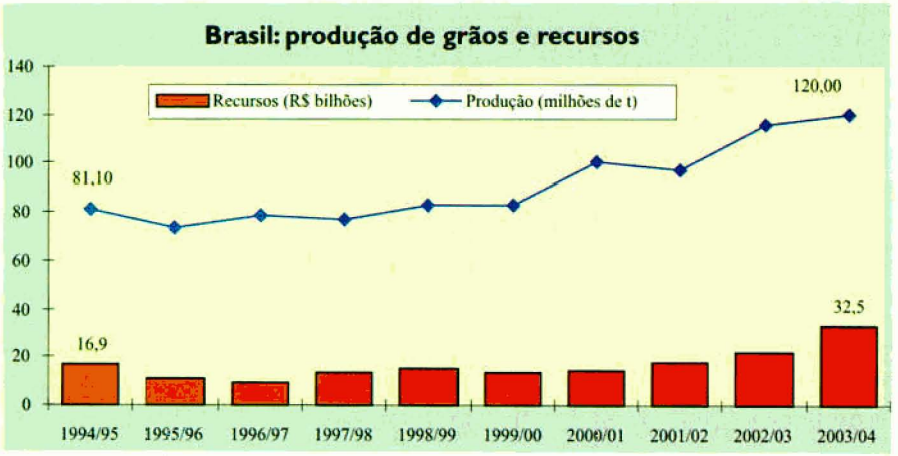
CÂMARAS SETORIAIS

Toda vez que o foco das discussões sobre política agrícola fica concentrado em algum elo de cadeia produtiva, certamente seu eixo de julgamento perde eficácia. Questões ligadas a logística e infra-estrutura de armazenagem, transporte e portos ganham importância e notoriedade. São pontos básicos ligados à organização e à estruturação do sistema de comercialização que devem integrar os planos de safra.

Muito bem-vindo no Mapa será um bom desempenho das câmaras setoriais. Algumas cadeias carecem de informação para uma gestão empresarial eficiente. Existem desajustes a provocar desacertos entre oferta e demanda. É o caso da cadeia suinícola, de excepcional desempenho nas exportações em anos recentes, da qual se desconhece a capacidade e distribuição nacional da rede armazenadora de frios. Uma das alternativas para sanear a crise atual instalada no setor consiste na formação de um estoque regulador e em enxugar o mercado. Isso responderá à questão sobre o que fazer? Na fase posterior – como fazer –, é essencial um cadastro de dados sobre volume, armazenagens, locais, custos.

Outros desafios partem da retomada das negociações internacionais para liberalização do comércio agrícola. Em pauta:

- decidir sobre as medidas para o fortalecimento do bloco formado por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, mais Chile e Bolívia, para formar uma união aduaneira e estabelecer as bases para o Mercosul até 2006;
- reiterar que a Alca só interessa ao país se as questões relacionadas ao





Orçamento para a safra 2003/04

Produtos	Área plantada na safra 2002/03 (mil hectares)	Orçamento de custeio (R$ milhões)	Área a ser plantada* (mil hectares)	Recursos na safra 2003/04 (R$ milhões)
Algodão	715,00	2.238,43	750,80	1.680,50
Amendoim	88,60	1.565,10	93,00	145,60
Arroz sequeiro	1.215,40	550,88	2.412,70	1.329,10
Arroz irrigado	978,80	1.837,04	1.274,80	2.341,90
Feijão	4.292,60	1.102,24	4.796,10	5.286,50
Mandioca	1.664,30	1.325,00	1.747,50	2.315,50
Milho	12.620,40	1.026,93	13.882,40	14.256,30
Soja	17.956,30	746,22	18.854,10	14.069,30
Sorgo	530,40	391,62	556,90	218,10
Trigo	2.317,60	939,91	2.549,40	2.396,20
Total	43.379,40		46.917,80	44.038,90

Elaboração: CNA e OCB, com base em dados da Conab, Ocepar e Irga.
* Para atender ao Programa Fome Zero.

comércio agropecuário entrarem na pauta de discussão;
- mostrar que se consideram tímidas as propostas contidas no texto para redução dos subsídios e os apoios internos concedidos pelos países da União Européia.

Potencial brasileiro

O recente relatório *Brazil: future agricultural expansion potential underrated*, preparado pelos técnicos do Usda, dá uma idéia de como a evolução e o potencial do campo no Brasil preocupam os Estados Unidos. O país é o primeiro produtor e exportador mundial de açúcar; primeiro em produção e exportação de laranja e café; segundo produtor de soja, depois dos EUA, e caminha para se tornar o primeiro em exportação; segundo no *ranking* mundial de produção de carne bovina; segundo em produção de frango; terceiro produtor de milho e frutas. A produtividade do algodão aumentou 121% entre 1995 e 2002.

Diz o relatório: "Estima-se que os EUA tenham 19% de suas terras destinadas à agricultura (174 milhões de hectares) e 22% cobertas por pastagem (199 milhões de hectares). Em comparação, o Brasil destina 5% de suas terras às plantações e 21% ao pasto". Mas, devido às condições climáticas favoráveis e à topografia relativamente plana, além de enormes quantidades de terras aráveis, o Brasil pode ultrapassar os EUA em terras cultivadas.

Nas últimas décadas, o espaço adquirido pelo agronegócio no âmbito do discurso público e na mídia cresceu de modo inusitado. É na verdade um reconhecimento tardio do papel a ser cumprido pelo setor primário na economia nacional. A forma de ver e interpretar a agricultura ganhou outra configuração. Movimentos ligados à reforma agrária precisam incorporar conceitos ligados à inserção nas cadeias produtivas, escala de produção e agregação de valor. O mesmo sucede com os órgãos governamentais de pesquisa e extensão, na construção de parcerias que sejam atraentes para o setor privado, em termos de resultado e retorno dos projetos selecionados.

Principais linhas de ação

- Medidas de apoio à produção e comercialização agropecuária;
- geração de emprego e renda e modernização da agricultura familiar;
- programas de investimento para estimular a competitividade;
- incentivo à produção de alimentos básicos;
- recomposição de estoques públicos.

Síntese das medidas

Eis os principais trechos de documento do Mapa "Mais alimentos e renda para os brasileiros, mais divisas para o Brasil", divulgado em 12 de junho

"O plano reconhece a importância do agronegócio para a sociedade brasileira e visa:

- gerar novos recordes de produção, aumentar o consumo interno de alimentos e alcançar saldos comerciais ainda maiores na balança de produtos agropecuários e seus derivados;
- ampliar as oportunidades de inclusão econômica e social por meio de mecanismos de integração ao mercado e geração de produção e empregos;
- participar efetivamente do Programa Fome Zero e promover a expansão da oferta de alimentos básicos, facilitando a sua implementação;
- estimular o investimento para a modernização e o aumento da eficiência produtiva em todos os segmentos da produção em todas as regiões do país;
- fortalecer o caráter estruturador da agropecuária como atividade importante para os demais setores da economia e para a interiorização do desenvolvimento nacional.

Cerca de 70% do capital de giro necessário vêm de recursos próprios dos produtores e agentes do agronegócio. Para os alimentos básicos, os preços mínimos superam os custos, um estímulo do governo à produção. O crédito rural tem mais recursos, manutenção e até redução das taxas de juros: de um total de R$ 32,5 bilhões destinados aos produtorres, R$5,4 bilhões destinam-se à agricultura familiar, sob o comando do MDA.

Mantêm-se as taxas controladas, juros equalizados pelo TN, para empréstimos de custeio e investimento, inclusive programas executados com recursos do BNDES. No Proger Rural (Programa de Geração de Empregos e Renda) as taxas de juros diminuíram de 8,75 para 7,25% ao ano.

A taxa de 9,5% ao ano será aplicada aos R$200 milhões destinados a custeio, colheita e comercialização do setor cafeeiro (era de 13% a.a.) e aos montantes já contratados na linha de R$300 milhões do Funcafé.

Crédito rural

Com taxas de juros fixas e predefinidas pelo governo, os programas do Mapa movimentarão R$27,15 bilhões – aumento de 25,3% sobre os recursos programados para a safra 2002/03.

Para custeio e comercialização foram reservados R$16,4 bilhões (16,8% acima da safra anterior), a taxas de juros fixas. Outros R$5 bilhões se aplicarão a taxas livres pelos bancos. As cadernetas de poupança rural serão ainda mais importantes para financiar a produção.

Os investimentos devem estimular a competitividade no longo prazo com R$5,75 bilhões – 24,2% a mais sobre a safra passada – com recursos do BNDES, dos fundos constitucionais (Norte, Nordeste e Centro-Oeste) e do Proger Rural – taxas de juros fixas e prazos de pagamento entre cinco e 12 anos.

"Famílias de Programas" BNDES: os 18 programas da safra 2002/03 foram agrupados em oito e o total de recursos é de R$4 bilhões (aumento de 41,3%).

Prioridade aos alimentos básicos, para suprir a demanda gerada por novos programas sociais, como o Fome Zero, e recompor os estoques públicos.

Maior crédito rural para arroz, feijão, mandioca e pecuária leiteira. Na soja, o valor ficou inalterado, pois a cultura tem maior liquidez de mercado e fontes alternativas de financiamento. O milho também terá mais crédito – medida anticíclica, pois o mercado indica expansão da soja sobre áreas antes ocupadas por milho.

Os preços mínimos para 2003/04 se definiram após minuciosa análise dos custos variáveis de produção e de mercado. Corrigiram-se preços de produtos congelados por seu vínculo com o endividamento rural (securitização das dívidas).

A LEC de março de 2003, incentivo à segunda safra de milho e sorgo, visa aumentar a liquidez na comercialização. Complementa o EGF com mais flexibilidade operacional e financiamento acima do PMG, que é a base do EGF. O CMN autorizou a utilização da LEC para todos os produtos integrantes da PGPM.

Para aquisição direta de produtos, contratos de opção e programas de equalização de preços, serão destinados R$3 bilhões, usando-se:

- contratos de opção de venda – seguro contra variação de preços –, indicam aos agentes de mercado a expectativa de preços desejada pelo governo. O objetivo é estabilizar a renda do produtor e os preços ao consumidor. Permitem recompra ou repasse dos contratos de produtores para agentes do mercado, desobrigando o governo da aquisição física do produto;
- prêmio de escoamento de produto (PEP) — garante preço de referência ao produtor e contribui para abastecer determinada região;
- valor de escoamento de produto (VEP) — com o mesmo objetivo do PEP de garantir o abastecimento interno, é executado com estoques do governo.

Crédito rural: aplicação de recursos nas safras
Valores em R$ milhões

Programas e linhas	Safra 2002/03 Aplicação prevista (a)	Safra 2003/04 Aplicação prevista (c)	Variação % (c)/(a)
1. Custeio e comercialização	14.040	16.400	16,80
Exigibilidades (MCR 6-2)	10.000	11.000	10,0
Poupança Rural	2.420	3.900	61,2
Proger Rural	920	700	-23,9
Funcafé	700	800	14,3
2. Investimento	4.630	5.750	24,2
Programas BNDES	2.830	4.000	41,3
Finame Agrícola Especial	500	500	0,0
Fundos constitucionais	1.200	1.000	-16,7
Proger Rural	100	250	150,0
3. Aplicação a juros livres	3.000	5.000	66,7
4. Subtotal (5 = 3+4)	21.670	27.150	25,3
5. Agricultura Familiar – Pronaf*	4.196	5.400	28,7
6. Total (6 = 4+5)	25.866	32.550	25,8

Fontes: Bacen, BNDES, BB, BNB, Basa, Bancoob, Bancicred, Febraban, MDA.
Elaboração: SPA-Mapa.
*Programas gerenciados pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

Álcool, café e programas

O Brasil é um sucesso na produção de combustível renovável a partir da biomassa. Há excelentes oportunidades de exportar álcool e garantia de crescimento do consumo interno. O governo e o setor se comprometeram a:

- aumentar a produção de álcool em vez de açúcar para recompor estoques;
- elevar de 20 para 25% o teor de álcool na gasolina, em vigor desde 1º de junho;
- controlar os preços do álcool nos estabelecimentos produtores (destilarias);
- destinar para estocagem de álcool linha de crédito da Cide (R$500 milhões) a juros de 11,5% ao ano.

Para o café, os juros baixam de 13 para 9,5% no crédito de R$300 milhões para colheita e estocagem da atual safra. Nova linha de crédito de custeio (R$200 milhões), juros de 9,5% ao ano. Contratos de opções de venda para até 3 milhões de sacas – aporte de R$600 milhões para comercializar e balizar preços. Com a inclusão na PGPM, produtores, cooperativas e indústrias poderão se beneficiar de crédito para estocagem até 10 de dezembro de 2003 com recursos da exigibilidade bancária (parcela obrigatória de 25% que os bancos devem aplicar no crédito rural) a juros de 8,75% ao ano.

O Proger Rural visa produtores de renda bruta anual acima do limite estabelecido para beneficiários do Pronaf. Promoverá a ascensão econômica de pequenos e médios produtores. Terá o dobro dos recursos da safra 2002/03: R$1,9 bilhão. Além disso, a partir de 1º de julho de 2003 a taxa de juros reduziu-se de 8,75 para 7,25% ao ano.

O Proger Rural Familiar terá metade dos recursos (R$950 milhões) para custeio e investimento. Os agentes financeiros, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Bansicredi e Bancoob, terão que aplicar 50% dos recursos para produtores com renda bruta anual de até R$60 mil que atendam às características exigidas para o Pronaf – propriedades de até quatro módulos rurais com um máximo de dois empregados, entre outras.

Novo Programa de Investimento para Pequenos e Médios Produtores: nova linha de investimento de R$600 milhões (32% do total do Proger Rural) destinada à aquisição de máquinas, implementos e demais itens de investimento fixo e semifixo, nas condições permitidas pelo *Manual de crédito rural* (MCR). Destinam-se R$350 milhões ao Proger Rural Familiar e R$250 milhões a produtores com renda bruta anual de até R$80 mil e área de até 15 módulos rurais. Isso permitirá atender um universo de médios produtores da agricultura comercial.

O volume de recursos destinados a programas de investimento gerenciados pelo Mapa chega a R$5,75 bilhões (mais 24,2% sobre a safra anterior). Os recursos do BNDES somam R$4 bilhões, mais 41,3% sobre os R$2,83

Limites de crédito ao produtor
R$ mil

Produtos	Limites		Variação %
	Safra 2002/03	Safra 2003/04	2003-2002
Algodão	400	500	25
Amendoim	150	200	33
Arroz de sequeiro	150	200	33
Arroz irrigado	300	400	33
Café	100	140	40
Feijão sequeiro	150	200	33
Feijão irrigado	300	400	33
Fruticultura	150	200	33
Mandioca	150	200	33
Milho[a]	250	400	60
Soja[b]	200	200	–
Soja[c]	150	150	–
Sorgo sequeiro	150	200	33
Sorgo irrigado	300	400	33
Trigo sequeiro	150	200	33
Trigo irrigado	300	400	33
Pecuária leiteira	60	90	50
Outros[d]	60	60	50

[a]Independe dos limites de outras culturas.
[b]Regiões Centro-Oeste, Norte, sul do MA, PI e BA.
[c]Demais regiões.
[d]Investimentos, demais custeios e comercialização.

bilhões programados para 2002/03. Estão previstos mais R$500 milhões de recursos próprios do BNDES para o Finame Agrícola Especial, destinado a beneficiários do crédito rural e empresas de armazenagem agrícola, frigoríficos, beneficiadoras de pescado, sementes, mel. O programa financia a aquisição, manutenção e recuperação de máquinas e equipamentos para uso na agropecuária e no processamento da produção primária. Os juros são de 13,95 % a.a.

Prevêem-se mais R$1 bilhão dos fundos constitucionais e R$250 milhões do Proger Rural. O objetivo é fortalecer a qualidade e a competitividade do agronegócio em bases ambientalmente sustentáveis. Programas de investimento:

- **Modernização e infra-estrutura**: capital fixo e semifixo para elevar a produtividade e a eficiência econômica.
  Moderfrota – Renovação de máquinas e implementos agrícolas. Já emprestou R$6,4 bilhões desde sua criação, em janeiro de 2000. Para a safra 2003/04, recursos de R$2 bilhões, 9,75% a.a. para produtores com renda bruta anual até R$150 mil e 12,75% para os de renda superior.
  Moderinfra – Programas de armazenagem (Proazem) e irrigação (Proirriga) – R$500 milhões (67% acima da safra passada), até oito anos para pagar e juros de 8,75% a.a.
- **Cooperativas** – Formação, ampliação e renovação de capital fixo das cooperativas, capital de giro e capacitação de associados.
  Prodecoop – R$450 milhões, 80% sobre a safra 2002/03, a 10,75% a.a.
- **Recuperação de solos e pastagens:**
  Moderagro – Agrupa Prosolo, Propasto e Sisvárzea; R$600 milhões, com prazo de até cinco anos a 8,75% a.a.
- **Geração e agregação de valor:** programas de investimentos fixos e semifixos em cadeias produtivas com alto poder de geração de renda e emprego.
  Prodefruta – Reúne Profruta, Prodevinho, Procaju e Procacau; empréstimos para a fruticultura; R$240 milhões, prazo de até oito anos e juros de 8,75% a.a.
  Prodeagro – Agrupa Prodecap (caprinocultura), Prodamel (apicultura), Prodeflor (floricultura) e Aqüicultura. Para iniciar, R$60 milhões, prazo de até cinco anos e juros de 8,75% a.a.
  Proleite – Em expansão, tem R$100 milhões, prazo de até cinco anos e juros de 8,75% a.a.
  Propflora – Plantio e produção comercial de florestas; visa reconversão produtiva de pequenas propriedades e reflorestamento. Para até 12 anos, contará com R$50 milhões na safra 2003/04.

Alimentos básicos e estoques públicos

Desde o segundo semestre de 2002, os índices de preços ao consumidor indicam pressão dos itens de alimentação, reflexo do aperto no abastecimento interno. Sem desatenção a produtos da pauta exportadora, estimula-se a produção de alimentos básicos por meio de programas de financiamento; aumento nos limites de adiantamento de crédito; preços mínimos de garantia estimulantes e até acima dos custos de produção; empréstimos à comercialização do leite. Além dessas, medidas anunciadas pelo governo visam milho e sorgo na safrinha, trigo e cereais de inverno.

Em maio, os armazéns da Conab continham apenas 53 mil toneladas de arroz e 92 mil de milho. Contra oscilações bruscas de preços, os estoques mínimos de segurança são pelo menos 3 milhões de toneladas de milho, 1,5 milhão de arroz, 30 mil toneladas de farinha de mandioca e 50 mil de feijão.

As políticas definidas pelo governo prevêem

Preços mínimos por produto

Produtos amparados com empréstimo do governo federal sem opção de venda EGF / SOV

	Tipo/classe básico	Unidade	Preços mínimos (R$) 2002/03	Preços mínimos (R$) 2003/04	Var. %	Início de vigência
Algodão em caroço (15 kg)						
Todo o território nacional	Tipo 41.4 SLM Cód.35	15 kg	10,08	13,40	32,9	Fev. 2004 Jun. 2004
Alho (kg)						
Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste	T5Extra	kg	1,55	1,76	13,5	Ago. 2003
Amendoim (25kg)						
Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste		25kg	11,64	16,10	38,3	Dez. 2003
Caroço de algodão (15kg)						
Todo o território nacional	Único	15kg	1,78	2,37	33,2	Fev. 2004 Jun. 2004
Castanha-do-pará em casca (hl)						
Norte	Único	hl	25,00	35,00	40,0	Jan. 2004
Castanha-do-pará beneficiada (amêndoa) (kg)						
Norte	CBMD	kg	1,30	1,80	38,5	Jan. 2005
Castanha de caju (kg)						
Norte e Nordeste	Único	kg	0,65	0,90	38,5	Jul. 2003
Casulo de seda (kg)						
PR e SP	15% seda	kg		3,80		Set. 2003
Girassol (60kg)						
Sul, Sudeste e Centro-Oeste		60 kg	12,78	17,61	37,8	Nov. 2003
Guaraná (kg)						
Norte, Nordeste e Centro-Oeste	Tipo 1	kg	4,27	5,00	17,1	Ago. 2003
Leite (l)						
Sul e Sudeste	Único	l	0,32	0,38	18,8	Out. 2003
DF, MS e GO			0,30	0,36	20,0	
Norte e MT			0,27	0,33	22,2	Dez. 2003
Nordeste			0,32	0,38	18,8	Mar. 2004
Milho pipoca (kg)						
Sul, Sudeste, Centro-Oeste e sul da BA	Único	kg	0,30	0,44	48,6	Fev. 2004
Pó cerífero (kg)						
Nordeste	Tipo A	kg	2,83	2,90	2,5	Ago. 2003
Raiz de mandioca (t)						
Sul, Sudeste e Centro-Oeste		t	35,00	54,00	54,3	Jan. 2004
Norte e Nordeste			39,00	60,00	53,8	Fev. 2004
Soja (60kg)						
Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Rondônia	Único	60 kg	11,00	14,00	27,3	Fev. 2004
Norte e Nordeste (exceto Rondônia)			10,40	13,00	25,0	

execução da PGPM por meio de AGFs no caso de queda dos preços de mercado abaixo do mínimo de garantia. E mais: recebimento de produto resultante do exercício das opções de venda (caso do milho em 2003); compras pela Conab, a preços de mercado, não sendo possível a aquisição por outro meio; aquisição direta de produtos da agricultura familiar para o Programa Fome Zero. A Conab pode adquirir produtos a partir de R$400 milhões este ano.

Estão em discussão no governo e fóruns criados pelo Mapa – Consagro, CNPA e diversas câmaras setoriais das cadeias produtivas:

Brasil: preços mínimos de sementes
Em R$/kg

	Semente									Início de vigência
	Grão			Fiscalizada			Básica, registrada e certificada			
	2002/03	2003/04	Var. %	2002/03	2003/04	Var. %	2002/03	2003/04	Var. %	
Algodão*										
Sul, Sudeste, Centro-Oeste e sul da BA	0,1187	0,1562	31,6	0,4952	0,6517	31,6	0,5237	0,6892	31,6	Fev. 2004
Norte e Nordeste (exceto sul da BA)				0,6014	0,7914	31,6	0,6462	0,8504	31,6	Jun. 2004
Amendoim										
Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste	0,4656	0,6439	38,3	1,4800	2,0468	38,3	1,7400	2,4064	38,3	Dez. 2003
Arroz longo fino										
Todo o território nacional	0,2800	0,4000	42,9	0,5402	0,7720	42,9	0,5825	0,8324	42,9	Fev. 2004
Arroz longo										
Todo o território nacional	0,1325	0,1855	40,0	0,3657	0,5120	40,0	0,3900	0,5460	40,0	Fev. 2004
Feijão-anão										
Sul, Sudeste, Centro-Oeste e sul da BA	0,5000	0,7835	56,7	0,8455	1,3249	56,7	0,9542	1,4952	56,7	Nov. 2003
Norte e Nordeste (exceto sul da BA)				0,9084	1,4235	56,7	1,0607	1,6621	56,7	Fev. 2004
Feijão-macáçar										
Norte e Nordeste	0,3333	0,5000	50,0	0,5588	0,8382	50,0	0,6091	0,9137	50,0	Fev. 2004
Girassol										
Sul, Sudeste, Centro-Oeste	0,2130	0,2935	37,8	6,1600	8,4885	37,8	7,2400	9,9767	37,8	Nov. 2003
Juta/malva										
Todo o território nacional				3,3700	3,7440	11,1				Fev. 2004
Milho híbrido										
Sul, Sudeste, sul da BA, do MA e do PI	0,1583	0,2249	42,1	0,9451	1,3430	42,1	0,9754	1,3860	42,1	Fev. 2004
GO, MS e DF	0,1417	0,2166	52,9	0,9451	1,4451	52,9	0,9754	1,4914	52,9	Fev. 2004
MT, AC e RO	0,1250	0,1834	46,7	0,9451	1,3865	46,7	0,9754	1,4309	46,7	Fev. 2004
Norte (exceto AC e RO) e Nordeste (exceto sul da BA, do MA e do PI)	0,1750	0,2667	52,4	0,8669	1,3212	52,4	0,8947	1,3635	52,4	Jun. 2004
Milho variedade										
Sul, Sudeste, sul da BA, do MA e do PI	0,1583	0,2249	42,1	0,5128	0,7287	42,1	0,5414	0,7693	42,1	Fev. 2004
GO, MS e DF	0,1417	0,2166	52,9	0,5128	0,7841	52,9	0,5414	0,8278	52,9	Fev. 2004
MT, AC e RO	0,1250	0,1834	46,7	0,5128	0,7523	46,7	0,5414	0,7942	46,7	Fev. 2004
Norte (exceto AC e RO) e Nordeste (exceto sul da BA, do MA e do PI)	0,1750	0,2667	52,4	0,5226	0,7964	52,4	0,5588	0,8516	52,4	Jun. 20041
Soja										
Todo o território nacional	0,1833	0,2333	27,3	0,3905	0,4971	27,3	0,4216	0,5367	27,3	Fev. 2004
Sorgo híbrido										
Sul, Sudeste, Centro-Oeste e sul da BA	0,1063	0,1574	48,1	0,7845	1,1618	48,1	0,8036	1,1901	48,1	Fev. 2004
Norte e Nordeste (exceto sul da BA)	0,1225	0,1887	52,4	0,6915	1,0538	52,4	0,7132	1,0869	52,4	Abr. 2004
Sorgo variedade										
Sul, Sudeste, Centro-Oeste e sul da BA	0,1063	0,1574	48,1	0,3812	0,5646	48,1	0,3971	0,5881	48,1	Fev. 2004
Norte e Nordeste (exceto sul da BA)	0,1225	0,1867	52,4	0,4119	0,6277	52,4	0,4360	0,6645	52,4	Abr. 2004

*Caroço de algodão.

- seguro rural – no Congresso, em regime de "urgência urgentíssima";
- captação de recursos do exterior;
- fundos de investimento no agronegócio;
- companhias de comercialização – sociedades de propósito específico (SPEs), de capital privado, com o objetivo de emitir certificados contra estoques de produtos agropecuários para entrega futura;
- renda mínima, rede de proteção aos pequenos produtores rurais".

Fotos: JF-Roche, www.agropolis.fr



Missão: Europa

No sul da França, brasileiros realizam pesquisas estratégicas de sucesso internacional

JOSÉ SÉRGIO OSSE
Especial para AGROANALYSIS

MONTPELLIER, FRANÇA. Quatro cientistas estrangeiros de ponta trabalham em um laboratório num dos mais avançados centros de pesquisa e tecnologia da Europa no sul da França. A poucos quilômetros está o mar, e em poucas horas chega-se à Côte d´Azur, um dos balneários mais famosos do planeta. Periodicamente, além de desenvolverem seus trabalhos de pesquisa no laboratório, todos em áreas estrategicamente selecionadas, os cientistas enviam relatórios e memorandos a seu país de origem, dando conta dos trabalhos desenvolvidos por seus colegas locais e de qualquer acontecimento que julguem relevante. Sua autonomia e independência são tão grandes que, se quiserem, podem desaparecer do lugar em menos de uma semana quase sem deixar vestígios: o único vínculo físico deles com o centro de pesquisa são os móveis de escritório, por sinal comprados por eles. Fora isso, mais nada. Apenas seu trabalho intelectual e de informações.

Parece história de espionagem internacional. O ambiente, próximo à Riviera francesa, e a importância do centro de pesquisas, o maior em seu campo de atuação no

continente, criam realmente esse clima, assim como as atividades dos pesquisadores. A verdade, porém, está bem longe disso. Os quatro cientistas são os brasileiros Elisio Contini, Ana Brasileiro, Regina Lago e José Madeira, pesquisadores da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária, a Embrapa Labex, situada na Agropolis de Montpellier, um dos centros de pesquisa mais importantes da Europa em agropecuária e tecnologia. Cada um deles com projetos específicos em áreas de conhecimento consideradas estratégicas para o Brasil: economia agrícola, biotecnologia, agroindústria e recursos naturais, respectivamente.

Fruto de uma parceria entre o governo francês e a Embrapa, o Labex funciona como um centro de pesquisa remoto – ou virtual, como preferem os pesquisadores –, onde ocorrem parcerias de desenvolvimento de tecnologia entre os brasileiros e os outros cientistas da Agropolis. Os primeiros passos do projeto foram dados em 1999, mas apenas em janeiro de 2002 a primeira turma de pesquisadores iniciou seus trabalhos. Cada um deles tem um projeto em desenvolvimento, em parceria com cientistas de outras organizações também presentes na Agropolis.

Intercâmbio intelectual

Liderados por Contini, os brasileiros dedicam, de acordo com as regras estabelecidas no Brasil para os pesquisadores do Labex, 50% de seu tempo ao desenvolvimento de seus projetos, necessariamente realizados com grupos de instituições estrangeiras. O resto do tempo é tomado por informações importantes sobre o desenvolvimento tecnológico e humano no país. Essas informações são obtidas principalmente pelo contato com outros cientistas que, por conta da própria constituição da Agropolis, estão fisicamente próximos – fator que, por mais irrelevante que possa parecer, na opinião de Contini, é muito importante para a promoção do intercâmbio intelectual entre os pesquisadores.

Outra fonte de informações preciosas para os pesquisadores são os congressos, encontros e palestras promovidos no continente europeu, aos quais eles têm acesso facilitado pela proximidade. A própria verba destinada ao Labex prevê que os pesquisadores compareçam a congressos que provavelmente não fossem acompanhados por nenhum brasileiro.

Os benefícios dessa iniciativa da Embrapa são enormes para o Brasil. O acesso à tecnologia de ponta em pesquisa na Agropolis torna mais

Centro de conhecimento

Grande parte do sucesso da Embrapa Labex se deve à infra-estrutura da qual dispõe na Agropolis de Montpellier. O local, criado em 1985, desde sempre se destacou como um importante centro de conhecimento na área de agropecuária e tecnologia. Desde sua criação, muitas instituições ligadas à área se instalaram na Agropolis, desde universidades a institutos de pesquisa, do governo e privados. Mais recentemente, organizações internacionais começaram a vir para a Agropolis também.

O objetivo inicial do governo francês ao criar a Agropolis foi o mesmo da Embrapa agora: aproximar os diferentes órgãos de pesquisa e desenvolvimento e seus pesquisadores para fomentar o intercâmbio de informações e acelerar a produção de conhecimento e tecnologia. O sucesso foi tão grande que, em poucos anos, a Agropolis se tornou o maior centro de pesquisa agropecuária da Europa e um dos mais importantes do continente.



A Agropolis é o maior centro de pesquisa agropecuária da Europa

A própria cidade de Montpellier é considerada um dos mais importantes centros acadêmicos da Europa. Ali estão cerca de 3.800 cientistas e mais de 60 mil estudantes universitários. Mais de 1.500 cientistas trabalham na Agropolis, em pesquisa e desenvolvimento para a agricultura.

"Com o Labex estamos mudando o perfil de relacionamento que o Brasil tinha com a Agropolis. Antes, apenas enviávamos estudantes de graduação para cá e recebíamos estudantes e pesquisadores franceses. Agora, além dos estudantes, temos cientistas nossos trabalhando e beneficiando-se do contato com pesquisadores de outros países além da França", afirma o coordenador do Labex, Elisio Contini.

Uma das novidades implantadas pela Agropolis, no intuito de atingir seu objetivo de fomentar o intercâmbio de informações, foi a criação das UMRs (*unités mixtes de recherche*, unidades mistas de pesquisa). Essas unidades são formadas por pesquisadores de áreas distintas que se co-relacionam no desenvolvimento de um projeto ou produto. São, portanto, unidades de pesquisa multidisciplinar que, agrupando conhecimento em áreas específicas necessárias ao desenvolvimento do projeto, aceleram e garantem a qualidade da produção.

Os pesquisadores do Labex fazem parte de algumas dessas UMRs e sua experiência servirá para a criação de unidades como essas dentro da própria Embrapa no Brasil.

Pesquisas em andamento

José Sergio Osse



Nessa fase inicial do Labex, são três os projetos de pesquisa em andamento, cada um em uma área específica. Ainda há um bom caminho a se percorrer até que eles se transformem em tecnologia ou conhecimento aplicável diretamente na agropecuária brasileira. As pesquisas ainda estão no começo e devem se estender ainda por alguns meses ou anos. Mas, beneficiadas pelo modelo do Labex e pelo crescente reconhecimento e maior confiança dos estrangeiros nos pesquisadores da Embrapa, elas estão avançando rapidamente.

Estresse hídrico

O projeto que está mais adiantado no Labex é o de Ana Brasileiro, na área de biotecnologia. Em parceria com o grupo Biotrop (biotecnologia tropical) do Cirad, seu projeto é mapear o genoma do arroz. O objetivo da pesquisa é, a longo prazo, descobrir a função de cada gene da planta, inclusive os que determinam características como a resistência à seca, por exemplo, principal meta da pesquisadora.

O arroz foi escolhido por ser uma "planta-base" prática para esse tipo de estudo. O seu genoma é relativamente pequeno e, portanto, mais fácil de mapear que o de outros cereais. "A vantagem, porém, é que os dados conseguidos com o mapeamento do arroz podem, posteriormente, ser aplicados em outros cereais. Ou seja, o que vale para o arroz, vale para outras plantas semelhantes também", diz a pesquisadora.

De posse desses dados, segundo ela, será possível criar mecanismos e ferramentas para melhorar as características da planta a ser cultivada. Ao saber o que procurar, e como, ficará mais fácil desenvolver variedades de cultivo mais adaptadas a climas secos ou úmidos, sem grande perda de produtividade, afirma. "Isso significa um grande benefício para os produtores brasileiros do cerrado ou do Nordeste, onde é mais complicado utilizar irrigação." O mais importante é que, mesmo sendo a pesquisa feita com base no arroz, ela poderá ser utilizada para melhorar a produção de outros cereais, como trigo e cevada.

A pesquisa está sendo coordenada por Jean-Chirstophe Glaszman, da UMR de Genômica Aplicada aos Caracteres Agronômicos (Gaca), e, com a ajuda da brasileira, já conseguiu isolar alguns dos genes ligados ao estresse hídrico no arroz. E, apesar de nenhum deles ser 100% ligado a essa característica, a partir da tradução desses genes – o próximo passo da pesquisa – já será possível orientar melhor a seleção de variedades de cultivo resistentes à seca.

Enzimas naturais

O projeto tocado pela pesquisadora Regina Lago, sobre agroindústria, apesar estar menos adiantado, avança de forma constante, segundo ela. Seu trabalho em conjunto com pesquisadores franceses consiste em tentar valorizar a cultura da mamona, desenvolvendo novas formas de utilização para os produtos obtidos dessa planta. Uma delas, principal objetivo da pesquisa, é o uso de enzimas naturais da semente em compostos de interesse industrial, substituindo as enzimas animais usadas atualmente no processo de produção desses compostos.

Segundo ela, o custo de produção da enzima animal é muito superior ao da enzima vegetal. Isso acontece porque a enzima é natural em plantas como a mamona e pode ser extraída diretamente. Já no caso dos animais, é preciso que eles a produzam para depois serem extraídas e utilizadas pela indústria.

Ao desenvolver novas formas de uso para a mamona, será possível valorizar o cultivo da planta, elevando seu potencial econômico e promovendo uma melhora nas condições das pessoas envolvidas na cultura, diz a pesquisadora. No Brasil, a mamona é cultivada principalmente na Bahia e, mais recentemente, no Centro-Oeste. Basicamente é um produto de agricultura familiar com baixo valor de troca num setor que envolve cerca de 120 mil pessoas.

Outro produto da mamona que está sendo desenvolvido é o seu óleo para utilização industrial. A vantagem desse óleo é que ele, em sua composição, contém substâncias que têm propriedades anticancerígenas e antiobesidade.

O maior problema encontrado pela pesquisadora e por sua equipe é que a semente da mamona contém três substâncias tóxicas, que devem ser eliminadas durante o processo para que os produtos conseguidos pelas novas técnicas em desenvolvimento possam ser aprovados pelos diferentes órgãos de registro de alimentos do mundo, principalmente o FDA (Food and Drug Administration) dos EUA, referência para a maioria dos outros.

A terceira pesquisa desenvolvida no Labex é a de José Madeira, na área de recursos naturais. Seu trabalho se concentra no desenvolvimento de novas formas de gestão de espaço e solo para que os produtores consigam melhor rendimento e maior economia em suas propriedades. Para isso, ele estuda as relações hídricas de diversos tipos de solo de acordo com a sua utilização e com a utilização de componentes como adubos, fertilizantes e agrotóxicos.

Da pré-história aos nossos dias

O primeiro museu sobre alimentação do mundo é outra das atrações da Agropolis de Montpellier. Iniciativa dos próprios participantes do centro de pesquisa, o museu tem a finalidade de mostrar aos visitantes como se alimentam os povos e como se deu a evolução dos cardápios em cada região do planeta de acordo com a cultura e os costumes desses lugares.

Segundo Elisio Contini, do Labex, a simples existência de um museu como esse demonstra a importância dada pelos parceiros da Agropolis ao trabalho que realizam. Isso, segundo ele, significa que o tempo dedicado às pesquisas rende bons resultados e que esses resultados podem muito bem ser motivo de orgulho e criar mais conhecimento, expostos em um museu.

Dividido em três principais áreas, o museu induz o visitante a viajar da pré-história da alimentação humana até nossos dias. No início da visita estão expostos utensílios usados para obter e transformar a comida, divididos pelos principais tipos de alimento, como grãos, carnes e vegetais. Nessa seção do museu também são apresentados dados técnicos e informações sobre cada um dos grupos de alimentos, contando sua importância na história e na nutrição humanas.



Vista interna do Museu da Alimentação

A segunda parte do museu talvez seja visualmente mais compensadora para o visitante. Em vitrines de vidro e madeira, pequenas e independentes, estão expostos os principais alimentos, utensílios de cozinha e pratos de determinada região do planeta. Desde o sul da Itália, representado por um prato de macarrão, vinhos tintos e um preparado de carne, até o Japão, com *sashimis*, *sushis*, saquê e *tepan*. Expõe-se também, em cada uma das vitrines, tudo o que foi utilizado na preparação dos pratos, os alimentos e utensílios.

O chefe da Embrapa Labex diz que um de seus projetos é financiar uma vitrine dessas com alimentos típicos do Brasil. "O país, que é pouco representado no museu, precisa estar aqui", diz ele. "Não adianta fazermos um trabalho excepcional por nosso país se as pessoas não ficarem sabendo. E essa é uma forma de mostrarmos nosso trabalho, através do museu."

Ele calcula que o investimento necessário seja de cerca de 5 mil euros, aproximadamente R$16 mil. Valor baixo para os benefícios que essa exposição em museu pode gerar para o país, afirma Contini. Segundo o pesquisador, uma vitrine como essa é importante para aumentar o interesse de estrangeiros pela culinária brasileira e, conseqüentemente, significa um aumento na procura de produtos exclusivamente brasileiros, como azeite de dendê e cachaça. A cachaça já é até relativamente conhecida na Europa e considerada artigo de luxo. Em Paris, uma caipirinha de cachaça brasileira não custa menos que oito euros, o equivalente a R$28. "Temos inúmeros produtos que podem, assim como a cachaça, se tornar atrativos para os europeus e comercialmente interessantes para nós. Basta que se tornem conhecidos aqui", diz Contini.

O final da visita é um enorme comparativo multimídia entre os hábitos alimentares de diferentes povos do planeta, especificando os níveis nutricionais de cada dieta e comparando-os entre si e entre o que seria considerado saudável, dadas as condições geográficas e climáticas de cada região.

O museu tem ainda espaços para apresentações, palestras e outras exposições, que funcionam como fator de integração entre o conhecimento proporcionado pela visita e as obras de arte expostas – muitas inspiradas no tema geral, alimentação –, tornando a visita mais interessante e produtiva.

eficiente o trabalho de nossos cientistas, melhora suas condições de desenvolvimento de projetos e viabiliza a ajuda de colegas renomados de outras instituições. Tudo o que for desenvolvido pelo Labex será propriedade conjunta da Embrapa e do parceiro do projeto, o que, na maioria dos casos, pode garantir retorno não apenas intelectual mas também financeiro.

O reconhecimento internacional pelo trabalho dos brasileiros é outro benefício que, apesar de não ser quantificável, é bastante palpável.

Segundo Contini, o Labex existe há muito pouco tempo, mas a confiança das contrapartes européias já se faz notar no dia-a-dia. Ao contrário dos espiões, os pesquisadores têm atuação transparente, e sua presença traz benefícios para todos.

É isso, segundo ele, o que sustenta a relação de parceria. Para os brasileiros realmente seria muito fácil sair da Agropolis. Tudo, desde as instalações de pesquisa até o escritório, é cedido ou, no máximo, alugado. Assim, retirar o Labex do centro de pesquisas levaria poucas horas.

No futuro, espera ele, o Labex terá uma equipe de cerca de 12 pessoas, não mais do que isso, trabalhando em áreas estratégicas tão importantes quanto as atuais. O próximo pesquisador, cuja vaga já foi criada, deverá atuar em pesquisas sobre agricultura familiar.

Áreas estratégicas

A seleção do pesquisador do Labex pode ser comparada à de um diplomata. Os escolhidos têm que atender a um grande número de exigências, a maioria relacionada com a excelência e qualidade de sua produção, além de, necessariamente, serem profissionais de carreira na Embrapa com, no mínimo, 10 anos de casa. As vagas são abertas para áreas de pesquisa previamente especificadas pela empresa como estratégicas.

Durante o processo de seleção, um concurso interno na Embrapa, o candidato precisa apresentar um pré-projeto a ser desenvolvido na França para evitar que mudanças no tema do projeto prejudiquem o funcionamento do Labex. Essas exigências limitam bastante o número de candidatos, apesar de muitos na Embrapa se encaixarem no perfil. O período de trabalho inicial no Labex é de dois anos.

Para a primeira turma de pesquisadores do Labex foram escolhidos alguns dos mais qualificados pesquisadores da Embrapa. O coordenador do projeto na França, Elisio Contini, é especializado em economia agrícola, com quatro livros publicados sobre o assunto e mais de 50 artigos e publicações científicas. Antes de assumir seu cargo no Labex, ele trabalhava na Embrapa sede, em Brasília, próximo ao ex-presidente da empresa, Alberto Duque Portugal.

A pesquisadora Ana Brasileiro, engenheira florestal e pesquisadora na área de biotecnologia, está na Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia desde 1992, onde trabalhou com transformação genética de plantas. No Labex lida com o mapeamento genético do arroz para torná-lo mais resistente à seca.

Regina Lago é doutora em ciência dos alimentos pela Universidade de Berkeley, Califórnia, e desenvolve no Labex uma pesquisa sobre valorização das enzimas da mamona, usadas como catalisadores naturais para a indústria de alimentos.

O último integrante do grupo é José Madeira, doutor em solos pela Universidade de Paris VI. Seu trabalho no Labex envolve o estudo da reutilização dos solos, erosão e outros aspectos para a definição de novas formas de gestão durável do espaço produtivo.

Mesmo aqueles que não foram escolhidos para ir para o Labex têm a oportunidade de se beneficiar dele quando em viagem à Europa. O centro está preparado para auxiliar pesquisadores visitantes no contato com colegas estrangeiros e na divulgação de congressos e seminários no continente. Até o momento, a Embrapa de Montpellier não conta com verbas para auxílio financeiro ou material aos visitantes mas, segundo alguns pesquisadores que já foram ajudados pelo pessoal do Labex, o apoio na forma de contatos e indicações é bastante eficaz.



José Sergio Osse

Elisio Contini, Eduardo Romano, Lucília Helena Marcelino, Ana Brasileiro e Maria Fátima Grossi de Sá: profissionais de carreira

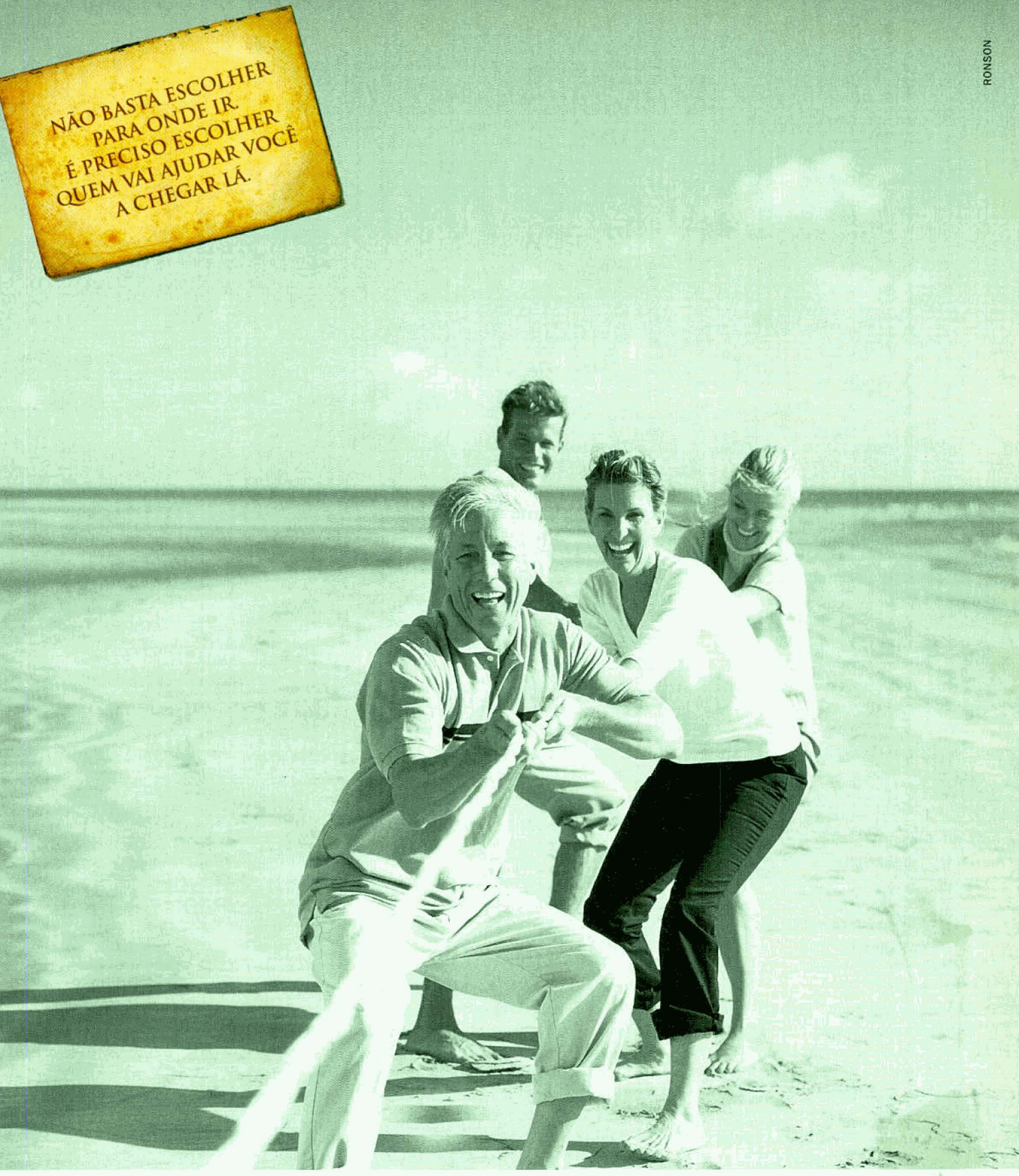
Experiência inovadora

A experiência do Labex está dando tão certo que já chamou a atenção de países com mais tradição no intercâmbio de cientistas, como os EUA. O que garante esse sucesso é a forma inovadora de atuação do Labex, pioneiro em seu formato na Europa. Como tudo que é utilizado pelos pesquisadores é cedido ou alugado, o custo de atuação da Embrapa na França é bastante reduzido. O Usda (o ministério da agricultura dos EUA), que também está presente na Agropolis, construiu um laboratório próprio no local para conduzir pesquisas na área de agricultura. O formato brasileiro se mostra superior em dois aspectos principalmente: é muito mais barato e promove um intercâmbio efetivo bastante superior ao conseguido pelos americanos.

O custo total por ano de um pesquisador da Embrapa Labex na França é de cerca de US$100 mil, que não saem do Brasil, mas do Banco Mundial, que financia o projeto. Já no caso do laboratório americano, apenas para construí-lo foram gastos alguns milhões de dólares. Além disso, caso os EUA decidam deixar a Agropolis, serão obrigados a vender seus equipamentos e instalações – o que pode demorar muito e, possivelmente, se transformar em um grande prejuízo –, ao contrário do Brasil, que apenas precisa devolver os equipamentos e salas emprestados.

A outra vantagem do formato do Labex, e a mais elogiada pelos europeus, é o fato de os brasileiros estarem mais próximos de seus colegas estrangeiros do que os americanos, tanto na hora de trabalhar como no dia-a-dia. Com estrutura praticamente auto-suficiente em seu laboratório, os pesquisadores dos EUA mal têm contato com seus colegas europeus. Suas pesquisas são realizadas internamente, sem a participação de outros cientistas, e mesmo sua vida cotidiana na Agropolis corre à parte. Essa postura impede que haja intercâmbio real e produtivo entre os EUA e seus colegas em Montpellier.

O formato tem funcionado tão bem que alguns países, principalmente da América Latina, já procuraram a Embrapa para conhecer melhor o modelo e utilizá-lo como inspiração no desenvolvimento de suas próprias parcerias fora de suas fronteiras. Esse, talvez, seja o primeiro fruto concreto das atividades do Labex: o tão esperado reconhecimento internacional pela qualidade da pesquisa brasileira.



FGV management

PRESENTE NA SUA VIDA.
PRESENTE NO SEU SUCESSO.

Membro da AACSB INTERNATIONAL

Rede de conveniados em todo o país, cursos segmentados, parcerias internacionais, padronização do material didático e tradição de qualidade. Isso é o FGV Management. O programa de Educação Continuada da FGV que disponibiliza cursos de Pós-Graduação/MBAs com o suporte de duas das mais conceituadas escolas de administração e economia do Brasil: EBAPE e EPGE.

Confira a relação de conveniados pelo site: www.fgv.br/fgvmanagement
e-mail: fgvmgm@fgv.br ou pelos telefones (21) 2559-5885 / 5870.

Ativos limpos

Já há empresários interessados em comprar certificados de redução de emissões para ganhar dinheiro com isso

IGNEZ VIDIGAL LOPES

De todos os problemas ambientais deste século, a mudança global do clima é um dos mais graves, não só por atingir todos os habitantes do planeta, como pelas evidências indiscutíveis de seus efeitos, principalmente a elevação da temperatura da Terra em 1°C, nos últimos 100 anos. A má notícia é que a temperatura continua se elevando, com conseqüências imprevisíveis.

A comunidade internacional tem-se mobilizado para enfrentar o problema. Quando entrar em vigor, o Protocolo de Kioto vai colocar à disposição dos empresários um conjunto de instrumentos que estimularão importante fluxo de investimentos privados entre países, visando a adoção de tecnologias mais limpas, sobretudo através da substituição de fontes de energia fóssil por fontes de energia renovável.

Um dos instrumentos criados sob a égide do Protocolo de Kioto – o mecanismo de desenvolvimento limpo ou MDL – é de grande interesse do Brasil e dos países em desenvolvimento. Esse instrumento permite que os países industrializados – os quais assumiram compromissos quantificados de redução das emissões de gases de efeito estufa – complementem suas metas com investimentos realizados fora de suas fronteiras geográficas, em projetos a serem implantados em países em desenvolvimento. Uma das características dos gases de efeito estufa é que eles se mesclam uniformemente na atmosfera, de tal forma que a redução de emissões possui o mesmo efeito benéfico, qualquer que seja o ponto do planeta onde ocorrer.

O Brasil tem tido um desempenho destacado nas negociações da mudança global do clima, conduzidas sob a égide da ONU e iniciadas na Rio 92, tendo criado no país a Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, presidida pelo Ministério de Ciência e Tecnologia. A pedido dessa comissão foi elaborado no final de 2002 um guia oficial do MDL, após ampla discussão em seminário realizado sob o patrocínio do BNDES e da Unctad. O guia, cujo processo de elaboração foi coordenado pelo Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia da FGV, traduz para os empresários brasileiros, em linguagem simples e resumida, os aspectos práticos e operacionais do MDL.[1]

Redução de emissões

O objetivo do MDL é facilitar o cumprimento das metas assumidas com a redução de emissões por parte dos países ricos. Esses países reconheceram, durante a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, adotada na Rio 92, que possuem uma parcela maior de responsabilidade pelos efeitos das emissões sobre a mudança global do clima, e por isso assumiram um compromisso firme de alcançar a estabilização das concentrações de gases de efeito estufa na atmosfera.

Em seqüência à Rio 92, foi adotado em dezembro de 1997 o Protocolo de Kioto. O protocolo estabeleceu a meta quantificada de reduzir as emissões em 5%, na média, em relação aos níveis verificados em 1990, estabelecendo ainda o período de 2008 a 2012 para cumprimento dessas reduções. Metas de redução foram estabelecidas somente para os 42 países incluídos no chamado anexo I da Convenção (partes anexo I). Quanto aos demais países (partes anexo II), embora não possuam metas a cumprir, assumiram compromisso de alcançar o desenvolvimento sustentável. Esses são, em geral, países pobres ou em desenvolvimento, de industrialização tardia, e portanto menos responsáveis pelo efeitos cumulativos dos gases de efeito estufa sobre a atmosfera.

Ao promover um fluxo de investimentos e a transferência de tecnologias dos países ricos (anexo I) para os países em desenvolvimento (anexo II), e facilitar o cumprimento das metas de redução de emissões, o MDL também ajuda estes últimos a promover o desenvolvimento sustentável e contribui para a mitigação dos efeitos climáticos.

A meta de redução das emissões abaixo dos níveis de 1990 implica grande volume de investimentos. Alguns países já ultrapassaram em muito o nível de emissões praticado em 1990. Parte desses investimentos será realizada dentro dos próprios países anexo I, mas muitos empresários desses países já manifestaram interesse em financiar projetos através do MDL nos países em desenvolvimento, onde o custo de cumprir suas metas tende a ser mais baixo.

O que é um projeto enquadrável no MDL

Todo projeto que se destina a reduzir, de forma adicional, emissões de gases de efeito estufa é em princípio enquadrável

no MDL. Outros requisitos exigem que as reduções sejam mensuráveis, reais e de longo prazo e que sejam relacionadas a gases e setores determinados[2] ou se refiram a projetos de florestamento e reflorestamento.

Envolvem, portanto, uma gama enorme de projetos capazes de reduzir a emissão de gases em atividades como queima de combustíveis fósseis (carvão, petróleo e gás natural), em usinas termoelétricas, em indústrias, em veículos em circulação, em sistemas domésticos de aquecimento, além de lixões e aterros sanitários. A redução pode se dar através de projetos relacionados à substituição de fontes de energia, ou à introdução de novas tecnologias mais limpas nos processos industriais, ou, ainda, à utilização de combustíveis renováveis nos veículos em circulação. Na agricultura, projetos que introduzam práticas adequadas de tratamento de dejetos, de queima de resíduos, de tratamento do solo e outras.

O florestamento e reflorestamento, de grande interesse para a agricultura, constituem uma categoria à parte, pois sua inclusão nos investimentos enquadráveis no MDL se deve não à possibilidade de reduzir emissões de gases de efeito estufa, mas à possibilidade da remoção ou seqüestro de dióxido de carbono (CO_2) presente na atmosfera.

Vantagens e caminhos

Os projetos de MDL passam por um ciclo de várias etapas (elaboração do documento de projeto, validação, registro, verificação/certificação) para obter, *a posteriori*, um montante de RCEs (reduções certificadas de emissão) equivalente às toneladas de CO_2 que efetivamente deixaram de ser emitidas[3] devido ao projeto. Essas RCEs podem ser utilizadas para o cumprimento das metas das empresas nos países do anexo I. O detentor desse certificado possui um ativo que pode ser negociado no mercado e propiciar ganhos devido à sua valorização, além de gerar divisas para o país onde o empreendimento foi realizado.

Portanto, além de propiciar um fluxo de investimentos, geram divisas para o país. Os empresários ganham nova fonte de recursos e uma oportunidade de ganho com a valorização das RCEs no mercado de carbono.

A sétima Conferência das Partes da Convenção do Clima) (COP 7), reunida em Marrakech em novembro de 2001, aprovou as normas e regulamentos para projetos do MDL e criou uma estrutura institucional para o processo de aprovação dos projetos, parte da qual situada na Alemanha – sede do Comitê Executivo do MDL.[4]

Reconhecendo as dificuldades de acesso a essa estrutura por parte do empresariado brasileiro, foi preparada uma proposta de modelo de funcionamento do MDL no país que visa, basicamente, criar um local de submissão das propostas de projetos em uma instituição de grande credibilidade e capacidade de financiamento, como o BNDES; por outro lado, cria no país um mercado para negociação das RCEs. Essa proposta, formulada pela FGV, está em processo de discussão nos meios empresariais e de governo. Implementada, deverá colocar o país na vanguarda, com vantagem em relação a países como China e Índia para atrair os países ricos a investirem em projetos de MDL. A proposta prevê a implantação no país de um ambiente amigável para os investimentos.

Do contrário, o país poderá perder uma grande oportunidade, já que é considerado país relativamente limpo em termos de tecnologias e fontes de energia, quando comparado a outros países que concorrem para receber recursos do MDL, como a China , a Índia e países do Leste europeu. Nossa vantagem reside na sofisticação de nossos mercados financeiros e de commodities, pré-requisitos indispensáveis para a implementação de um mercado de carbono (mercado de RCEs) confiável e vinculado aos mercados globais, capaz de atrair um fluxo significativo de divisas.

Como ganhar dinheiro reduzindo emissões

Mesmo antes da entrada em vigor do Protocolo de Kioto, que depende de ratificação pela Rússia ou pelos Estados Unidos para atingir o número mínimo necessário de países nomeados no anexo I, já existem empresários interessados em comprar certificados de redução de emissões. Esses empresários avaliam projetos que tenham chance de se enquadrar no MDL e solicitam a avaliação de empresas certificadoras (geralmente empresas internacionais). Os certificados emitidos representam toneladas a menos de emissões, com grande potencial de obter RCEs quando o Protocolo de Kioto entrar em vigor.

Esses certificados são comercializados a preços muito baixos, cerca de US$5 por tonelada no chamado mercado de carbono. O comprador é, em geral, um empresário de país do anexo I com compromissos a cumprir, interessado em comprar barato certificados que possam se transformar mais tarde em RCEs. O vendedor, um empresário brasileiro que possua um projeto enquadrável no MDL. Se a proposta da FGV vier a ser implementada e regulamentada pelo governo, o primeiro impacto seria a valorização imediata desses ativos. Quanto mais cedo isso ocorrer, tanto maior o ganho potencial desses ativos quando o protocolo entrar em vigor e, num segundo momento, quando esses certificados emitidos pelas certificadoras vierem se transformar em reduções certificadas pelo Conselho Executivo do MDL – as RCEs. Em mercados organizados, esses ativos poderiam chegar a ser comercializados a US$30 a tonelada. A inscrição de projetos através de uma instituição de grande credibilidade e o funcionamento de um mercado de carbono estruturado em bolsa são elementos indispensáveis para dar credibilidade aos projetos que obtiverem o reconhecimento de empresas certificadoras.

[1] O Guia de orientação do mecanismo de desenvolvimento limpo foi editado pela Fundação Getulio Vargas e está disponível no BNDES.

[2] Os gases são aqueles listados no anexo A do Protocolo de Kioto: dióxido de carbono, metano, óxido nitroso, hexaflureto de enxofre e famílias de gases hidrofluorcarbonos e perfluorcarbonos. Os setores/fontes de emissões são os listados no anexo A: energia, processos industriais, agricultura e resíduos.

[3] Uma RCE é igual a uma tonelada métrica de CO_2 equivalente. As quantidades dos diversos tipos de gases são conversíveis em CO_2 de acordo com uma tabela de conversão. (Ver *Mecanismo de desenvolvimento limpo – guia de orientação*. FGV, 2002.)

[4] Ver *Mecanismo de desenvolvimento limpo – guia de orientação*. op. cit.

Ignez Guatimosim Vidigal Lopes *é chefe do Centro de Estudos Agrícolas do IBRE/FGV e coordenadora do trabalho de edição do guia do MDL. vidigal@fgv.br*

Cesta mais cara

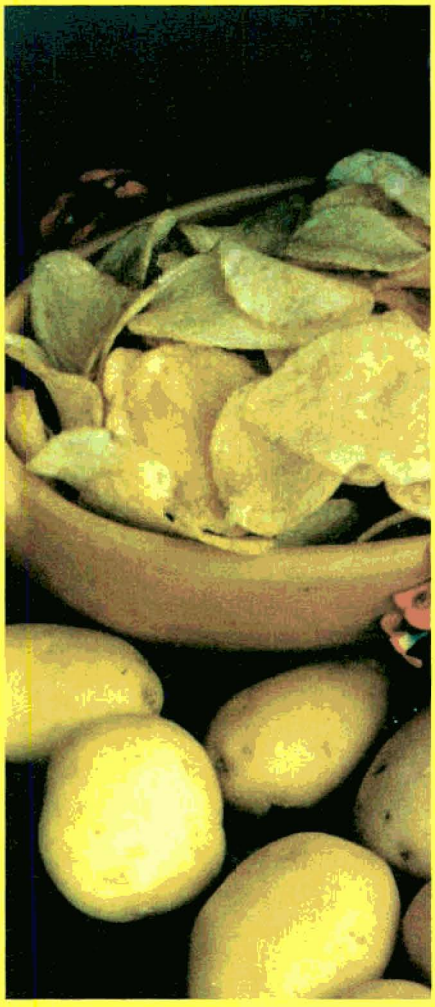
A forte alta dos preços desde o ano passado afetou o custo da cesta básica

GERVÁSIO CASTRO DE REZENDE

O setor agrícola foi muito afetado pela instabilidade cambial que se abateu sobre a economia brasileira nos últimos 12 meses. As variações da taxa de câmbio e dos preços internacionais das commodities exerceram grande influência sobre os preços domésticos. Ao se elevarem os preços, a produção cresceu de forma impressionante e promete continuar crescendo no próximo ano agrícola. Mas como os preços agrícolas determinam a formação do custo da cesta básica, sua elevação causa perda de renda real da população mais pobre.

Um balanço do comportamento recente dos preços agrícolas domésticos – com foco na comparação entre a variação desses preços e a variação dos "preços de fronteira" –, pode distinguir três períodos: de maio a outubro de 2002; de outubro de 2002 a maio de 2003 e de maio de 2002 a maio de 2003. Além disso, merece discussão a elevação do custo da cesta básica, assim como algumas medidas que a política econômica já deveria estar tomando para minorar o efeito negativo da alta dos preços agrícolas.

Tomando como base os níveis do início deste ano, os preços agrícolas



atuais estão inalterados ou inferiores. O único que realmente destoa dos demais é o do arroz, que em plena safra teve alta significativa. O do milho caiu de um patamar de R$30 no fim do ano passado para o atual, próximo de R$18 (gráfico 1). A mudança dos preços de carnes também foi marcante (gráfico 2).

Esse comportamento recente mais favorável dos preços agrícolas reflete, em grau diferenciado, os efeitos da safra, da taxa de câmbio e dos preços internacionais. A importância relativa de cada um desses fatores aparece na tabela 1. Foi calculada a variação dos preços internacionais convertidos em reais (os chamados "preços de fronteira") e comparados os resultados com as variações dos preços domésticos dos mesmos produtos para três períodos: maio a outubro de 2002; outubro de 2002 a maio de 2003 e maio de 2002 a maio de 2003. As taxas de variação dos preços internacionais convertidos em reais são comparadas com as taxas de variação dos preços domésticos dos mesmos produtos. As taxas de variação cambial para cada um desses períodos são também indicadas.

Arroz e algodão em alta

De outubro de 2002 a maio de 2003, houve uma queda generalizada dos preços de fronteira, fruto da valorização cambial de 22% e do comportamento favorável dos preços internacionais nesse período. Os produtos que destoam são arroz e algodão. Os preços domésticos do arroz subiram cerca de 28%, embora os preços de fronteira tivessem caído quase 19%. Também no caso do trigo os preços domésticos caíram cerca de 28%, mas os cálculos da tabela 1 mostram que, na realidade, deveriam ter caído quase 40%.

O preço da soja caiu 25%, embora o preço de fronteira tivesse caído apenas 10% – fenômeno conhecido como queda da razão preço doméstico/preço internacional da soja entre a entressafra brasileira (safra americana) e a safra brasileira (entressafra americana).

É possível que o fraco desempenho do feijão se deva à falta de prioridade dada à pesquisa agrícola e/ou à ausência de uma política de incentivos compensatórios à cultura

A comparação entre os preços domésticos e os de fronteira para todo o período que vai de maio de 2002 e maio de 2003 torna mais claras as divergências entre esses preços nos casos de arroz e trigo, exatamente os produtos cujo suprimento doméstico está sendo dificultado por uma dependência, hoje indevida, das importações da Argentina.

A forte alta dos preços agrícolas desde o ano passado afetou o custo da cesta básica. O índice do valor real da cesta, que vinha se mantendo estável até o início do ano passado, disparou com a desvalorização do real e subiu nada menos que 20% (gráfico 3). Com a desindexação salarial e a redução geral do nível de atividade econômica no período, essa alta de preços da cesta básica exerce forte impacto negativo sobre a renda real da população mais pobre.

À parte a intensificação de sua atuação através das políticas sociais, o governo poderia adotar medidas de política econômica com o objetivo de atenuar a alta dos preços dos alimentos ou diminuir as conseqüências negativas dessa alta.

O problema está sendo magnificado por um desempenho particularmente desfavorável dos preços de alguns alimentos básicos, como feijão, arroz e milho (este último até o ano passado), normalmente muito menos afetados pela taxa de câmbio. No caso do feijão, a alta exagerada dos preços se deve mais à queda da qualidade do produto do que da quantidade produzida. É possível que esse fraco desempenho, que já vem durando alguns anos, se deva à falta de prioridade à pesquisa agrícola ou à ausência de uma política de incentivos compensatórios à cultura. Quanto ao arroz, as restrições a importações de países fora do Mercosul (como Estados Unidos e Tailândia), que continuam vigorando, não fazem mais sentido, uma vez que Argentina e Uruguai reduziram dramaticamente a produção do cereal, tornando-se, assim, incapazes de complementar de forma adequada o abastecimento do mercado nacional. Situação similar à do arroz é a do trigo, já que a Argentina tem usado sua vantagem no mercado brasileiro para colocar seu produto a preço acima do mercado internacional.

Principais produtos agrícolas: taxas de variação de preços
Variação dos preços internacionais convertidos em reais e dos preços domésticos

Produtos	Taxas de variação dos preços internacionais convertidos em reais	Taxas de variação dos preços domésticos	Taxa de variação dos preços internacionais
Maio a out. 2002 (variação cambial de 53%)			
Trigo	122,5	124,6	45,0
Soja em grão	74,0	93,5	13,4
Açúcar	98,1	68,1	29,1
Milho	88,5	64,6	22,8
Arroz	43,7	36,6	-6,4
Algodão	91,6	51,9	24,8
Café arábica	93,0	68,1	25,8
Out. 2002 a maio 2003 (variação cambial de -22%)			
Trigo	-38,2	-27,8	-20,3
Soja em grão	-9,8	-25,0	16,3
Açúcar	-25,3	-0,9	-3,7
Milho	-24,2	-10,4	-2,3
Arroz	-18,8	27,8	4,7
Algodão	-6,3	25,8	20,9
Café arábica	-16,9	-3,0	7,1
Maio 2002 a maio 2003 (variação cambial de 19%)			
Trigo	37,5	62,1	15,5
Soja em grão	57,0	45,0	31,9
Açúcar	48,0	66,6	24,3
Milho	42,9	47,5	20,0
Arroz	16,7	74,6	-2,0
Algodão	79,6	91,1	50,9
Café arábica	60,4	63,0	34,7

Fonte: Conab. Elaboração: Ipea/Dimac.

Argentina: evolução da produção agrícola
1995-2003 - Em mil toneladas

Anos	Algodão em caroço	Arroz em casca	Feijão	Milho	Soja	Trigo
1995	1.123	926	238	11.404	12.133	9.542
1996	1.347	986	218	10.518	12.448	16.107
1997	1.030	1.205	269	15.537	11.005	15.087
1998	987	1.011	303	19.361	18.732	12.601
1999	618	1.658	340	13.504	20.000	15.479
2000	417	904	297	16.781	20.207	16.147
2001	509	859	263	15.365	26.883	17.723
2002	218	713	278	14.710	30.000	15.428

Fonte: FAO

Uruguai: evolução da produção e das importações brasileiras de arroz
1995-2003 - Em mil toneladas

Período	Produção de arroz	Importações brasileiras	
		Em casca	Beneficiado
1995	806	176	222
1996	974	114	369
1997	1.024	104	358
1998	950	130	382
1999	1.300	100	333
2000	1.209	nd	418
2001	1.030	30	476
2002	950	85	347

Fonte: FAO – produção; Conab – importações.

Brasil: importações da Argentina - produtos selecionados
1995-2003 - Em mil toneladas

Período	Algodão em pluma	Arroz		Milho	Trigo	Feijão- preto
		Em casca	Beneficiado			
1995	36	38	278	797	3.741	63
1996	128	41	252	199	3.764	55
1997	149	83	254	383	3.700	127
1998	89	126	361	1.549	5.843	137
1999	102	316	200	531	6.569	47
2000	23	176	86	1.517	7.208	58
2001	13	178	65	323	6.789	101
2002	1	122	58	31	5.423	56

Fonte: Conab.

Nos últimos anos o governo vinha se mantendo inerte quanto ao mercado do milho, o que gerou forte instabilidade de oferta e situações de escassez aguda do produto, como aconteceu no ano passado.

A queda na produção de arroz na Argentina e no Uruguai nos últimos anos se deve, inicialmente, à perda de competitividade desses países no mercado brasileiro, devido à desvalorização do real e depois à crise econômica que atingiu esses países a partir de 2001. Acompanhando a queda da produção agrícola desses países, ocorreu uma diminuição muito forte de nossas importações de algodão, arroz e milho (tabelas 3 e 4).

Deve melhorar a produção agrícola no Nordeste este ano – o que, do ponto de vista regional, é importante para a numerosa população que vive do consumo de seu próprio produto

Assim, não faz sentido que nosso acesso aos mercados internacionais de produtos agrícolas, com destaque para o arroz, continue restringido pelas normas que regem o Mercosul, já que a conseqüência disso tem sido a penalização dos consumidores brasileiros, sobretudo os mais pobres.

No caso do milho, o governo finalmente passou a atuar no mercado, através da oferta de contratos de opção de vendas vincendos no segundo semestre. Visou com isso evitar que o preço do milho caísse no período atual a ponto de viabilizar as exportações do cereal. Essa política de sustentação dos preços domésticos se mostrou particularmente adequada em face do aumento previsto da produção de milho segunda safra, a qual, na ausência de uma política de internalização do produto, certamente seria carreada para o exterior, fazendo com que o país permanecesse sem estoques do cereal, sujeito a uma situação de crise como aconteceu no ano passado.

Conforme as previsões de safra da Conab, deve haver uma melhoria da produção agrícola no Nordeste este ano – o que, se não interessa muito do ponto de vista do total da safra de grãos, do ponto de vista regional é muito significativo, já que uma numerosa população que vive do consumo de seu próprio produto não terá de passar fome este ano, como acontece quando o clima não é favorável à produção agrícola. A segurança alimentar da população rural nordestina é, sem dúvida, uma dádiva divina, pois só faltava que o alto custo da cesta básica em todo

1. Evolução do preço do milho

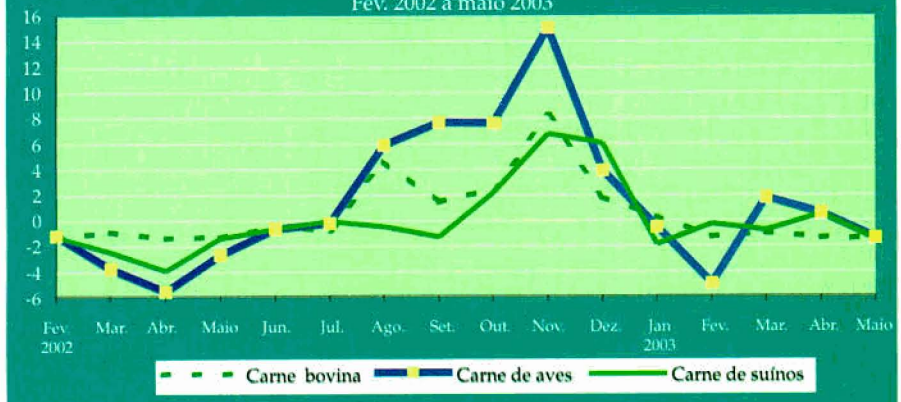
Out. 2002-maio 2003



Fonte: BM&F. Elaboração: Ipea/Dimac.

2. Carne bovina, suína e de aves: taxas de variação mensal dos preços

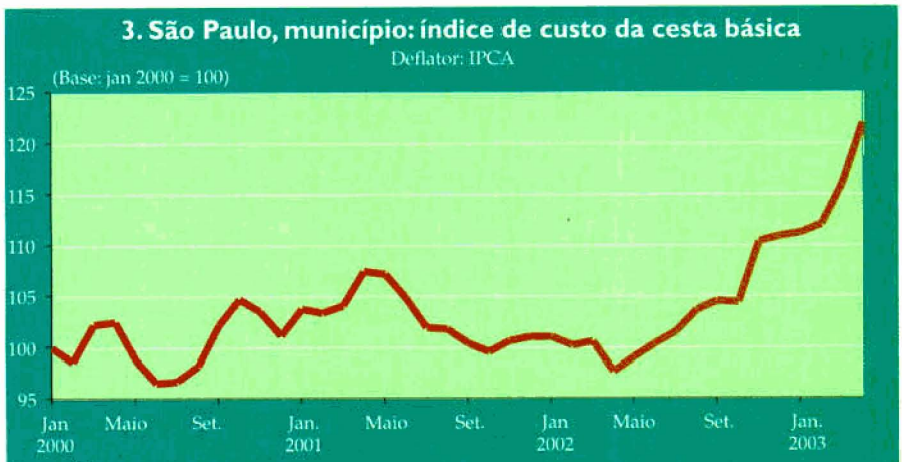
Fev. 2002 a maio 2003



Fonte: Fipe. Elaboração: Ipea/Dimac.

3. São Paulo, município: índice de custo da cesta básica

Deflator: IPCA



Fonte: Dieese.

o Brasil fosse acompanhado de escassez alimentar no meio rural nordestino.

Movimentos dos preços

O comportamento recente dos preços agrícolas se tornou muito mais problemático este ano, em função da instabilidade cambial e dos preços internacionais de commodities, que aparentemente deixaram em segundo plano a influência da safra.

O desempenho da safra teve um papel decisivo para os produtos cujo preço varia dentro de uma banda em que o piso é dado pelo preço FOB exportação e o teto é dado pelo preço CIF importação. Isso é particularmente verdadeiro quanto a arroz e milho – comportamento aparentemente anômalo do preço do arroz, com forte elevação precisamente na época da safra, e do milho, que sofreu queda significativa. No caso do arroz, a escassez do produto doméstico e as dificuldades de importação fizeram o preço interno se mover dentro da banda, em direção ao preço CIF importação; o preço do milho, que se encontrava alto, perto da paridade CIF importação, despencou em direção ao piso FOB exportação, já que mudaram as expectativas quanto ao abastecimento doméstico.

Uma alta de preços agrícolas dessa magnitude tem conseqüências muito negativas para o nível de bem-estar da população mais pobre e exige a presença ativa do governo que, além de intensificar políticas de cunho social, pode atuar no desempenho de produtos como arroz e milho, não só evitando que os seus preços passem a ser ditados pelas paridades CIF importação, mas, sobretudo no caso do arroz, fazendo com que essas paridades CIF importação se reduzam, abrindo a economia brasileira às importações de alimentos de países fora do Mercosul, em face da crise de produção agrícola por que passam Argentina e Uruguai.

Este artigo contou com a colaboração do assistente de pesquisa André H. F. A. Kano e da estagiária Juliana Soares Walter.

Gervásio Rezende *é professor titular da UFF e pesquisador associado do Ipea, Rio de Janeiro. grezende@ipea.gov.br*

Aliança estratégica

O novo anúncio de cooperação entre Brasil e Argentina pode significar um passo importante para o futuro do bloco

FERNANDO ROBERTO DE FREITAS ALMEIDA

A 24ª Reunião do Conselho do Mercado Comum do Mercosul – cúpula presidencial –, realizada em Assunção na terceira semana de junho, foi especialmente importante, por tudo que anunciou para o futuro do bloco. No momento em que o fluxo de comércio entre Brasil e Argentina permanece no mesmo patamar de há 10 anos, tal a retração vivida pelos vizinhos no fim do governo Menem e no caótico período que se seguiu, diversas medidas anunciadas confirmaram as intenções dos dois principais países do Mercosul de não só relançar o projeto, como aprofundar a integração.

No ano passado, o Brasil sozinho respondeu por 68,2% das exportações do Mercosul; a Argentina por 28,7% e o Uruguai e o Paraguai por, respectivamente, somente 2 e 1,1%.

O desempenho brasileiro, derivado da desvalorização acentuada de sua moeda, é atualmente fonte de preocupação para a Argentina. Embora o real se tenha valorizado, os vizinhos temem que uma recessão no Brasil, associada à recuperação de sua própria economia (cresceu 2% no primeiro quadrimestre de 2003, mas parece estar desacelerando), leve a uma invasão de produtos brasileiros. Para contê-la, a União Industrial Argentina vem pressionando o presidente Kirchner e o ministro Roberto Lavagna a estabelecerem mecanismos de salvaguarda contra o Brasil.

Na reunião, partiu de Brasília a proposta Objetivo 2006, que deverá ser aprofundada em nova reunião, 60 dias mais tarde. Trata-se, evidentemente, de um processo concomitante ao da formação da Área de Livre-Comércio das Américas, a qual tem prazo final estabelecido no ano 2005. Além da discussão de temas econômicos, anunciou-se a intenção de instalar um parlamento comum, como o já existente Parlamento europeu. Objetivos econômicos e políticos também anunciados dizem respeito às áreas *quentes* de integração dos setores de serviços e compras governamentais, em que os interesses dos EUA são muito fortes, na negociação em curso da Alca. Quanto aos serviços, detectaram-se problemas metodológicos no encaminhamento do processo de integração, visto que ainda são adotadas as recomendações da Associação Latino-Americana de Integração, a Aladi, criada em 1980 para substituir a Associação Latino-Americana de Livre-Comércio, (Alalc – 1960-80). Ambas priorizavam as concessões intercontinentais nos mercados de bens tangíveis.

Da nota final do evento, constou "...a necessidade de que os temas agrícolas, especialmente os vinculados aos subsídios que distorcem o comércio, sejam matéria de discussão na Alca, além de na Organização Mundial do Comércio, para encontrar o equilíbrio necessário". A agricultura, evidentemente, persiste como questão fundamental. Das principais exportações brasileiras, em 2002, oito foram de produtos agrícolas. Excetuaram-se apenas automóveis e aviões. Para os EUA, as exportações brasileiras têm um perfil bem diferente, sendo 76% de manufaturados.

Metas em convergência

A convergência macroeconômica, conforme estabelecido na reunião anterior de Florianópolis, em 2001, foi obviamente o ponto focal das discussões. Os quatro países do Mercusul acordaram a meta de inflação anual de 5% em 2006, bem como o déficit nominal consolidado de 3% do Produto Interno Bruto. Para 2010, acertou-se que a relação entre a dívida pública líquida e o PIB não passe de 40%. No entanto, como observou o jornal argentino *La Nación*, em 18 de junho, essa meta parece hoje inexeqüível, dada a situação argentina, em que a desvalorização do peso fez alçar a relação a mais de 100% do PIB.

Para facilitar o cumprimento das metas, determinou-se a criação de um grupo de especialistas em assuntos fiscais, visto que os ministros da área econômica e presidentes dos bancos centrais concordaram com a conver-

Mercosul: indicadores socieconômicos

Dados	Argentina	Brasil	Paraguai	Uruguai
Área (km²)	2,78 milhões	8,51 milhões	406.752	176.215
População (milhões)	37,5	169,6	5,6	3,4
Brancos (%)	85	54	2	88
Densidade (hab./km)	13,49	19,9	13,77	19,29
População urbana (%)	90	81	56	91
Analfabetismo (%)	3,1	13,3	6,7	2,2
PIB (2000)	US$285 bi	US$593*	US$7,5 bi	US$19,7 bi
PIB agropecuário (%)	5	7,8	29	6
PIB indústria (%)	28	37,2	26	27
PIB serviços (%)	6,7	55	45	67
Crescimento 1990/99 (%)	4,9	2,7	2,4	3,8
Per capita (US$)	7.550	3.430	1.560	6.220
Força de trabalho (milhões)	15	79	2	2
Exportações (US$ bilhões)	23,3	55,1	0,74	2,2
Importações (US$ bilhões)	25,5	55,8	2,3	3,4
Parceiros comerciais	Brasil, EUA, Itália, Chile, Alemanha	EUA, China, Alemanha, Japão, Itália, Holanda, Argentina	Brasil, EUA, Argentina, Holanda, Japão	Brasil, Argentina, EUA

Fontes: Bancos centrais, IBGE, Indec, Fundação Getulio Vargas, *Almanaque Abril*.
*De acordo com o Banco Central do Brasil, a desvalorização cambial reduziu o PIB brasileiro a US$504 bilhões em 2001.

Argentina: participação dos EUA na balança comercial, 1991-2000
Em milhões de dólares

Ano	Exportações	Importações	Saldo comercial
1991	1.244	1.498	-254
1992	1.349	2.511	-1.162
1993	1.278	3.124	-1.846
1994	1.737	4.373	-2.636
1995	1.804	4.207	-2.403
1996	1.973	4.749	-2.776
1997	2.204	6.096	-3.891
1998	2.212	6.227	-4.051
1999	2.653	4.996	-2.434
2000	3.166	4.732	-1.566

Fonte: Indec.

Argentina: exportações para para os EUA e participação no mercado americano
1998/99 – %

Discriminação	1998/99	Participação %
Alimentos e bebidas	28,11	1,70
Matérias-primas agrícolas	1,07	0,24
Combustíveis	26,18	1,02
Minerais e metais	2,09	0,24
Manufaturas	42,01	0,11

Fonte: Cepal.

gência, já prevista em reunião realizada em Brasília em dezembro de 2002. O Grupo de Monitoramento Macroeconômico foi instruído a organizar seminários que analisarão os sistemas fiscais, visando o desenvolvimento de um mecanismo de consulta.

Em 2002, as taxas de inflação do bloco foram de 37,79% na Argentina, a mais alta; 25,94% no Uruguai; 14,6% no Paraguai e 12,53% no Brasil. Os dois países sul-americanos associados ao Mercosul (união aduaneira) numa zona de livre-comércio, o Chile e a Bolívia, tiveram inflações bem inferiores, de 2,45 e 2,8%, respectivamente. Na reunião, discutiu-se bastante a necessidade de tratamento diferenciado para os dois menores membros da união aduaneira, Paraguai e Uruguai, cujas economias são mais frágeis.

Outros problemas se põem à frente do governo de Buenos Aires com mais urgência: acertou-se o fim das exceções conseguidas durante o agravamento de sua crise, reduzindo as alíquotas de bens de capital e aumentando as incidentes sobre os bens de consumo.

Do Alasca à Patagônia

Diante das enormes expectativas brasileiras quanto à formação da Alca – o país é co-presidente da fase final das negociações, que vai até 2005, justamente partilhando a presidência com o governo dos EUA – e tendo em vista a já grande interligação das duas principais economias sul-americanas, convém analisar os problemas argentinos referentes ao encaminhamento dessa enorme zona de livre-comércio que vai do estado americano do Alasca à região argentina da Patagônia. O Congresso americano, porém, listou 520 produtos que devem ser excluídos das negociações, muitos deles importantes para Brasil e Argentina. Além disso, os EUA privilegiam as conversações com a América Central e a Comunidade Andina, com a qual têm discutido a extensão do Mercosul para formar um bloco ampliado, algo como uma União Sul-Americana. Conforme declaração da direção da Associação de Comércio Exterior brasileira ao *Jornal do Brasil*, em 20 de junho, porém, "o Brasil quer uma área de livre-comércio

Argentina: exportações por categoria de produto
1998/99 – %

Discriminação	Mercosul	Chile	EUA	Resto do mundo
Alimentos e bebidas	20,60	3,69	5,45	11,07
Matérias-primas agrícolas	35,77	6,04	4,87	4,75
Combustíveis	35,65	31,60	25,02	1,99
Minerais e metais	11,30	3,63	6,57	1,16
Manufaturas	54,15	6,47	12,25	3,18

Fonte: Cepal.

para as Américas, enquanto os americanos querem uma área de comércio livre para os EUA".

Considera-se que o potencial de conflitos da negociação da Alca foi "mitigado com a prevalência dos termos defendidos pelos países do Mercosul, liderados pelo Brasil, e pela decisão de serem as negociações co-presididas em sua fase final por Brasil e Estados Unidos, cada qual com poder de veto". Os conflitos tinham aparecido claramente na II Cúpula das Américas, em abril de 1998.

Nenhuma análise das relações entre dois países, no mundo atual, onde quer que estejam, pode passar ao largo de considerações sobre como ambos se relacionam individualmente com os EUA, a potência dominante. No caso específico de referências à Alca, em que o PIB americano chega a quase 80% do PIB continental, a análise trata de fato da avaliação de um diálogo permanente com os americanos. A opção argentina pela maior aproximação com o governo de Washington, nas duas gestões de Carlos Saul Menem, representava o resultado da constatação de que o Brasil crescera muito mais ao longo do século XX por essa vinculação à economia norte-americana, enquanto a ligação histórica de Buenos Aires com Londres de há muito se tornara insuficiente.

As atitudes dos dois governos Menem apontavam aos próprios brasileiros a validade daquele caminho, enquanto aqui, também há muito tempo, decidira-se pela atual configuração do país como um *global trader*.

Nos anos 90, o comércio argentino-americano cresceu a uma taxa anual que foi quase o dobro da expansão mundial do comércio, conforme estatísticas da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal): 12,4% ao ano, contra 6,5% ao ano. A corrente de comércio passou de US$3,3 bilhões em 1991/92, no começo dos mandatos menemistas, para US$7,8 bilhões em 1999/00. Não foi exatamente vantajoso para os argentinos, visto que registraram déficit comercial em todos os anos, contrariamente a seu desempenho na balança comercial com os brasileiros. Neste último caso, falava-se na imprensa portenha – que de fato repercutia opiniões da área econômica do governo – em "Brasil-dependência". Mesmo quando houve restrições de financiamento externo e os processos de ajuste levaram a saldos positivos na balança comercial total, como em 1995, 1996 e 2000, os argentinos tiveram saldo negativo nas operações com os americanos.

Manufaturas e manufaturados

Da Argentina para os EUA, seguiram manufaturas, alimentos, bebidas e combustíveis principalmente, enquanto no fluxo inverso houve destacadamente manufaturados. No fim do período, os EUA eram o destino de 12,3% das vendas externas de manufaturas argentinas, destinadas majoritariamente ao Mercosul (vale dizer, ao Brasil) e de 25% das de combustíveis.

Comparativamente ao Mercosul, porém, os EUA são um mercado importante para as exportações de produtos argentinos intensivos em mão-de-obra não qualificada, mais uma dificuldade para um país que sempre se orgulhou do nível educacional e da qualificação de sua população. É preciso destacar a irrelevância desses números para a economia americana, visto que a Argentina terminou a década passada representando irrisórios 0,25% das importações totais dos EUA. Em termos de América Latina, excetuando-se é claro o México, membro do Nafta, ficou atrás da Venezuela, (25,4%) – o que espelha as preocupações do governo Bush com as práticas políticas do presidente Hugo Chávez, já que as relações comerciais entre os dois países são centradas em petróleo, pedra-de-toque da atual administração americana –, Brasil (18,9%), Colômbia (9,5%) e Chile (4,2%). Este último tem percentual elevado, se comparado ao peso específico de sua economia na região. Por conta de seus esforços de aproximação com os EUA, recentemente assinou acordo de formação de uma zona de livre-comércio entre ambos, o que só existe para seis países em todo o mundo.

O Chile sempre esteve mais isolado dos vizinhos, à exceção das guerras contra bolivianos e peruanos, mas esteve envolvido em negociações passadas para a criação de um Pacto do ABC. A última delas, antes da fase de integração que resultou no Mercosul, aconteceu quando Vargas e Perón governavam Brasil e Argentina, no início dos anos 50.

As vendas argentinas estão concentradas em pequeno número de produtos, pois os 20 primeiros da pauta equivaleram a 70% do total. São basicamente petróleo cru, couro, sucos de frutas, legumes, carnes, móveis, pescado, açúcar, laminados planos, milho, alumínio, frutas, fumo, partes de automóveis, erva-mate, chá, aeronaves e equipamentos, óleos vegetais e bebidas alcoólicas.

A Cepal registrou que as importações de produtos argentinos pelos EUA têm uma tarifa média ponderada de 1,8%, pouco superior ao aplicado ao conjunto das importações americanas. As importações gravadas com alíquotas superiores a 5% estão em número inferior à média mundial, bem como aquelas que não são afetadas por quaisquer alíquotas. Cerca de 2/3 das compras americanas de artigos argentinos pagam alíquotas positivas, mas menores ou iguais a 5%. O México, por fazer parte do Nafta, paga menos de 1%. Quanto ao Brasil, mais da metade de suas exportações para os Estados Unidos não pagam impostos, mas a alíquota média incidente sobre os produtos brasileiros

é mais elevada, em razão da maior concentração naquelas entre 5 e 10%. Em termos de produtos da agropecuária, mais de 8% das exportações brasileiras para aquele mercado são taxadas com alíquotas superiores a 40%.

Privilégios e barreiras

Nas condições de acesso a produtos argentinos, o mercado americano privilegia alguns produtos. A partir da Rodada Uruguai, concedeu-se um cota tarifária para o amendoim: 53 mil toneladas do produto com casca podem entrar, pagando 9,35 centavos de dólar por quilo (fora da cota, paga-se alíquota de 163,8%). O amendoim sem casca paga, dentro da cota, 6,5 centavos de dólar/kg e alíquota de 131,8%, fora da cota. Para a Argentina, estão consignados 83% da cota (43.900t). No qüinqüênio 1996-2000, tanto a cota argentina quanto a total foram plenamente utilizadas. No Brasil, o recuo da produção de amendoim, nas últimas três décadas, por incidência de aflatoxina e elevado custo de produção (colheita manual) privaram o país da possibilidade de obter bons ganhos com a venda externa do produto.

A manteiga e a pasta de amendoim têm distribuição diferente nas compras dos EUA: 72% vão para o Canadá (14.500t) e 18% para a Argentina (3.650t).

O governo americano autorizou a entrada de 20 mil toneladas anuais de um dos mais tradicionais produtos argentinos de exportação, a carne bovina, famosa mundialmente, quando da declaração de país livre da febre aftosa, em 1997.

No período 1995-2000, os EUA importaram 1 milhão de toneladas anuais de carnes vermelhas. Austrália e Nova Zelândia detêm 85% da cota tarifária. Contudo, esses países não a atendem plenamente, visto que preferem vender aos mercados asiáticos. A cota argentina foi sendo preenchida até alcançar 100% em 1999, quando se exportaram 7 mil toneladas adicionais, pagando alíquota extracota de 27,2% *ad valorem*. Trata-se de um mercado muito sensível, pois desde 1930 os EUA adotam política de risco zero quanto à febre aftosa. Em agosto de 2000, as autoridades argentinas do setor suspenderam unilateralmente a certificação das exportações, devido à detecção daquela doença no rebanho bovino. Foram relançadas e novamente suspensas, em março de 2001.

Quanto às carnes ovina e avícola, estão sendo objeto de discussão quanto a cotas, no caso da primeira, e reconhecimento da inexistência da doença de Newcastle, na segunda. Observe-se que o Brasil, um dos maiores exportadores mundiais e reconhecidamente eficiente na produção, capaz de atender especificações minuciosas de compradores exigentes, como os países do Oriente Médio, não vende ao enorme mercado americano, justamente em razão da obrigatoriedade dos certificados sanitários de que seu território está livre da doença acima mencionada.

Já as frutas – o Brasil é o terceiro produtor mundial, atrás da China e da Índia – e olerícolas chocam-se com diversas barreiras. Barreiras sanitárias impedem a entrada de muitos produtos e as licenças prévias de importação são grande entrave, demorando demais para serem expedidas. Há alíquotas elevadas, várias delas sazonais, mas também a exigência do cumprimento de regulações, portos restringidos e tratamentos específicos para alguns produtos. O principal problema alegado é a incidência da praga da mosca-das-frutas e há o caso de produtos cujo acesso ao mercado americano é simplesmente proibido.

A Argentina teme que uma recessão no Brasil, associada à recuperação de sua própria economia, leve a uma invasão de produtos brasileiros

Exigências fitossanitárias

Há o inconveniente do atraso das autoridades para realizar as análises de risco necessárias à autorização do ingresso desses produtos, que podem demorar anos. Os gastos de investigação e aprovação são responsabilidade dos exportadores que, freqüentemente, queixam-se de exigências fitossanitárias sem fundamentação científica. Após a aprovação, um regulamento é publicado no Registro Federal, estabelecendo-se um período de 90 dias para comentários das partes interessadas, ao fim do qual sairá a regulamentação final.

Cada produto tem um tratamento diferente, seguindo-se a seção 8 da Lei de Comercialização Agrícola, de 1937.

Para os laticínios, principalmente os elaborados com leite bovino, há tratamentos tarifários administrados pelo Usda, cotas por países que costumam atuar como barreiras ao comércio. O procedimento denominado globalização, do Usda, pode permitir que um país que completou sua cota tenha acesso a uma porção não abastecida por outro país. Para isso, é preciso ter o consentimento do governo do país interessado, que poderia temer desabastecimento interno. A Argentina se beneficiou dessa prática em 1999, com exportações de queijo de tipo italiano. No início do Mercosul, os supermercados brasileiros viveram uma invasão de laticínios argentinos, que refluiu rapidamente em razão de alguns problemas detectados na avaliação da qualidade dos produtos. As reclamações dos produtores locais e o rápido encarecimento da produção argentina, em razão do plano de conversibilidade posto em prática pelo ex-ministro Domingo Cavallo, levaram ao quase desaparecimento desses produtos do mercado brasileiro.

Há um caso de cota americana que beneficia os argentinos e também interessa ao Brasil, dada a tradicional disputa com o governo de Buenos Aires que levou à constituição de um grupo de trabalho *ad hoc* na estrutura organizacional do Mercosul. Trata-se do açúcar de cana. Os EUA têm um sistema complexo de tarifas e preços mínimos, que subsidiam os produtores locais, e as cotas foram distribuídas por 40 países. A República Dominicana ficou em primeiro lugar, em 2000/01, com 185.346t (16,6%), seguida pelo Brasil, maior e mais eficiente produtor mundial, com 152.700t (13,7%). A Argentina, que protege seu mercado interno da concorrência brasileira, teve

45.283t (4,1%). Dentro da cota, pagam-se 3,8% equivalentes *ad valorem*. Fora, pagam-se 140,3%.

A maioria dos países latino-americanos está isenta de pagamento, porque se beneficia do Sistema Geral de Preferências – menos o Brasil, que é considerado competitivo. A Argentina foi excluída em 1997.

No caso do fumo, a maior cota é a do Brasil: 80 mil toneladas. As cotas americanas foram definidas depois das reclamações, na Organização Mundial do Comércio, dos países prejudicados pela decisão de 1993 dos EUA, que exigiam conteúdo nacional de 75% para o produto utilizado na fabricação de cigarros, aplicando um imposto adicional muito elevado ao fumo importado. Atualmente, fora da cota paga-se uma tarifa *ad valorem* de 350%! Em razão da mistura do *American Blend,* ficam para os exportadores brasileiros – com destaque para a Companhia de Cigarros Souza Cruz – tão-somente 10% do mercado.

Um produto argentino que teve problemas sérios no mercado americano foi o mel, acusado de provocar danos à produção dos EUA via *dumping*. A acusação foi de estar sendo vendido abaixo do preço justo e receber subsídios do governo argentino. A China também foi atingida. Chegou-se a aplicar a um exportador argentino um direito *antidumping* elevado, de 60,67%. Destaque-se que os maiores produtores de mel são justamente a China, os EUA e, em terceiro lugar, a Argentina, onde a produção dobrou nos anos 90, chegando a 89 mil toneladas, em 2000.

Importante para o continente

Em linhas gerais, o novo anúncio da aliança estratégica entre Brasil e Argentina é de grande importância para o continente. A aproximação entre Brasil e Argentina nos campos de política externa e segurança ocupa um papel menos relevante no processo de integração entre os dois países, embora mereça maior destaque. O comportamento de ambos diante de terceiros Estados ou temas externos ao bloco é uma dimensão complexa do processo, que envolve tanto as atividades externas do Mercosul como grupo, orientadas para o campo econômico, quanto questões mais variadas de política internacional.

No conjunto dos anos 90, a formação de grupos regionais e arranjos de cooperação inter-regionais passaram a ser instrumento freqüente das diplomacias nacionais. Para Brasil e Argentina, poderia ser importante trabalhar a partir de um arranjo que lhes permitisse consolidar tanto a posição de negociação com terceiros Estados, quanto em seu contexto de integração mais amplo do continente latino-americano. No que diz respeito a temas mais políticos, a conformação de um arranjo desse tipo poderia favorecer a projeção externa de seus países-membros.

Mas nem sempre esses argumentos prevaleceram na atuação de ambos os países. Enquanto as atuações do bloco no campo comercial estão previstas formalmente, o tratado, ao contrário, não faz referências concretas às articulações

Nos anos 90, o comércio argentino-americano cresceu quase o dobro da expansão mundial do comércio: 12,4% contra 6,5% ao ano

quanto a questões políticas externas, deixadas em aberto. Trata-se de uma área em que, durante a década, as opiniões nem sempre foram coincidentes.

Tem havido avanço, a partir do momento em que os argentinos definiram-se contra o retorno de Menem à Casa Rosada. Não que os interesses divergentes tenham se atenuado, mas a visão de que estarão melhor negociando primeiramente entre si está se fortalecendo. O momento histórico é propício e peculiar. Conforme declaração do ministro das Relações Exteriores, Rafael Bielsa, transmitida à imprensa pelo chanceler brasileiro, caso Brasil e Argentina fossem um único país, as vitórias eleitorais recentes nos pleitos presidenciais se assemelhariam à vitória de um mesmo partido ou de uma mesma aliança política.

Diz Raúl Bernal-Meza, professor da Universidad Nacional del Centro e da Universidad de Buenos Aires, o que houve durante os anos 90: "Para a Argentina, o Mercosul – dada a predominância do enfoque comercial e o desinteresse pelo aprofundamento de outras agendas bilaterais – passou a ser um instrumento conjuntural, tático, de expansão comercial e uma instância rumo à formação da Alca. No entanto, aqui surgia uma grande contradição – tanto com relação às preferências pelos sócios externos, como em relação ao caráter conjuntural do intercâmbio – na medida em que o Brasil passava a ser o destino de mais de 30% de suas exportações. Por sua vez, para o Brasil – em teoria – o Mercosul havia sido (ao menos até a crise de 1999) um instrumento estratégico de sua política global."

Conclui-se que ambos têm grande relevância, mas os argentinos apareciam como mais necessários ao projeto estratégico brasileiro do que os brasileiros ao projeto argentino, mais pragmático. Atualmente, com o novo governo instalado na Casa Rosada e empenhado em recuperar seu país, buscando apoio no vizinho maior – o BNDES, retornando a um perfil desenvolvimentista, está se comprometendo a auxiliar a reaproximação, mediante crédito a empresas argentinas –, espera-se que os avanços anunciados para efetivação até 2006 sejam perseguidos com afinco.

Referências bibliográficas

VAZ, Alcides Costa. Parcerias estratégicas no contexto da política exterior brasileira: implicações para o Mercosul. *Revista Brasileira de Política Internacional*, v. 42, n. 2, 1999.

RIBEIRO, Miriam Saraiva & ALMEIDA, Fernando Roberto de Freitas. A integração Brasil-Argentina no final dos anos 90. Op. cit.

BERNAL-Meza, Raúl. Políticas exteriores comparadas de Brasil e Argentina rumo ao Mercosul. Op. cit.

Fernando Roberto de Freitas Almeida *é coordenador da Faculdade Moraes Junior, professor da Universidade Gama Filho e da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.*

Estrada difícil

Equívocos e fatores conjunturais transformam em dor de cabeça o negócio do açúcar nos EUA

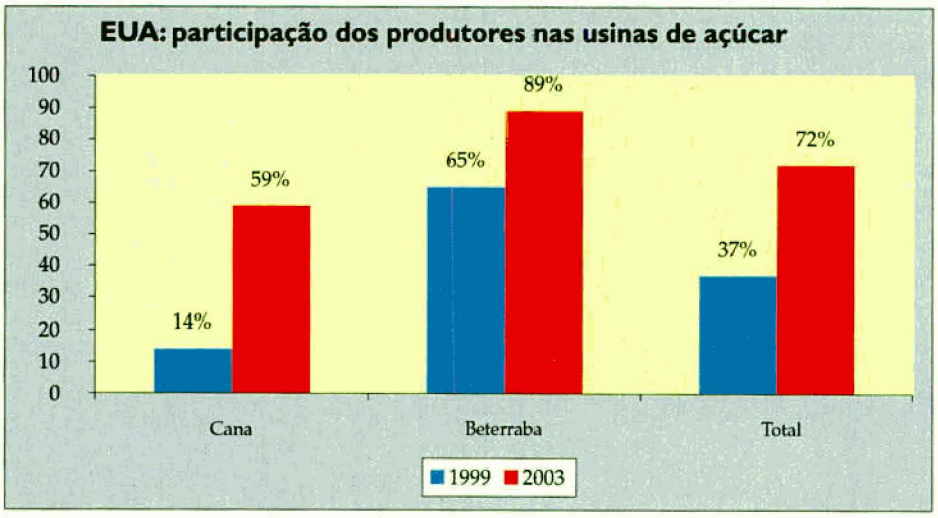
LUIZ ANTONIO PINAZZA

Dos planos qüinqüenais formulados pelo Congresso norte-americano desde o New Deal, de meados da primeira metade do século XX, o Farm Bill de 1996 é considerado o mais liberal. Fundamentado em uma justificativa estrutural – a alta eficiência do país no agribusiness –, visava escoar de forma competitiva a produção excedente para o exterior. Do ponto de vista conjuntural partia da perspectiva de liberalização do mercado de bens agroindustriais, depois da conclusão da Rodada Uruguai, iniciada em 1995, e do Nafta de 1994, quando os preços das commodities eram encorajadores.

Os anos seguintes mostraram que se cometera um grande equívoco. Os pressupostos do Farm Bill de 1996 ficaram longe da realidade. Na prática as exportações não se elevaram e até caíram, para surpresa dos analistas norte-americanos. O menor crescimento das economias externas, o fortalecimento do dólar relativamente a outras moedas e a falta de avanço das negociações comerciais no âmbito internacional frustraram as expectativas iniciais.

A conseqüência mais nefasta do Farm Bill de 1996 foi provocar uma oferta de commodities bem maior





A conseqüência mais nefasta do Farm Bill de 1996 foi provocar uma oferta de commodities bem maior que a demanda

que a demanda. Houve excesso de produção e queda nos preços. O governo teve de alocar aportes crescentes de recursos de programas emergenciais para garantir renda e sobrevivência ao produtor. Os pagamentos diretos passaram a representar metade da renda do agricultor, contra 13% em 1996. Os recursos envolvidos saltaram de US$5 bilhões para US$32 bilhões em 2000.

Para piorar, no que se refere à produção de cana e beterraba, bem como à industrialização do açúcar, o Farm Bill eliminou os limites de áreas de cultivo; dobrou os pagamentos governamentais para os produtores (os quais estavam congelados desde os anos 70), e liberou as cotas de matéria-prima a serem processadas.

Reduziu-se sensivelmente a capacidade da Secretaria da Agricultura de administrar a política para o açúcar e evitar excesso de produção, preços baixos e empréstimos a fundo perdido. Sobrou apenas um instrumento: a cota tarifária de importação (TRQ). Contudo, compromissos selados na Organização Mundial do Comércio e com o México, na Nafta, reduziram a TRQ a níveis próximos a 1,5 milhão de toneladas, menos de 15% do consumo nacional, e a margem de manobra da TRQ ficou simplificada.

Durante as décadas de 80 e 90, os preços mundiais do açúcar já experimentavam tendência de baixa. A situação se complicou muito com a grande baixa ocorrida nas cotações no triênio 1999-2001. O governo norte-americano teve de aumentar em dólar corrente o preço de garantia do produto para seus produtores em 67% após 1985.

Preços em queda livre

As grandes produções registradas pela agricultura norte-americana aconteceram graças a ótimos níveis de produtividade e condições climáticas favoráveis. No açúcar, os preços despencaram para os menores patamares dos últimos 22 anos e pela primeira vez formaram-se estoques governamentais elevados. Em 2000, apenas 10% da produção foram vendidos acima do preço mínimo. As compras governamentais ficaram na média de US$374 a tonelada.

O ambiente desfavorável para negócios ligados à produção e à industrialização do açúcar, proveniente da beterraba ou da cana, acarretou o irremediável fechamento de muitas unidades processadoras. Mais de um quarto das usinas que funcionavam em 1996 encerraram as suas atividades. No Texas, praticamente toda a área plantada com beterraba foi desativada, enquanto parcelas significativas dos cultivos de cana no Havaí e beterraba na Califórnia foram abandonadas. Na Louisiana, a produção de cana ficou concentrada em torno dos engenhos mais eficientes.

Para conseguir processar sua produção, agricultores se lançaram empresarialmente nas atividades do refino – integração vertical para agregar valor a seus produtos. Em 1999 cerca de 37% do açúcar refinado vendido nos EUA eram oriundos dos próprios agricultores. Em 2002, a participação dos agricultores na produção de açúcar refinado quase dobrou e chegou a 72%. O crescimento foi de 14 a 59% na cana e de 65 para 89% na beterraba.

Muitas companhias independentes encontraram dificuldades, pois, além dos preços baixos do produto refinado, não acharam compradores e distribuidores para sua produção. Temendo grandes prejuízos e perda dos investimentos realizados, os produtores se organizaram em cooperativas. Formaram-se grandes instituições de venda de açúcar refinado, como a Western (processadora de beterraba) e a Domino (processadora de cana). Com suas fazendas e fontes de sobrevivência familiar em risco, os produtores são os maiores interessados na estabilidade do mercado açucareiro do país.

Mesmo com queda da produção, baixos preços, fechamento de usinas e redução de áreas, continuam altos a oferta e os estoques acumulados pelo governo no mercado norte-americano de açúcar. O Congresso voltou a outorgar poderes à Secretaria da Agricultura para administrar a oferta e a demanda de açúcar a partir de outubro de 2002. O principal instrumento é o estabelecimento de cotas de produção adequadas ao consumo interno, após o desconto das importações (TRQ) acertadas em 1,5 milhão

Em 1999, cerca de 37% do açúcar refinado vendido nos EUA eram produzidos pelos próprios agricultores



de toneladas – com limite mínimo de 1,2 milhão de toneladas da OMC e 276 mil toneladas com o México.

O governo pretende controlar também produtos fora da TRQ, como os açúcares importados para *blends* e outros sem uso comercial, para vendas domésticas. Outro caminho é renegociar e rebaixar as importações da TRQ.

EUA: unidades processadoras encerradas

Beterraba	Cana-de-açúcar
Spreckels Sugar, Manteca, Califórnia, 1966	Ka'u Agribusiness, Hawaí, 1966
Holly Sugar, Mitchell, Nebraska, 1996	Waialua Sugar, Hawaí, 1966
Greats Lakes Sugar, Fremont, Ohio, 1996	Mcbryde Sugar, Hawaí, 1966
Holly Sugar, Hereford, Texas, 1998	Breaux Bridge Sugar, Louisiana, 1988
Holly Sugar, Tracy, Califórnia, 2000	Pioneer Mill Company, Hawaí,1999
Holly Sugar, Woodland, Califórnia, 2000	Talisman Sugar Company, Flórida, 1999
Western Sugar, Bayard, Nebraska, 2002	Amfac Sugar,Kekaha, Hawaí, 2000
	Amfac Sugar,Lihue, Hawaí, 2000
	Awain Comercial & Sugar, Paia, Hawaí, 2000
	Even Hall Sugar Cooperative, Louisiana, 2001
	Cadwell Sugar Cooperative, Louisiana, 2001

Em 2003 permaneciam funcionando 27 usinas de beterraba e 25 usinas de cana.

Fonte: *FOLicht*. v. 135, n. 10, 31.3.2003.

EUA: balanço de oferta e demanda
Em mil toneladas

	2000/01	2001/02	2002/03*
Estoque inicial	2.216	2.180	1.272
Produção	8.770	7.906	8.185
Açúcar de beterraba	4.680	3.914	4.215
Açúcar de cana	4.090	3.992	3.970
Importação	1.591	1.527	1.605
Oferta total	12.577	11.613	11.062
Exportação	141	108	125
Consumo	10.397	10.341	9.800
Estoque final	2.180	1.271	1.337
Fonte: Usda.			

*Temporada: outubro a setembro.

Recursos e providências

No Farm Bill de 2002, o açúcar é a commodity com mais recursos provisionados para administrar a oferta. Os preços mínimos foram mantidos, com previsão de queda na hipótese de outros países reduzirem as exportações subsidiadas de açúcar. Também foram estendidos aos refinadores os benefícios de financiamento às condições de estocagem de açúcar, já disponíveis para os agricultores de outras culturas.

Os produtores de açúcar nos EUA contam com o fato positivo de os preços de varejo terem estado relativamente estáveis no período pós-1990, com remarcações inferiores às verificadas no estrangeiro. Pesquisa levada a efeito pela LMC Internacional em 49 países, responsáveis por 80% do consumo de açúcar, mostrou que os consumidores norte-americanos pagam 92,6 centavos de dólar pelo grama de açúcar refinado, cerca de 22% inferior à média de 54 países desenvolvidos.

Depois que a indústria de bebidas norte-americana completou sua conversão para o consumo de adoçantes de milho, o consumo de açúcar cresce de forma estável. Entre 1987 e 2000, a média anual de crescimento foi de 160 mil toneladas. Para 2001 e 2003, deve haver um decréscimo para 131 mil toneladas/ano.

As perdas de vendas pressionam ainda mais a delicada situação dos produtores, que precisam absorver os custos e reduzir as despesas com *marketing*. As razões para esse declínio não estão bem claras e aparentemente decorrem de menor crescimento da renda *per capita*, de mudanças nas preferências dietéticas e do aumento das importações de produtos contendo açúcar. Um momento difícil, quando também é preciso negociar com os produtores estrangeiros em seus interesses de ter acesso ao mercado norte-americano.

pinazza@agroceres.com.br

O público e o privado

O envolvimento da iniciativa privada pode mudar a face da questão agrária no Brasil

JOSÉ CARLOS PEDREIRA DE FREITAS

Há três modos de envolver a iniciativa privada na oferta de lotes rurais em projetos de assentamento, públicos ou privados, sua implantação e gerenciamento. Uma seria incentivar proprietários de terras ociosas ou subutilizadas a participar de projetos privados de assentamento (Centro-Sul) ou colonização (Norte/Centro-Oeste). Incomodados pela baixa valorização de suas terras e ameaçados de tributação crescente e invasão, eles aceitam instrumentos que permitam plena utilização ou desmobilização.

Outra maneira é a compra de glebas já infra-estruturadas para assentar trabalhadores rurais e outras categorias de sem-terra.

Um terceiro modo é o gerenciamento, por empresas privadas ou cooperativas experientes, de projetos de assentamento, públicos (voltados para trabalhadores rurais sem terra) ou privados (atendendo a agricultores profissionais sem terra).

Constituíram experiências econômica e socialmente bem-sucedidas de assentamento a colonização no norte do Paraná, a partir da década de 20, e a ocupação de vastas porções do Brasil central. Duas variáveis entram



em jogo nesses casos: áreas ociosas ou subutilizadas de propriedades privadas e capacidade empresarial do setor privado para executar projetos de assentamento e colonização.

Conjuntural x estrutural

A análise da questão fundiária e a proposição de medidas devem considerar ações de natureza conjuntural e de longo prazo, de ordem estrutural.

O diagnóstico e a formulação de propostas alternativas têm dois escopos distintos e complementares quanto aos beneficiários e levam em conta a aceleração e ampliação da iniciativa do poder público, prioritariamente voltada para os sem-terra – contingente de excluídos dos benefícios do desenvolvimento, originários da zona rural ou urbana, em geral incapacitados para o exercício de agricultura empresarial e competitiva – atendidos pelos programas sociais.

Agricultores profissionais sem terra; técnicos na área; minifundiários, arrendatários, parceiros ou filhos de agricultores, capacitados para o exercício da agricultura empresarial, mas atingidos por um processo de acelerado desassentamento, pela precariedade da política econômica a eles destinada, serão também beneficiados pelo aumento da oferta de empregos diretos e indiretos, oriundos dos projetos conduzidos por agricultores profissionais.

Questões imediatas, conjunturais, em geral referidas aos excluídos, exigem medidas de emergência para assentamento e subsídios que garantam auto-sustentação mínima. As culturas e explorações se definem pela aptidão dos assentados, a partir de modelos especiais de organização social e da produção, capacitando-se os beneficiários para complementar a renda fora do lote.

Deve ser discutido o papel do Incra. O processo de execução seria descentralizado em estados e municípios, em prol da produtividade das ações públicas e dos recursos alocados, privatizando-se algumas atividades. Mais que o assentamento, seriam utilizados instrumentos de política econômica, geradores de emprego e renda, principalmente na zona rural.

Abusos devem ser coibidos, atendendo-se primeiro a reivindicações legítimas. Devem ampliar-se linhas de crédito para a agricultura familiar, especialmente o Pronaf.

Medidas de caráter estrutural, de longo prazo, visando agricultores profissionais sem terra, requerem incentivos à iniciativa privada de assentamento (áreas do Centro-Sul) e colonização (Norte e Centro-Oeste). No mercado competitivo, os projetos devem adequar-se ao sistema cooperativista ou de organizações privadas em sistema de integração, incluindo-se aí produção e comercialização. O sistema de cadeia produtiva deve envolver todos os segmentos e assegurar agregação de valor ao produto gerado, inclusive por meio de integração às agroindústrias.

São bem-vindos mecanismos para loteamento de glebas – envolvendo crédito fundiário –, linhas de crédito e financiamento para os investimentos diretamente ligados a produção e comercialização. Devem priorizar-se culturas e explorações intensivas em capital e tecnologia, que criem emprego e fixem o homem no campo, e apoiar iniciativas capazes de levar ao agronegócio soluções de mercado desenvolvidas pelo setor imobiliário (SFH).

Privatizando a execução, multiplica-se a produtividade do capital investido nas ações de reforma agrária

Ao contingente dos sem-terra acampados, deve ser acrescido o contingente de agricultores tradicionais hoje sem terra, estimulando a permanência no campo de trabalhadores experimentados.

Formas de participação

Dependendo das formas de disponibilização das glebas para implantação do projeto, a participação da iniciativa privada pode acontecer de três formas:

- compra pelo governo, mediante oferta pública, de lotes integrados a projetos com infra-estrutura básica já implantada pela iniciativa privada (visando trabalhadores rurais sem terra assentados pelo poder público);
- participação do proprietário original da área ociosa ou subutilizada, sob forma de sociedade com os futuros assentados (para agricultores profissionais sem terra em processo de acelerado desassentamento, aptos ao exercício da agricultura empresarial, requerida nos projetos privados de elevada absorção de capital e tecnologia);
- participação de empresas privadas ou cooperativas com experiência na área no gerenciamento da implantação e/ou na operação dos projetos de assentamento (beneficiando trabalhadores rurais sem terra no caso de projetos públicos; agricultores profissionais sem terra no caso de projetos privados).

Áreas compradas pelo Incra (A) seriam pagas em TDA e a infra-estrutura, em dinheiro, como objeto de oferta pública. O mesmo para projetos públicos operados pelo setor privado, pelo menor preço. Para projetos conduzidos totalmente pelo setor privado (C), recursos normais de financiamento em condições comuns às oferecidas pelo BNDES, com prazos de amortização e carência adequados ao projeto. Mecanismos previstos: autofinanciamento com aval oficial ou privado e operações de securitização de recebíveis; crédito fundiário ou mercado financeiro.

José Carlos Pedreira de Freitas *é engenheiro agrônomo especialista em administração rural, hecta.sp@uol.com.br*

FECHA ASPAS: CARLOS LESSA



Fotos: Américo Vermelho

O professor Carlos Francisco Theodoro Machado Ribeiro de Lessa não é um homem muito afeito a entrevistas, no estilo tradicional que conhecemos. Nós, de AgroanalysiS, bem que elaboramos um longo roteiro de perguntas, com as quais, acreditávamos, preencheríamos a hora que ele nos concedeu em seu gabinete do BNDES, no Rio de Janeiro. Para a nossa satisfação e sorte, o professor falou de tudo o que perguntamos e de tudo o que nem chegamos a perguntar. Na verdade, naquela hora, não estava ali apenas o atual presidente do BNDES, Carlos Lessa. Estava, sim, um mestre da ciência econômica com mais de 40 anos de atividade docente nas principais instituições de ensino do Brasil, entre elas a FGV. Menos de uma semana depois, o presidente Lula reuniu em Brasília seus ministros e os titulares das principais instituições financeiras oficiais do país – o BNDES entre elas – para alavancar projetos de infra-estrutura para que o país volte a crescer – um tema caro ao professor Carlos Lessa, como mostram os principais trechos deste Fecha Aspas, que separamos por assunto.

CÉSAR GARCIA
Redator de AgroanalysiS

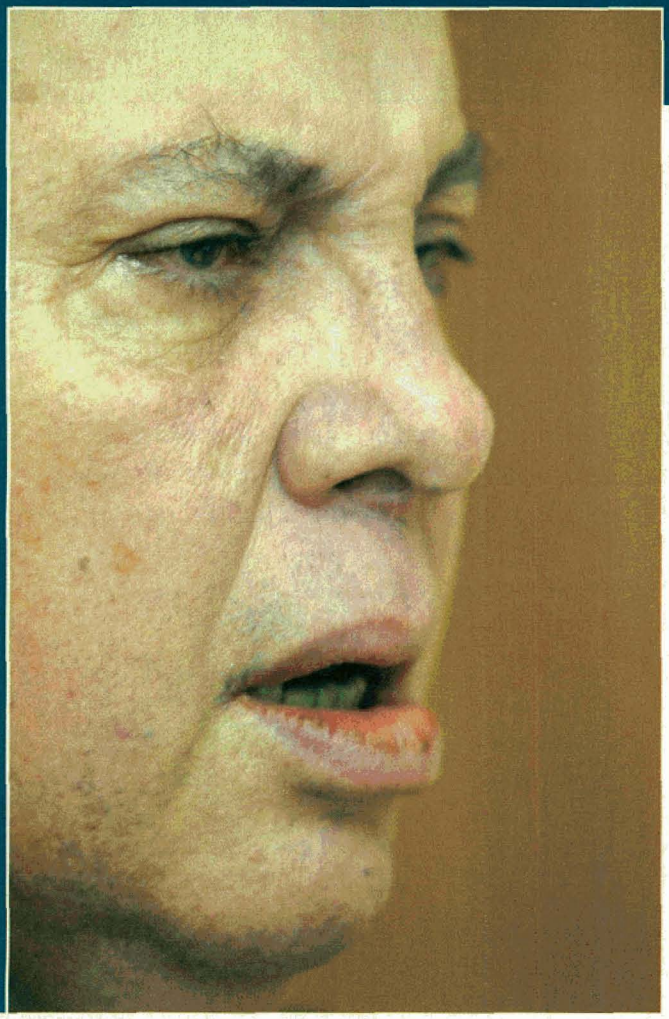
Retomada do CRESCIMENTO

Investimento *versus* desenvolvimento

— Um banco de desenvolvimento é mais propositivo em relação ao que fazer do que um banco de investimento. Um banco de investimento colhe as decisões assumidas *externa corpore*, enquanto um banco de desenvolvimento, de alguma maneira, tem que sinalizar e muitas vezes até viabilizar certos sinais. São instituições de natureza diferente e têm formatos operacionais também diferentes. Eu até diria que ter lançado o banco na direção de um banco de investimento, da forma que foi lançado, produziu uma situação do ponto de vista bancário extremamente desagradável para o BNDES. Porque um pedaço muito grande da carteira da privatização é de recuperação extremamente duvidosa, em alguns casos.

Privatização e vulnerabilidade

— Este ano estamos enfrentando perdas, já registradas em balanço, de quase R$2 bilhões de empresas de privatização que não pagaram. A privatização, do modo que foi feita, de 1996 em diante, exagerou excessivamente a busca de recursos no mercado de capitais internacional. Foi uma operação temerária, porque amplificou muito a exposição do banco ao risco cambial e quando se tomaram moedas que não dólar nós passamos a ficar prisioneiros de variações. Na seqüela da privatização, exatamente o momento em que se levou a idéia de banco de investimento às suas últimas conseqüências, o BNDES ficou com uma parte da sua situação patrimonial excessivamente vulnerável e exposta. É de conhecimento público que a AES não nos paga, a Southern não nos paga e a Light já declarou que vai suspender pagamentos. Eu até acho que nós vamos resolver porque o setor de eletricidade é por sua própria natureza estrutural um setor que não pode ser perdedor. Nenhuma economia permite que o setor elétrico seja perdedor a longo prazo porque isso trava todo o funcionamento da economia. Mas nesse momento é uma situação bastante desconfortável.



"O Brasil é imbatível nas proteínas porque nós não apenas temos muito solo, mas principalmente temos um solo capaz de produzir proteína vegetal de boa qualidade a um custo muito baixo"

Macroeconomia e desenvolvimento

— A política macroeconômica não é da nossa competência, ela aparece para nós como um dado, da mesma maneira que são um dado para nós o cenário internacional e as condições internacionais. Nossos graus de liberdade ficam muito mais reduzidos em função da política macroeconômica, isso é inquestionável, porém existem espaços onde é possível avançar. Nesses primeiros seis meses aqui no banco nós registramos alguns desempenhos que nos dão muita satisfação. O primeiro deles foi redinamizar a indústria de construção naval. Outro setor em que também foi possível ter um cenário muito positivo, se bem que neste caso não posso falar de operações aprovadas, só de operações em perspectiva, é o segmento de papel e celulose. Nós temos perspectivas muito boas de exportação de celulose, onde o Brasil tem uma vantagem competitiva realmente espetacular. De maneira não tão nítida, mas também dando esperanças, existem sinais de provável retomada de investimento na siderurgia e provável reorganização e reinvestimento em petroquímica. Isso são coisas muito palpáveis.

As máquinas e a competitividade

— Há um binômio que tem dado ao BNDES perspectivas e resultados animadores, que é o segmento do agronegócio e principalmente o das cadeias ligadas ao agronegócio. Eu diria que o governo passado, do qual eu fui muito crítico, fez um programa exitoso com o Moderfrota. Esse desempenho está associado ao sucesso do programa de renda financiada a longo prazo para colheitadeiras, tratores, máquinas agrícolas e implementos de toda natureza. E é preciso dizer que o programa representa em relação a uma visão rigorosa, neoclássica, um pecado, porque teve subsídio de juros, a solução do risco por parte do Tesouro, a equalização do Tesouro e uma taxa de juros que é muito confortável para os tomadores. Isso gerou conseqüências realmente muito interessantes. Primeiro, é visível uma modernização tecnológica agrícola, porque essas máquinas são de uma geração mais sofisticada. Segundo, uma diversificação da produção. Terceiro, não menos relevante, aumentou muito a competitividade brasileira de exportações de máquinas agrícolas. Estamos exportando máquinas agrícolas com um sucesso realmente impressionante para países latino-americanos. Quando o presidente da Colômbia veio ao Brasil, o ponto básico da pauta econômica era discutir o financiamento de máquinas agrícolas para a Colômbia. Nós financiamos uns trinta e tantos milhões de dólares num primeiro lote. Já temos exportações até para a Ásia.

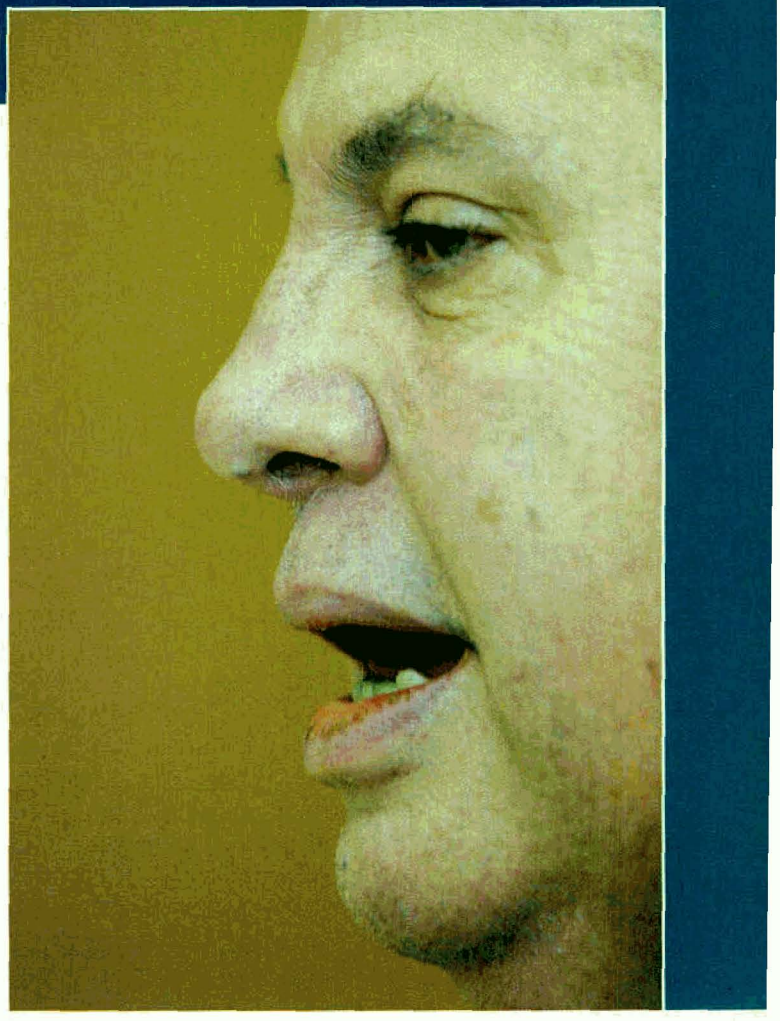
A soja e a cadeia de proteínas

— A médio prazo o Brasil é imbatível nas proteínas. Porque nós não apenas temos muito solo, mas principalmente temos um solo capaz de produzir proteína vegetal de boa qualidade a um custo muito baixo. Quando eu estou dizendo isso, estou pensando em aves e ovos, em suínos *light*, em bois, frios etc. Quando você examina no mapa a progressão da soja, constata um papel desbravador e incorporador à modernidade de recursos brasileiros. Inclusive, isso vem definindo radicalmente regiões. Por exemplo: Nordeste. Hoje, no Piauí, no Maranhão e na região de Barreiras, na Bahia, há uma produção de grãos que já permite pensar cadeias produtivas; no Nordeste, de proteínas. Na Bahia já começa a ter processamento da soja. Rapidamente vai haver processamento lá em cima. E você vai começar a exportar o óleo e sobrar o farelo. E se tiver o farelo, de novo você tem a cadeia de proteínas.

O álcool e a pós-geração de energia

— O Brasil tem condições de produzir álcool em condições

"O Brasil tem condições de produzir álcool em condições admiráveis por causa da insolação brasileira. O álcool vai virar complemento aditivo do consumo de combustíveis na Europa e no Japão"



admiráveis por causa da insolação brasileira. O álcool vai virar complemento aditivo do consumo de combustíveis na Europa e no Japão. Uma fração pequena de adição aos combustíveis é para nós uma demanda espetacular de álcool. Vamos colocar assim: destilaria de álcool, não estamos falando de açúcar. Aliás, a condição *sine qua non* para poder ter contrato de fornecimento de álcool é você contratar a longo prazo. Eu acho que vai ter todo um ciclo de álcool muito importante e muito rápido. É uma agronomia dominada. É uma tecnologia dominada. Hoje tem pós-geração de energia usando bagaço, usando palha de canavial. Então você pode montar em torno do álcool toda uma variedade espantosa de atividades. Está na hora de pensar o agronegócio como um elemento estruturador de atividade.

A soja e a energia renovável

— Existem fortíssimas indicações de que o soja-diesel é um sucesso. Bom, hoje a Petrobrás está estudando isso com a maior seriedade. Fazer o diesel a partir do óleo de soja é uma operação fácil. Eu acho que o potencial brasileiro para a produção de soja é uma coisa espantosa. Sem botar abaixo um pé de árvore, só usando terras que já estão incorporadas, ou facilmente incorporadas, você pode triplicar a produção de soja no Brasil. Evidente que não há mercado mundial para isso. Porém, se for pelo biodiesel, você pode ter um grande campo de petróleo de energia renovável. O mesmo impacto que o cinturão do trigo e o cinturão do milho tiveram para o desenvolvimento dos EUA poderá ter para a América do Sul e para o Brasil, em particular, o cinturão da soja. A soja pode desbordar. Ela pode ocupar muito chão no Brasil, que ainda não está ocupado. Ela tem condições de ocupar um pedaço expressivo da Bolívia e um pedaço pequeno, porém significativo, do Peru. Há no miolo da América do Sul um campo de petróleo potencial absolutamente espetacular. Essa região – que pega basicamente o território de Rondônia, o Noroeste da Bolívia e um pedaço do Sudoeste do Peru – dá uns 30 milhões de hectares de soja plana. E é servida pela bacia do rio Madeira.

A soja e o aproveitamento hidrelétrico

— O rio Madeira admite dois aproveitamentos hidrelétricos, que somados são iguais a Itaipu. E o rio Beni, na Bolívia, admite mais outro, que é mais ou menos metade de Itaipu. Então, se você começar a fazer as hidrelétricas do rio Madeira, você ganha uma hidrovia de 1.600km. E ganha uma região que tem um potencial alucinante e alucinado de produção de soja. Eu diria que, de certa maneira, está lá um fenômeno quase equivalente ao Middle East americano, com uma alavancagem territorial, demográfica e de cadeias produtivas. Você sabia que onde a soja entrou pesado as cidades saíram de 10 mil para 100 mil habitantes? Rapidamente você organiza uma qualidade de vida moderna. Há um efeito de desenvolvimento espacial. E essa infra-estrutura, para nós do BNDES, é de imensa importância.

Proteínas, frigoríficos e estocagem

— O frio no Brasil tem avançado, acoplado ao desenvolvimento das carnes, mas eu acho que tem óbvias insuficiências. E tem notáveis insuficiências não só nas estações de frio, mas também nas frotas transportadoras de protéicos, por exemplo. O Fome Zero, levado a sério e massificado, vai obrigar a expandir e modificar muito a logística de proteínas no Brasil e isso bate exatamente em cima de frios. Bom, o Brasil tem capacidade técnica para produzir. Se os empresários tiverem ânimo, o BNDES financia com a maior alegria. A posição do banco é em princípio inteiramente favorável. A questão da estocagem é mais complicada, porque passa não apenas por instalações físicas, mas também por formas de articulação financeira, por sistemas de gerenciamento de estoques, por presenças e graus



de organização empresarial no setor. Em princípio nós não temos nada contra financiar armazéns, mas eu diria que é cada vez maior a tendência de operar em tempo real.

A logística e as intermodalidades

— Eu acho que o problema maior está na logística, nas intermodalidades. Eu acho que o Brasil tem problemas muito sérios na transposição da modalidade ferroviária e da modalidade rodoviária para o sistema portuário. Outro dia eu estava pegando uns dados em Santos e é assustador. Um caminhão leva três dias para conseguir descarga em Santos. Há pouco tempo Paranaguá e Curitiba ficavam entupidos de caminhões de cima abaixo. Quer dizer, nós estamos estocando, na verdade, dentro do caminhão. Eu fico espantado como não aparece um investidor para montar grandes armazéns, por exemplo, em Curitiba, e depois fluir isso para Paranaguá. Não deve ser bom negócio, porque até agora não apareceu ninguém. De outro lado, nós temos um diagnóstico um tanto aflito com respeito à idade média da frota de caminhões. A informação que se tem é de que os caminhões estão em média com 18 anos. Então é uma frota envelhecida que, com a expansão espetacular da produção de grãos, cria uma combinação perversa que empurra o frete para cima. Nós estamos querendo fazer um programa aqui de financiar caminhões, nos padrões do Moderfrota. Na linguagem interna o chamamos de Modercarga.

A celulose e o papel de imprensa

— Nós estamos monitorando muito de perto o papel de imprensa e o que acontece é o seguinte: o produto é imune de tributação enquanto papel de imprensa. Porém não conseguem descarregar os créditos tributários porque o produto não tem tributação. Como o papel de imprensa consome muita energia elétrica, a carga tributária que vem associada à energia elétrica não vira crédito fiscal para os produtores. A grande reivindicação dos produtores é estender a imunidade até a cadeia, até os insumos básicos, principalmente o insumo de energia, porque, como é um produto, uma commodity que opera com margens muito pequenas, a incidência tributária faz diferença. E o Brasil está pronto para instalar uma outra máquina de papel de imprensa. Essa é uma questão que a reforma tributária vai ter que examinar. Eu diria que é extremamente conveniente para o país introduzir essa modificação, até porque ela não é generalizada para todos os tipos de papel. Só para o papel de imprensa. Nós queremos duplicar a produção de papel de imprensa no Brasil. É um item que o Brasil está gastando câmbio, sem ter nenhuma necessidade, e criando problemas para a mídia impressa.

O nó da infra-estrutura e o agronegócio

— Eu estou convencido de que esse é o nó brasileiro, por duas razões. Primeiro, porque nós precisamos destravar a

"Você sabia que onde a soja entrou pesado as cidades saíram de 10 mil para 100 mil habitantes? Rapidamente você organiza uma qualidade de vida moderna. Há um efeito de desenvolvimento espacial"

infra-estrutura para aumentar a competitividade brasileira em uma série de produtos em que poderíamos ter uma posição muito superior no comércio internacional e que estão extremamente prejudicados, com deficiências na infra-estrutura. Mas há uma outra razão: as políticas de inclusão social passam estrategicamente também pela questão da infra-estrutura. Do ponto de vista das externalidades que as infra-estruturas criam, o Brasil está em déficit. Para nós voltarmos a crescer três e meio, quatro, quatro e meio, cinco por cento ao ano, é fundamental superar esses pontos. Nós não conseguiremos voltar a crescer se não alavancarmos o gasto em infra-estrutura. Porque esse gasto é uma locomotiva que puxa a economia. Se eu não impulsionar para a frente importantes programas de infra-estrutura, pela demanda derivada eu irrigo uma variedade enorme de segmentos da indústria, que geram um volume imenso de empregos. E com isso eu alavanco a decisão de investimento privado, que vem num segundo momento.

O agronegócio e a logística ferroviária

— O agronegócio tem tido um desempenho absolutamente brilhante enquanto agronegócio. Mas o Brasil é tão grande que o agronegócio não consegue puxar o Brasil, muito embora tenha uma contribuição positiva. Mas se você retirar o agronegócio, o desempenho da economia brasileira neste último ano foi péssimo. Totalmente medíocre. Mesmo com o agronegócio, o crescimento é pequeno. Nós precisamos fazer o quê? Um grande programa de infra-estrutura. Eu acho que o agronegócio, até para seguir crescendo, precisa de infra-estrutura. Tem que expandir energia elétrica, inquestionavelmente as grandes hidrelétricas lá de cima têm que ser enfrentadas. Nós temos que pensar na hidrelétrica de Belo Monte, no rio Xingu, e no projeto Rio Madeira. Nós temos que destravar a logística ferroviária. Tem uma coisa que é mais importante que tudo o mais, que eu chamo de Ferro Anel, em São Paulo, que é construir um cinturão externo de ferrovias de bitola larga que descongestione em parte o porto de Santos e abra alternativa para Sepetiba. Hoje o sistema portuário brasileiro está todo ele travado por um problema ferroviário. São absolutamente fundamentais, na mesma ordem de reflexão, algumas rodovias. Se eu tivesse que falar de novo de ações-chave, eu começaria assim: asfaltar a BR-63, asfaltar a Cuiabá–Santarém, duplicar a BR-101 e completar a BR-158. Fora que é necessário corrigir as deficiências de leito de 75% das estradas pavimentadas do Brasil, que estão com o estado de conservação muito ruim. Isso vai melhorar muito o desempenho do sistema rodoviário. Não é o ideal, mas nós ainda vamos ter que ter durante muito tempo o sistema rodoviário. No ferroviário, há uma porção de pequenos investimentos que são fundamentais. Tem aquele muito grande, a que eu fiz referência, da Ferro Anel. No Nordeste a Transnordestina é fundamental para conseguir integrar a região. O chamado Terceiro Trilho, aqui, para acessar de Minas a região do Vale do Paraíba. De um modo geral, vagões e locomotivas e material rodante, que está escasso. O Brasil ficou 10 anos sem investimento na indústria de vagões.

Capitalismo, sonho, juros e crédito

— Nós estamos aqui no Banco sonhando com programas de investimento e de infra-estrutura da ordem de uns trezentos e tantos bilhões de reais, para os próximos três anos, o que à primeira vista parece um número grande, mas não é. Isso é mais ou menos em torno de 7% do PIB anual. No passado nós investimos 11% do PIB em infra-estrutura. Então, um programa que hoje vá para sete, sete e meio por cento não é nada para o tamanho do Brasil. Capitalismo é sonho, é crédito. E se você tiver capacidade produtiva e não tiver bloqueios importantes no comércio exterior – e por aí eu espero que o agronegócio nos ajude –, pode empurrar programas para a frente. Eu vou te dar um dado que talvez você não saiba e é importante: a dívida pública brasileira é hoje 50% do PIB. Pois bem, cada 2% de redução da taxa de juros representam 1% sobre o PIB de investimento público tradicional. Então, se você quiser reduzir, por exemplo, 8% da taxa de juros básica, você eleva em 4% o investimento público. Entendeu por que eu digo que seis, sete por cento não são muito? Na verdade é uma opção que o país vai ter que fazer: manter os juros no patamar atual e não investir em infra-estrutura, ou baixá-los e investir em infra-estrutura e manter o mesmo equilíbrio fiscal. Eu não acho que seja uma coisa impensável para o Brasil o que nós do BNDES estamos pensando. Escute: um país que já fez Brasília, meu caro... Agora: obviamente nós não controlamos as variáveis de decisão. Essa decisão escapa inteiramente ao arbítrio do BNDES. Mas que é um programa exeqüível pelo Brasil, sem fanfarronice, é.

Participaram da entrevista Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, economista no IBRE/FGV e diretor comercial de AgroanalysiS, César Garcia, redator de AgroanalysiS, e Roberto Fendt, vice-diretor do IBRE/FGV.

Programa
CONJUNTURA ECONÔMICA

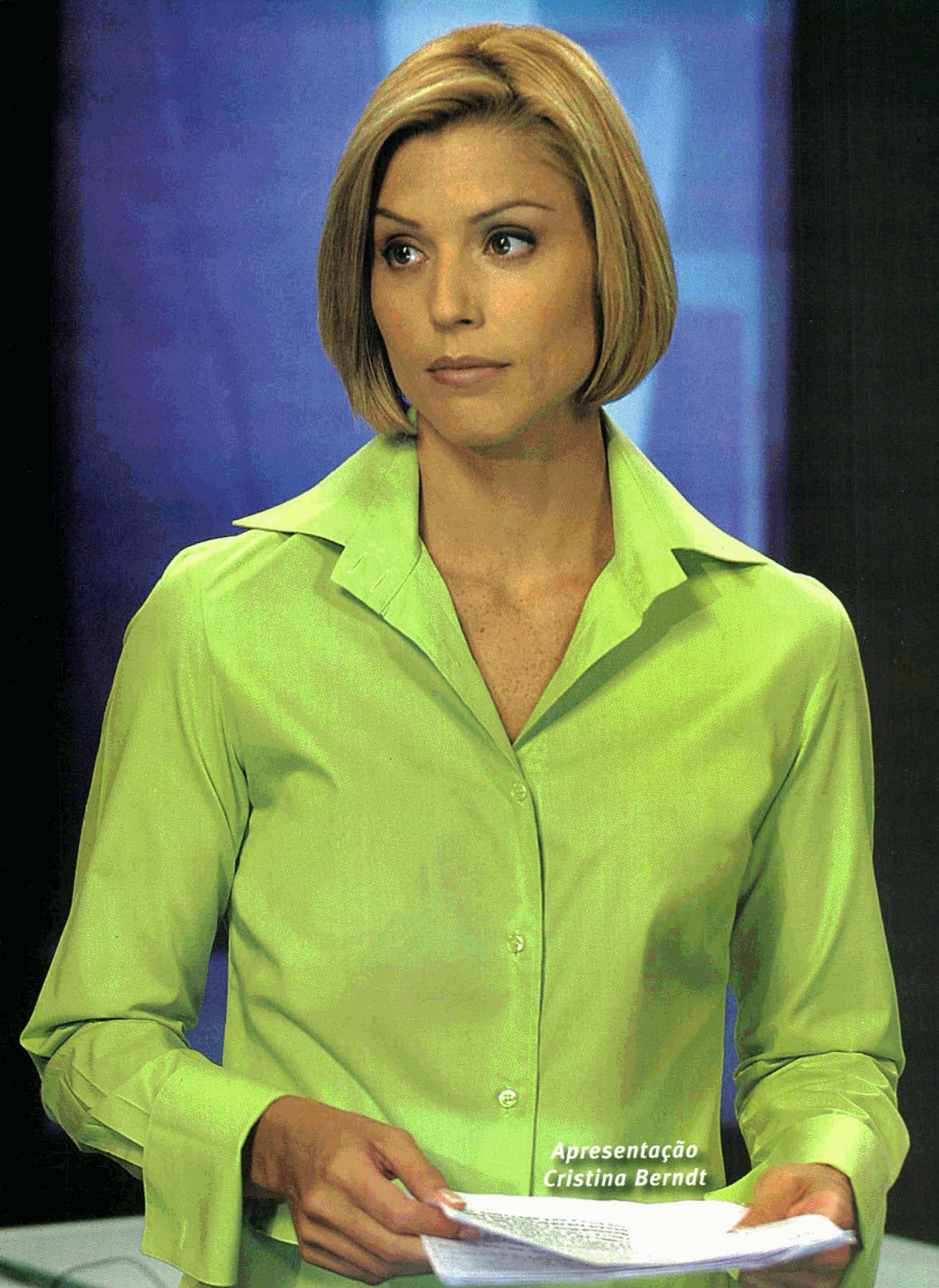
A economia que você entende

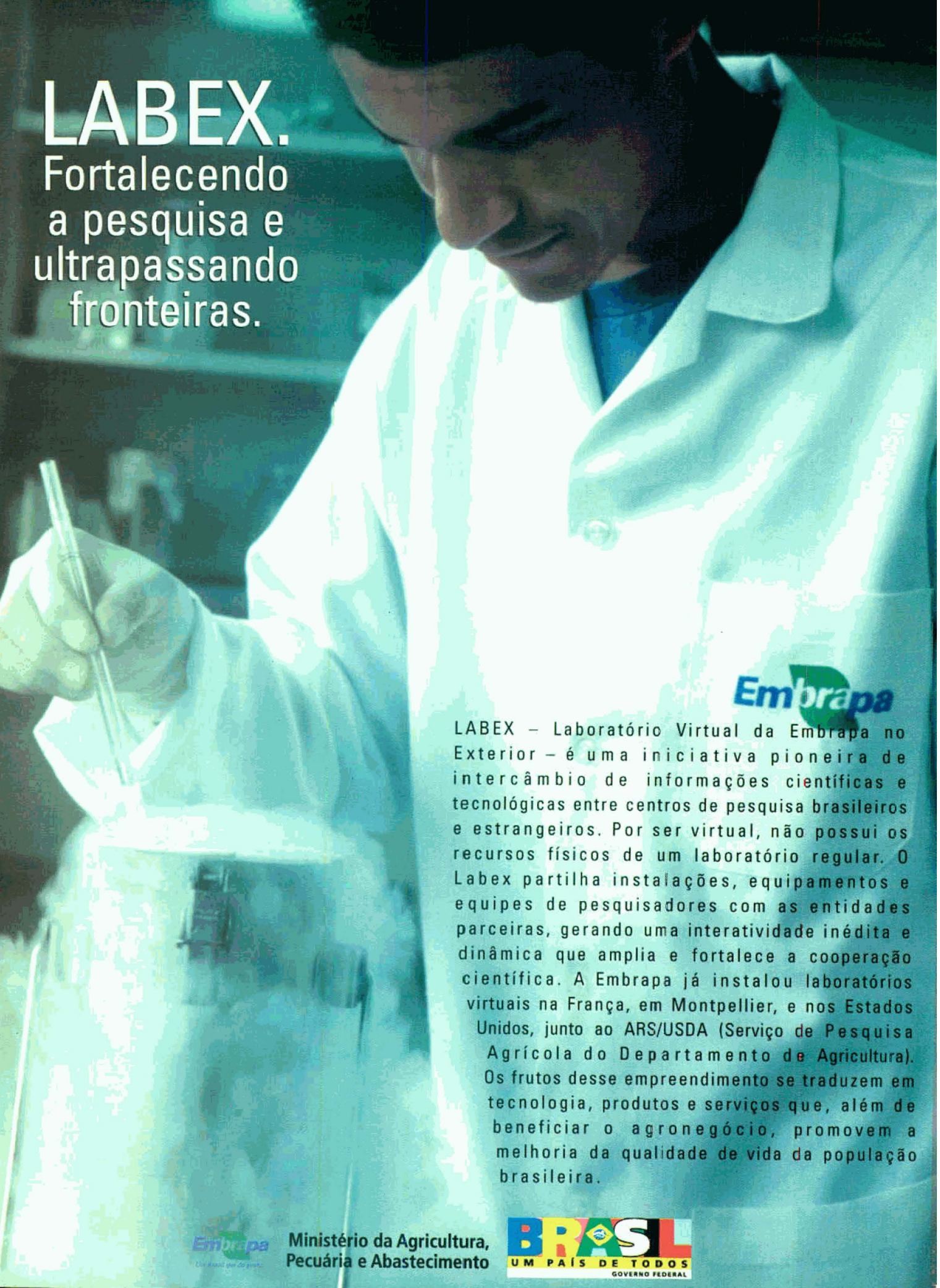
EM SETEMBRO, NA REDE CULTURA DE TELEVISÃO

FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS

IBRE

Instituto Brasileiro de Economia


Apresentação
Cristina Berndt



LABEX.

Fortalecendo a pesquisa e ultrapassando fronteiras.

Embrapa

LABEX – Laboratório Virtual da Embrapa no Exterior – é uma iniciativa pioneira de intercâmbio de informações científicas e tecnológicas entre centros de pesquisa brasileiros e estrangeiros. Por ser virtual, não possui os recursos físicos de um laboratório regular. O Labex partilha instalações, equipamentos e equipes de pesquisadores com as entidades parceiras, gerando uma interatividade inédita e dinâmica que amplia e fortalece a cooperação científica. A Embrapa já instalou laboratórios virtuais na França, em Montpellier, e nos Estados Unidos, junto ao ARS/USDA (Serviço de Pesquisa Agrícola do Departamento de Agricultura). Os frutos desse empreendimento se traduzem em tecnologia, produtos e serviços que, além de beneficiar o agronegócio, promovem a melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

Embrapa

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

BRASIL UM PAÍS DE TODOS GOVERNO FEDERAL